

Sumário

Número de notícias: 63 | Número de veículos: 43

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF vai julgar tributação de lucros no exterior 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os impactos tributários das aplicações em fundos 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Disparada do dólar e natureza da crise - MÍRIAM LEITÃO 9

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mudança em empréstimo a aposentados 11

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS abre concurso com vagas também no Estado 13

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Mudanças para MEIs e empregados 15

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - LEGISLAÇÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Aposentadoria terá novas regras do INSS no próximo ano 18

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - PARÁ
SEGURIDADE SOCIAL

Regras da aposentadoria do INSS vão mudar em 2025. Confira! 19

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Congresso aprova LDO 2025 com déficit zero para o orçamento 20

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
SEGURIDADE SOCIAL

Direitos tributários e benefícios sociais para pacientes com câncer no Brasil (Artigo)
..... 22

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE - MG - DOIS PONTOS
SEGURIDADE SOCIAL

SAÚDE MENTAL: A LEI TRABALHISTA E O PAPEL DAS EMPRESAS (Artigo) 23

AGÊNCIA BRASIL - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 8 24

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
SEGURIDADE SOCIAL

Disparada do dólar e natureza da crise 26

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
SEGURIDADE SOCIAL

Limitação da isenção do IR ameaça direitos de aposentados com doenças graves 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SERVIDOR PÚBLICO

Esforço dos brasileiros para preservar FCDF	30
O GLOBO - RJ - ECONOMIA SERVIDOR PÚBLICO	
Câmara reduz impacto de parte do pacote fiscal	32
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA SERVIDOR PÚBLICO	
Câmara aprova projeto do pacote de contenção de gastos	34
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Dólar só conhece rota de subida e vai a R\$ 6,26	36
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Regulamentação fica para janeiro	38
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária: "Marco histórico", diz Lula - CAPITAL S/A	39
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Padilha diz que reforma terá sanção até o fim de janeiro	41
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad afirma que 'câmbio é flutuante e dólar vai se acomodar'	42
CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Autonomia precisa ser preservada	43
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Exceções viabilizaram aprovação da Reforma Tributária, diz Appy	45
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Reforma tributária pode impactar preços e modelo de negócios	47
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Oscilação do câmbio tem dose de especulação, diz Haddad	49
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
A semana que dita o mercado de valores de 2026	50
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Sanção da tributária deve acontecer em janeiro	52
VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL REFORMA TRIBUTÁRIA	
Para reverter alta do dólar, é necessário pacote significativo de contenção do gasto, diz Castelar	53
DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - PARÁ REFORMA TRIBUTÁRIA	
Motoristas de aplicativo ficam isentos de imposto na Reforma Tributária	57

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Aprovação da reforma tributária é vista como avanço 58

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Lula comemora finalização da reforma tributária no Congresso 59

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Dólar só conhece rota de subida e bate em R\$ 6,26 60

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: mudanças agradam setor, mas preços de imóveis e aluguéis podem subir
..... 62

G1 - NACIONAL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Carne sem imposto: entenda se a reforma tributária poderá baratear o churrasco 64

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara adia para esta quinta votação da PEC que restringe acesso ao abono salarial
..... 67

PORTAL UOL - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Câmara adia para esta quinta votação da PEC que restringe acesso ao abono salarial
..... 68

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Mudança impacta serviços da capital 69

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com risco fiscal e Fed, dólar vai a R\$ 6,26; Bolsa tem queda de 3,15% 71

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Setores insatisfeitos sinalizam com aumento de preço 72

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Crise de confiança nubla cenário para 2025 74

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputados aprovam fundo da transição energética 76

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL - MERCADO LIVRE DE ENERGIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tributos podem suspender planos 77

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - PARÁ
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Senado aprova imposto mínimo global de 15% a multinacionais 78

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Congresso aprova LDO que prevê salário mínimo de R\$ 1.502 79

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Dólar bate novo recorde e assusta o governo - ENTRELINHAS 81

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar bate novo recorde 83

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Congresso aprova LDO sem bloqueio de emendas e Fundo Partidário maior 85

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Haddad afirma que câmbio vai se 'acomodar' 87

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Relator afrouxa mudança no BPC em pacote fiscal 88

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Congresso aprova Lei de Diretrizes Orçamentárias 89

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Deputados derrubam a volta do DPVAT após acordo do governo 90

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

PIB forte não freia alta de recuperação de empresas 91

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Congresso aprova LDO, mas retira trechos que permitiam ao governo bloquear emendas
..... 93

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Fed sinaliza ciclo de corte menor nos EUA 95

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

CDI e juro real são "refúgio" em meio a tensão fiscal, diz Itaú 97

A GAZETA - MT - ECONOMIA
ECONOMIA

Imea traça os rumos para 2025 99

CORREIO DO POVO - PORTO ALEGRE - RS - POLÍTICA
ECONOMIA

Congresso aprova LDO na contramão do corte de gastos 100

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
ECONOMIA

Votação fechada e DPVAT revogado na Câmara 102

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Falta de confiança explica alta do dólar, apontam especialistas 103

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Situação fiscal do Brasil está pior, avaliam economistas 104

Quinta-Feira, 19 de Dezembro de 2024

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - PARÁ
ECONOMIA

Fed reduz juros em 0,25% pela terceira vez seguida105

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

LDO permite déficit de até R\$ 30,9 bi 106

STF vai julgar tributação de lucros no exterior

O ano de 2025 começará com um julgamento tributário, no Supremo Tribunal Federal (STF), avaliado em R\$ 20 bilhões. Os ministros agendaram para o Plenário Virtual, entre os dias 7 e 14 de fevereiro, a retomada da discussão sobre a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre empresas nacionais a partir dos lucros auferidos por coligadas e controladas instaladas no exterior em países que têm tratados com o Brasil. O caso envolve a mineradora multinacional brasileira Vale.

O julgamento já esteve em análise no STF por duas vezes este ano, mas sofreu duas interrupções - a primeira pelo ministro Gilmar Mendes e a segunda pelo ministro Alexandre de Moraes. Dessa forma, a discussão será retomada pela terceira vez e, até o momento, a disputa entre União e contribuinte está empatada (RE 870214).

O caso se refere, especifica-

mente, a um mandado de segurança impetrado pela Vale contra a **Receita Federal**, com o objetivo de afastar a incidência da "tributação automática" pelo IRPJ e pela CSLL sobre os lucros auferidos por sociedades controladas da Bélgica, na Dinamarca, em Luxemburgo e nas Bermudas.

A União recorreu ao STF depois de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastar a cobrança dos **tributos**. O tribunal entendeu que a legislação brasileira não pode se sobrepor a tratados que visam evitar a bitributação.

A União entende que o STJ não seguiu a jurisprudência do Supremo e tornou mais vantajosa para o contribuinte a manutenção de ativos no exterior em comparação àqueles existentes no Brasil. Defende também que há afronta direta ao texto da Constituição Federal.

Além disso, argumenta que o STJ afastou a possibilidade de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial para definição da base de cálculo para tributação do lucro obtido pelas controladas. Equivalência patrimonial é um método contábil de avaliação de participação em outras empresas.

Fora dos autos do processo, a Procuradoria-Geral da

Fazenda Nacional (PGFN) tem feito um trabalho de sensibilização dos ministros sobre o caso, tanto pelo valor quanto pela tese a ser firmada nesse julgamento.

O relator do caso, ministro André Mendonça, assim como seu antecessor, o magistrado hoje aposentado Marco Aurélio Mello, considerou inicialmente que a questão não deveria ser analisada pelo Supremo, por ser infraconstitucional - de competência do STJ. Mas caso ficasse vencido nesse ponto, votou a favor do contribuinte. Para Mendonça, os tratados internacionais com Bélgica, Dinamarca e Luxemburgo, firmados na década de 1970, inviabilizam a tributação dos valores no Brasil.

"Ao se afastarem os efeitos do artigo 7º desses tratados, além do inadimplemento unilateral do pacto, frustra-se a confiança dos contribuintes que estruturaram suas operações à luz da legislação e da interpretação sobre ela vigentes ao tempo de suas operações. Dessarte, e por qualquer ângulo que se possa visualizar a questão, não colhe razão ao recurso da União", diz o relator em seu voto.

O ministro Gilmar Mendes divergiu do relator. Em sua avaliação, as empresas tiveram lucros no exterior e o acréscimo patrimonial é incorporado pela sociedade controladora ou coligada, no Brasil, mesmo antes da distribuição dos lucros. Por isso, para ele, não se trata de interpretação de tratados internacionais porque eles são inaplicáveis ao caso. A discussão, segundo ele, é sobre o conceito de renda.

"Na realidade, o que ocorre é uma tributação de um investimento auferido por meio de uma entidade relacionada no exterior a uma alíquota máxima brasileira ou estrangeira (a que for maior). Afinal, como o Brasil admite o crédito dos **tributos** pagos no exterior no limite dos valores devidos no Brasil, o que efetivamente é pago de imposto de renda e CSLL é a diferença entre a tributação estrangeira (caso ela seja inferior) e a brasileira", afirma Mendes em seu voto.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188073>

Os impactos tributários das aplicações em fundos

ALein014.754/23 trouxe mudanças significativas nas regras tributárias para aplicações em fundos de investimento no Brasil e consolidou o regime jurídico-tributário dos rendimentos desses veículos, com exceção de alguns tipos específicos de fundos estruturados que permanecem sob legislação própria. Apesar desse avanço na simplificação e modernização da tributação dos fundos, persistem incertezas, especialmente sobre os impactos fiscais na apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro (CSL) de empresas que investem nesses fundos.

Nos termos do artigo 32, inciso II, da Lei nº 14.754/23, o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) aplicado sobre os rendimentos de fundos de investimento deve ser tratado como uma antecipação do IRPJ devido no encerramento do período de apuração. Essa regra se aplica a cotistas pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, presumido ou arbitrado.

Em casos de incidência do IRRF, é importante destacar que o regime de come-cotas - em que o IRRF incide periodicamente - constitui a regra geral aplicável à maioria dos fundos de

investimento. No entanto, a legislação também prevê um regime excepcional de tributação, aplicável apenas no momento da realização do investimento (distribuição, resgate ou amortização de cotas).

Esse regime é restrito a fundos que atendam a requisitos específicos estabelecidos pela Lei nº 14.754/23, incluindo uma determinada composição de ativos em sua carteira alinhada aos limites legais e um modelo de gestão discricionária, que caracterize o fundo como uma entidade para investimento (e não um veículo patrimonial). Assim, busca-se compatibilizar a tributação com as características de liquidez e finalidades dos fundos.

Contudo, para cotistas pessoas jurídicas sujeitas à apuração do IRPJ/CSL com base no lucro real e no resultado ajustado, respectivamente, surge uma questão relevante: a variação no valor do investimento, registrada na contabilidade da investidora como receita ou despesa, pode impactar o resultado tributável pelo IRPJ e pela CSL, antes mesmo da incidência antecipada do IRRF (por exemplo, em fundos sujeitos à tributação apenas no

momento da realização). Esse descasamento entre o contábil e o tributário suscita dúvidas se tal valorização deve integrar a apuração do IRPJ/ CSL conforme

apropriação contábil, ou se esses valores devem ser tributados apenas após a ocorrência de eventos que ensejem a incidência do IRRF como antecipação, nos termos da Lei nº 14.754/23.

A questão já foi debatida no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**, com acórdãos proferidos em contexto anterior à Lei 14.754/23, em que o come-cotas incidia apenas sobre rendimentos de aplicações em fundos de investimentos constituídos sob a forma de condomínio aberto. De um lado, existe o entendimento do acórdão nº 1302-002.298, de 22/06/2017, que autorizou a incidência do IRPJ/CSL sobre a valorização de investimento em Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDCs), abertos e fechados. Em sentido oposto, há o acórdão nº 1201-005.362, julgado em 22/10/2022, que determinou que os rendimentos e as perdas decorrentes de Fundos de Investimento em Ações (FIAs) somente poderiam ser objeto de tributação ou de dedução na realização.

Veja-se que a questão está longe de ser pacífica no âmbito da jurisprudência, não havendo também regulamentação por parte da administração tributária para o assunto até o presente momento.

A situação se torna ainda mais

complexa no caso específicos das instituições financeiras, que, segundo o artigo 33 da Lei nº 14.754/23, estão dispensadas da retenção do IRRF sobre esses rendimentos. Sem um IRRF antecipado que marque o momento do fato gerador, surge a dúvida: a variação das aplicações no fundo deve ser tributada com base na apropriação contábil? Entendemos que não, sobretudo em fundos fechados ou sem liquidez, pois, segundo o artigo 43 do Código Tributário Nacional (CTN), a disponibilidade é requisito essencial para a incidência do imposto de renda.

De modo geral, o método de mensuração contábil é também mais um desafio a ser enfrentado por pessoas jurídicas em investem em fundos, principalmente em casos de fundos controlados. Embora o artigo 248 da Lei nº 6.404/76 preveja a aplicação genérica do

método de equivalência patrimonial (MEP) para investimentos em coligadas e controladas, o **Carf** entende que ele não se aplica para fundos de investimentos (acórdãos nº 1302-003.909 e nº 1402-006.730). Ainda, o artigo 23 do Decreto-Lei nº 1.598/77 que exclui as variações de MEP da incidência IRPJ/CSL aplica-se apenas a investimento em sociedades, não em fundos,

que, conforme o artigo 1.368-C do Código Civil, configuram uma comunhão de recursos sob a forma de condomínio de natureza especial.

Por outro lado, se o impacto no resultado contábil decorrer de uma contrapartida de mensuração por ajuste a valor justo (AVJ) das cotas do fundo, o artigo 13 da Lei nº 12.973/2014 determina que a tributação pelo IRPJ/CSL ocorrerá apenas no momento da realização desses ativos.

Colocadas as dúvidas sobre os impactos tributários das aplicações em fundos na apuração de **tributos** das empresas investidoras, fica clara a necessidade de um endereçamento pelo legislador, que se adeque à sistemática de antecipação e compensação do IRRF, bem como ao princípio da realização da renda.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188073>

Disparada do dólar e natureza da crise - MÍRIAM LEITÃO

MÍRIAM LEITÃO

O país vive uma crise de credibilidade, com erros de análise do mercado, alguns momentos de pura especulação e falhas de comunicação do governo. Não da comunicação oficial, mas sim das falas que reforçam percepções mais pessimistas. Em geral, como tenho escrito aqui, não há razões concretas para tanta deterioração de expectativas. Não é uma crise fiscal em si, baseada em números. Basta comparar o que o mercado esperava dos indicadores fiscais e de dívida pública no começo e no fim dos dois últimos anos. Ainda que haja estruturalmente necessidade de ajuste fiscal. Ontem, foi o pior dia dessa disparada porque os problemas internos se somaram ao **comunicado** do Fed de que vai fazer apenas mais dois cortes de juros. O debate nacional se trava como se o país estivesse em meio a uma crise fiscal gravíssima. O governo tem uma dívida interna alta, há muito tempo, e precisa zerar seu déficit para não alimentar o crescimento desse passivo. O país precisa ter horizonte de equilíbrio e ser capaz de ver a estabilização e a queda no futuro.

O ponto é que não houve uma piora em relação ao que o mercado esperava, quando mantinha outro patamar de preços dos ativos. No Boletim Focus de 5 de janeiro, a previsão era de um déficit primário de 0,8% do **PIB**, e uma dívida líquida, descontadas as reservas cambiais, de 64,25%, com uma alta do **PIB** de 1,6%. Naquele tempo, achava-se que a Selic fecharia o ano em 9%. No Focus do último dia 13, a previsão mediana do **PIB** foi para 3,42%, a dívida líquida para 63% e o déficit primário para 0,5%. Ou seja, as expectativas para a dívida e o déficit estão menores. E, para o **PIB**, maiores. A dívida bruta do governo geral, incluindo **INSS**, governos estaduais e municipais, pela medida do BC, está em 78,6%. Cresce também quanto mais os juros sobem, não apenas pelo déficit público.

Não foi o que se gastou a mais que fez tanta diferença. A surpresa foi que, com o mesmo impulso fiscal, houve mais crescimento e a taxa de juros terminal, que era 9%, hoje é 12,25%. Na visão de uma autoridade governamental, é preciso olhar mais para todos os dados e entender o que está acontecendo na economia brasileira.

-Os economistas não consideram os gastos

qualitativamente. Foi dado o mesmo impulso fiscal, mas de forma mais distributiva. O governo retirou alguns benefícios de empresas e de camadas específicas e distribuiu

renda. Isso é progressivo, aumentou a propensão ao consumo dessas pessoas. A conclusão é: se com a mesma pressão no acelerador o carro andou mais rápido, vai ter que pisar mais no freio e, por isso, subiu a previsão dos juros.

Na terça-feira, houve um momento em que circularam fake news usando o nome do futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e isso fez o dólar dar um salto. Depois voltou. Mas ontem novamente houve uma disparada muito mais consistente. Algumas notícias são mesmo ruins. A LDO aprovada ontem excluiu o bloqueio de emendas e manteve o fundo partidário fora do arcabouço fiscal, permitindo um aumento superior a 2,5%. Além disso, o risco de desidratação do pacote no Congresso rondou o dia inteiro o país. 12,25%. Na visão de uma autoridade governamental, é preciso olhar mais para todos os dados e entender o que está acontecendo na economia brasileira.

-Os economistas não consideram os gastos qualitativamente. Foi dado o mesmo impulso fiscal, mas de forma mais distributiva. O governo retirou alguns benefícios de empresas e de camadas específicas e distribuiu

renda. Isso é progressivo, aumentou a propensão ao consumo dessas pessoas. A conclusão é: se com a mesma pressão no acelerador o carro andou mais rápido, vai ter que pisar mais no freio e, por isso, subiu a previsão dos juros.

Na terça-feira, houve um momento em que circularam fake news usando o nome do futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e isso fez o dólar dar um salto. Depois voltou. Mas ontem novamente houve uma disparada muito mais consistente. Algumas notícias são mesmo ruins. A LDO aprovada ontem excluiu o bloqueio de emendas e manteve o fundo partidário fora do arcabouço fiscal, permitindo um aumento superior a 2,5%. Além disso, o risco de desidratação do pacote no Congresso rondou o dia inteiro o país.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mudança em empréstimo a aposentados

Rodrigo Péret

A partir do dia 10, entrarão em vigor novas regras para a contratação de empréstimos consignados por aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A mudança de regras consta em Instrução Normativa do **INSS** publicada no fim de agosto. O órgão flexibilizou restrição para a concessão de crédito consignado em vigor desde 2022. Atualmente, novos aposentados e pensionistas não podem contratar crédito consignado nos 90 primeiros dias após a concessão do benefício.

A partir do dia 10, essa possibilidade passa a existir, com restrição.

"Com a mudança, ele poderá desbloquear a operação de crédito, desde que seja no banco onde recebe o benefício. A partir do 91º dia, o segurado pode pedir o crédito consignado e fazer a portabilidade para a instituição financeira que ofereça juros mais baixos", explica o advogado previdenciário e trabalhista Leonardo Ribeiro.

Tradicionalmente, os bancos onde o **INSS** paga aposentadorias, pensões e auxílios são escolhidos por meio do leilão da folha de pagamento. A concorrência é feita por estados ou regiões a cada 5 anos.

Em nota, o **INSS** informou que a mudança permite que o segurado consiga contratar operações de crédito ao mesmo tempo em que é protegido do assédio das demais financeiras nos três primeiros meses da aposentadoria ou pensão.

"É um mecanismo de proteção para o idoso não cair em armadilhas" de instituições oferecendo um monte de empréstimos", explica o economista Ricardo Paixão.

Ainda, procuradores dos aposentados e pensionistas não podem autorizar o desbloqueio das operações de crédito. A nova regra prevê que, nesses casos, o beneficiário deverá emitir algum "instrumento de mandato público" que autorize o representante legal a desbloquear a concessão de empréstimo consignado e o desconto das parcelas em folha.

Desde 2018, o beneficiário precisa liberar as operações de consignado e o desconto em folha por meio do aplicativo Meu **INSS**. Após login, o usuário

deve buscar a palavra "empréstimo" e escolher a opção "desbloquear". O **INSS** orienta os segurados a manter os benefícios constantemente bloqueados, como meio de prevenir a ação de fraudadores.

APLICATIVO MEU **INSS**, pelo qual quem quer pegar empréstimo pode liberar as operações de crédito consignado

Bancos restringem oferta de crédito

Alguns dos principais bancos brasileiros, incluindo Itaú Unibanco, Banco Pan, Banco Mercantil e Banco BMG, decidiram restringir a oferta de crédito consignado por meio de correspondentes bancários. A decisão afeta novos clientes interessados nesse tipo de operação.

A medida está relacionada ao teto de juros estabelecido pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), que fixou o limite em 1,66% ao mês para empréstimos pessoais e em 2,46% ao mês para operações com cartão de crédito e

cartão de benefício. Os bancos argumentam que esses limites não cobrem os custos de captação no mercado financeiro, que ultrapassam 14% ao ano.

O setor financeiro argumenta que o modelo operacional, quando intermediado por correspondentes bancários, se torna economicamente inviável sob essas condições.

O Itaú Unibanco informou que a suspensão do consignado por correspondentes bancários é temporária, justificando que os atuais limites de juros, combinados ao aumento dos custos de captação, inviabilizam as operações.

A instituição, no entanto, mantém a oferta do produto para beneficiários do **INSS** que já recebem seus proventos pelo banco.

O Banco Pan também interrompeu a concessão de consignado por meio de correspondentes bancários, citando custos elevados de captação como fator determinante.

Bancos Mercantil e BMG tomaram medidas semelhantes, destacando a incompatibilidade entre custos operacionais e teto de juros vigente.

Ação contra limite em juros

A definição do teto das taxas de juros do crédito consignado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) virou alvo de disputa no Supremo Tribunal Federal (STF).

A Associação Brasileira de Bancos (ABBC), que representa instituições de médio porte, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para questionar se o órgão tem o direito de estabelecer esses limites.

A associação, que representa bancos de médio porte, argumenta que a lei não permite ao **INSS** fixar os tetos das taxas. Para ABBC, essa responsabilidade cabe exclusivamente ao Conselho Monetário Nacional (CMN), conforme a lei que regula o Sistema Financeiro Nacional.

"Desde 2006 o **INSS** vem atribuindo a si próprio, de forma indevida, a competência para determinar o limite de juros do consignado, a despeito do caráter técnico e da vocação legal e constitucional atribuída aos órgãos que regulamentam o Sistema Financeiro para a fixação de tetos de juros", disse a associação, em nota.

Além disso, a associação critica a demora do Conselho Nacional de **Previdência Social** em reajustar os tetos quando a Selic aumenta, o que afeta o equilíbrio financeiro das operações.

O Sindicato dos Aposentados (Sindnapi), por sua vez, se manifestou a favor da definição dos juros pelo **INSS**. O Ministério da **Previdência Social** rebateu as críticas e defendeu as mudanças.

PLENÁRIO do Supremo: pedido

SAIBA MAIS

Portabilidade liberada só após 91 dias

Mudança

A PARTIR DO DIA 1º, entrarão em vigor novas regras para a contratação de empréstimos consignados por aposentados e pensionistas do **INSS**. Veja quais são as mudanças:

CONTRATAÇÃO imediata no banco de recebimento: Beneficiários poderão contratar empréstimos consignados diretamente no banco onde recebem o benefício, sem necessidade de esperar.

BLOQUEIO temporário nos demais bancos: Nos primeiros três meses após a concessão do benefício, ele estará bloqueado para contratações em outras instituições financeiras.

PORTABILIDADE do crédito: A transferência do empréstimo consignado para outro banco só será permitida a partir do 91º dia.

MARGEM CONSIGNÁVEL permanece. Não houve alterações nos limites de comprometimento da renda:

35% PARA EMPRÉSTIMOS consignados;

5% PARA CARTÃO DE CRÉDITO consignado;

5% PARA CARTÃO BENEFÍCIO consignado.

O **INSS** apenas operacionaliza os pagamentos e descontos, mas a negociação do empréstimo é um contrato comercial direto com o banco. Por isso, deve-se analisar cuidadosamente as condições oferecidas e escolher a opção mais vantajosa.

Restrição de oferta

ALGUNS dos principais bancos brasileiros decidiram restringir a oferta de crédito consignado a aposentados e pensionistas do **INSS** por meio de correspondentes bancários.

A DECISÃO AFETA novos clientes interessados nesse tipo de operação.

A MEDIDA está relacionada ao teto de juros definido pelo Conselho Nacional de **Previdência Social** (CNPS), que fixou o limite em 1,66% ao mês para empréstimos pessoais e em 2,46% ao mês para operações com cartão de crédito e cartão de benefício.

SEGUNDO OS bancos, esses limites não cobrem os custos de captação no mercado financeiro, que ultrapassam 14% ao ano.

O SETOR FINANCEIRO argumenta que o modelo operacional, quando intermediado por correspondentes bancários, se torna economicamente inviável sob essas condições.

Ação na Justiça

REPRESENTANTES das instituições recorreram ao Supremo Tribunal Federal para questionar a competência do CNPS e do **INSS** na definição dessas taxas.

CARTÃO DO **INSS**: margem consignável segue

inalterada para o próximo ano. de acordo com as regras colocadas pelo governo

INSS abre concurso com vagas também no Estado

Gustavo Andrade

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) terá concurso com 500 vagas para o cargo de perito médico federal. Dessas, são 250 imediatas, com três no Estado. O salário inicial é de R\$ 14.166,99.

O Ministério da **Previdência Social** publicou edital ontem e a seleção havia sido autorizada em agosto pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), mas, no período, apenas 175 vagas foram disponibilizadas.

Agora, além das 250 vagas imediatas, haverá formação de cadastro de reserva também com 250 oportunidades. O Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe) foi escolhido como banca responsável pela organização do concurso.

As inscrições para participar poderão ser feitas entre os dias 23 de dezembro e 9 de janeiro pelo site do Cebraspe. A taxa de inscrição é de R\$ 120 e as provas devem ser aplicadas no dia 16 de fevereiro.

Os peritos médicos que possuem ligação com o Ministério da **Previdência Social** são responsáveis por realizar as exames de avaliação dos segurados que pedem benefícios por incapacidade - temporária ou permanente -, e por fazer a perícia do Benefício de Prestação Continuada (BPC) de pessoas com deficiência.

Para concorrer ao cargo, é necessário que os candidatos apresentem diploma de conclusão de graduação de nível superior em medicina. A jornada de trabalho prevista é de 40 horas semanais. Os candidatos aprovados deverão permanecer no cargo por, no mínimo, cinco anos.

Os candidatos que precisarem poderão solicitar a isenção da taxa de inscrição. Para isso, será necessário preencher o requerimento disponível no aplicativo de inscrição com a indicação do Número de Identificação, Social (NIS), atribuído pelo CadÚnico ou realizar o preenchimento eletrônico de declaração de que é membro de família de baixa renda.

Doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde também podem

pedir a isenção. Os candidatos à vaga de perito médico do **INSS** deverão passar por 3 fases: a la corresponde a prova objetiva de conhecimentos gerais com 50 questões. A 2a é uma prova objetiva de conhecimentos específicos. Por fim, haverá uma prova de títulos.

PRÉDIO DO **INSS** em Vitória; das vagas imediatas abertas, três são para reforçar o atendimento no Espírito Santo

Concurso da Prefeitura de Presidente Kennedy

A Prefeitura de Presidente Kennedy divulgou dois editais para concursos públicos, com 32 vagas, além de formação de cadastro de reserva. As vagas contemplam áreas como guarda civil municipal, educação, assistência social, engenharia e controle interno, entre outras.

As oportunidades são para profissionais de níveis médio e superior. Os salários variam entre R\$ 1.525,10 e R\$5.959,54.

Os interessados poderão se inscrever no período de 30 de dezembro a 10 de fevereiro de 2025, pelo site do Instituto Secplan, com taxas de R\$ 85 a R\$ 95. Vale pontuar que a solicitação de isenção do valor poderá ser feita entre os dias 26 e 27 de dezembro.

A classificação dos candidatos será realizada por meio de prova objetiva (para todos os cargos) prevista para o dia 16 de março de 2025; exame toxicológico (para guarda municipal), previsto para o dia 4 de abril de 2025; teste de aptidão física e avaliação psicológica (para guarda municipal); e avaliação de títulos.

OS NÚMEROS

R\$ 5.959

é o valor do salário mais alto oferecido, para nível superior

DETALHES

Concurso do **INSS**

O MINISTÉRIO da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MPS) publicou o edital do concurso público

do **INSS**. Ao todo, serão ofertadas, em um primeiro momento, 250 vagas para o cargo de perito médico federal com salário inicial de R\$ 14.166.99.

ALÉM DAS 250 vagas que serão preenchidas imediatamente, o secretário de Regime Geral de **Previdência Social**. Adroaldo Portal, afirmou que o compromisso do Ministério é chamar mais 250 candidatos do cadastro de reserva tão logo a lista de aprovados seja divulgada.

AS INSCRIÇÕES para o concurso se iniciam em 23 de dezembro e encerram dia 9 de janeiro no site <https://www.cebraspe.org.br/>.

Concurso da prefeitura de Presidente Kennedy

A PREFEITURA de Presidente Kennedy anunciou a abertura de dois novos editais de concurso público, com 32 vagas, além de formação de cadastro de reserva, para profissionais de níveis médio e superior.

SÃO VAGAS para guarda municipal, educação, assistência social, engenharia e controle interno, entre outras. Ao serem admitidos, os profissionais deverão cumprir jornadas de 25 a 40 horas semanais e escalas de 24x72h (para guarda municipal) contarão com remuneração mensal de R\$1.525,10 a R\$5.959.54.

AS INSCRIÇÕES serão abertas a partir de 30 de dezembro, pelo site <https://secplan.org.br/>.

Fonte: Governo federal e prefeitura de presidente Kennedy.

CANDIDATOS durante prova

Sindicato explica desconto no 13º dos Correios

Após publicações nas redes sociais apontarem suposto confisco do 13º de servidores do Correios por decisão do presidente da empresa, Fabiano dos Santos, o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Correios no Estado (Sintect-ES) explicou a situação e disse que há desconto de valores, mas que é fruto de acordo firmado entre servidores e a estatal ainda em 2020.

Em nota, o sindicato explicou que os trabalhadores da estatal receberam o benefício na sexta-feira, e que houve um desconto de 75% no 13º salário de parte dos funcionários da empresa para cobrir um rombo no fundo de pensão do Postalís, uma previdência particular

dos funcionários dos Correios, que aceitava participantes até 2008.

O pagamento faz parte do acordo para o equacionamento da dívida de R\$ 15 bilhões, que foi firmado em fevereiro de 2020, mas assinado neste ano pela empresa.

O valor é dividido igualmente na metade (R\$ 7,6 bilhões) entre os Correios e os trabalhadores, aposentados e pensionistas da estatal.

A federação dos trabalhadores dos Correios criticou o acordo, que afirmou ter sido mal explicado aos funcionários.

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) explicou, em nota, que metade do efetivo dos trabalhadores dos Correios,

cerca de 39.911 pessoas, teve a dedução relativa aos pagamentos do déficit do Plano de Benefício Definido (PBD), um plano previdenciário complementar do Postalís saldado em 2008.

"Não procede a informação de que os empregados dos Correios Ficaram sem 13º salário", disse. "Metade do efetivo em atividade da empresa não teve nenhum desconto referente ao benefício".

O **comunicado** também foi publicado na página da Secretaria de Comunicação Social do governo federal na última segunda-feira. O texto afirma que é falsa a informação de que os Correios não pagaram o 13º dos funcionários.

TRABALHO nos Correios: cobrança

ENTENDA

Rombo em previdência

METADE DO EFETIVO dos Correios -39.911 pessoas - teve a dedução relativa aos pagamentos do déficit do Plano de Benefício Definido, plano previdenciário complementar do Postalís saldado em 2008.

O PAGAMENTO faz parte do acordo para o equacionamento da dívida de R\$ 15 bilhões, firmado em fevereiro de 2020, mas assinado este ano pela empresa. O valor é dividido igualmente na metade (R\$ 7.6 bilhões) entre Correios e trabalhadores, aposentados e pensionistas da estatal.

Mudanças para MEIs e empregados

Eliane Proscholdt

A **reforma tributária** foi aprovada pela Câmara dos Deputados na última terça-feira. Agora, segue para a sanção do presidente Lula. Mas o que muda para empreendedores, empregados e trabalho por aplicativo?

O advogado tributarista Samir Nemer destaca que inicialmente é preciso atenção com os novos **tributos**: o eixo central da **reforma tributária** é a unificação de **tributos** para

a criação do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), que vão compor o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual, ou seja, dois **tributos** que substituirão cinco: ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins.

O processo de transição entre os regimes atual e novo será complexo e vai de 2026 a 2033.

Também foi criado o nanoempreendedor - que inclui motoristas e entregadores de aplicativo que ficará isento da cobrança dos novos **impostos** sobre consumo.

O nanoempreendedor compreende pessoas físicas com receita bruta anual menor que R\$ 40,5 mil, que é a metade do limite permitido para o MEI (microempreendedor individual). Mas para motoristas de app e entregadores haverá uma flexibilização, ou seja, o valor recebido levará em conta apenas 25% do bruto arrecadado em um mês.

A **reforma tributária** pode afetar os empregados, principalmente por meio das mudanças nos preços dos bens e serviços, no mercado de trabalho e nas dinâmicas econômicas gerais. A magnitude desses efeitos dependerá de como as mudanças serão implementadas e da resposta das empresas e do governo a essas novas regras.

"Os impactos sobre os trabalhadores podem ser sentidos de várias maneiras, entre as quais na alteração nos preços de bens e serviços. Se o novo imposto resultar em aumento de preços, isso pode afetar diretamente o poder de compra dos trabalhadores, já que o custo de produtos do dia a dia, como alimentos, transporte e serviços essenciais, poderia subir. Por outro lado, se houver uma simplificação tributária e aumento da concorrência, os preços podem se estabilizar ou até diminuir".

Outro aspecto citado é a redução da carga tributária sobre salários. "Se a reforma também levar a uma redução da carga tributária para as empresas, pode haver um efeito indireto positivo nos salários, já que as empresas teriam mais margem para investir em novos postos de trabalho ou aumentar a remuneração".

MOTORISTA por aplicativo terá considerados como renda 25% do bruto arrecadado por mês para atuar como MEIs

SAIBA MAIS

A regulamentação

ESTABELECE "TRILHAS para o funcionamento e as cobranças do novo sistema de tributação sobre produtos e serviços.

O REGIME será totalmente implementado em 2033. depois de uma transição gradual iniciada em 2026.

NÃO HAVERÁ RECOLHIMENTO dos novos **tributos** no primeiro ano de implementação do sistema. Será uma etapa de experimentação na qual as notas fiscais indicarão uma alíquota-teste da CBS (federal) e do IBS (municipal e estadual), mas sem cobranças. Ambos **impostos** serão unificados sobre o consumo.

Principais pontos

Nanoempreendedor

OS PARLAMENTARES realizaram a figura do nanoempreendedor. que não existe na legislação brasileira. A categoria é composta por pessoas físicas que faturam R\$ 40.5 mil anualmente (R\$ 3.375 mensais), que podem escolher entre ficar no Simples Nacional, regime simplificado para micro e pequenas empresas cumulativas (com tributação em cascata), ou migrar para o IVA. que tem alíquota maior, mas não é cumulativo.

PELO TEXTO, o nanoempreendedor que migrar para o IVA deixará de recolher para a **Previdência Social**. Atualmente, o empreendedor com o menor volume de receitas são os microempreendedores individuais (MEI). que faturam até R\$ 81 mil anuais e juros para a Previdência. Dessa forma, o volume de receita para definir o nanoempreendedor equivale à metade do MEI.

Aplicativos

O TEXTO AINDA ESTABELECE que OS motoristas de aplicativos ou entregadores deverão considerar como receita bruta para incidência de imposto apenas 25% dos ganhos com corridas. Isso porque, de acordo com parlamentares que pediram a mudança, a maior parte do valor ganho é gasto com manutenção do veículo e combustível.

CASO ESSE VALOR, de 25% da receita, seja o equivalente a menos da metade do limite para os Microempreendedores Individuais (MEIs). o trabalhador de aplicativo também se

enquadrará na categoria de nanoempreendedor. que não precisa coletar o imposto sobre o consumo.

Simplificação de tributos

AS MUDANÇAS propostas buscam simplificar os tributos. Com elas. PIS. Cofins. ICMS. IPI e ISS deixarão de existir. Esses tributos darão lugar ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS).

IBS: será contribuição compartilhada por estados e municípios. Assumirá a função do ICMS e do ISS.

CBS: irá substituir o PIS, a Cofins e o IPI, cobrança de natureza federal.

Período

A PARTIR DE 2026, a CBS e o IBS passarão a ser testados nacionalmente. Na fase de testes, as empresas serão obrigadas a emitir na nota fiscal um valor destacado do que corresponderia a 0,9% de CBS sobre o produto vendido e 0,1% de IBS.

Imposto seletivo

A PROPOSTA DEFINE uma lista de produtos e serviços que serão so-bretaxados pelo IS, apelidado de "imposto do pecado". O IS será uma sobretaxa sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Na prática, os itens desta categoria terão tributação maior do que 27,97%, a alíquota-comum - estimada pela Fazenda em 27.97%.

PELA PROPOSTA, serão sobretaxa-dos: cigarros: bebidas açucaradas: bebidas alcoólicas: embarcações e aeronaves: carros, incluindo os elétricos: apostas nas modalidades físicas e on-line. como "bets" e "fantasy games": e extração de minério de ferro, de petróleo e de gás natural.

Proteínas isentas: alíquota zero

O PROJETO define que carnes, frangos e peixes terão alíquota zero, dentro da cesta básica nacional. Alguns exemplos: carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves - com exceção de foies gras; peixes (com exceção de salmão, atum, bacalhau, hadoque, saithe e ovas); arroz: leite: leite em pó; fórmulas infantis: manteiga: margarina; feijão; café; óleo de babaçu; farinha de mandioca e tapioca: farinha de milho: grãos de milho; farinha de trigo; açúcar: massas alimentícias; pão francês; grão de aveia; farinha de aveia; queijos mozzarella. minas. prato, coalho, ricota, provolone. parmesão, além de requeijão; sal; mate; massas hipoproteicas; fórmulas dietoterápicas para erros inatos do metabolismo; ovos; alguns tipos de produtos hortícolas - com exceção de cogumelos e trufas; frutas frescas ou refrigeradas, sem açúcar ou conservantes; plantas e produtos de floricultura relativos à horticultura e cultivados para fins alimentares.

ornamentais ou medicinais: raízes e tubérculos: e cocos.

UMA OUTRA CATEGORIA de alimentos terá direito a um corte de 60% nas cobranças do IBS e da CBS: crustáceos (exceto lagostas e lagostim); leite fermentado, bebidas e compostos lácteos; mel natural: farinha. grumos e sêmolos. de cereais: grãos esmagados ou em flocos, de cereais; amido de milho; massas alimentícias: sucos naturais de frutas ou de produtos hortícolas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes; polpas de frutas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes; sucos naturais de frutas ou de produtos hortícolas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes; pão de forma; extrato de tomate; produtos hortícolas; fruta de casca rija regional, amendoins e outras sementes; bolacha; óleo de soja, de milho, canola e demais óleos vegetais (com exceção de óleo de babaçu, que está na cesta de 100%).

Dinheiro de volta

O PROJETO prevê 100% de cashback (devolução) do imposto federal sobre energia elétrica, água e esgoto para a população de baixa renda. No Senado, foram incluídas contas de telefone e internet da população de baixa renda sem cashback. Com isso, os inscritos no CadÚnico terão a devolução total do valor pago na CBS sobre os itens.

JÁ A ARRECADAÇÃO com o IBS vai para estados e municípios. Neste caso, o cashback será de 20%. Caberá às autoridades locais determinar ou não a prorrogação da devolução do imposto.

"A **reforma tributária** sobre o consumo visa simplificar o sistema, unificando **tributos** e deve impactar preços e o poder de compra"

Samir Nemer. advogado tributarista

CARNE de frango: cesta básica

Aposentadoria terá novas regras do INSS no próximo ano

Victoria Nogueira Rosa/Folhapress

São Paulo - Os trabalhadores que começaram a contribuir antes da reforma da Previdência, e planejam se aposentar em 2025, devem ficar atentos às novas regras do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**).

A partir do dia 1º de janeiro, serão ajustadas a idade mínima e a pontuação exigida na aposentadoria pelas regras de transição. Não há alteração no cálculo do benefício. Essas mudanças, previstas pela reforma da Previdência, abrangem apenas os trabalhadores que contribuíam ao **INSS** antes de 13 de novembro de 2019.

Se em 2024 as mulheres que podem aderir à regra da transição precisavam ter ao menos 58 anos e 6 meses para se aposentar, em 2025 a idade mínima será de 59 anos. Para os homens, a idade mínima passará de 63 anos e seis meses para 64 anos.

A idade exigida subirá seis meses a cada ano até atingir o limite de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Isso só deve acontecer em 2027 e 2031, respectivamente. Além da idade mínima, as mulheres têm que comprovar tempo de contribuição de 30 anos. Aos homens, são exigidos 35 mínimos de pagamento.

O sistema de pontos, que soma idade e tempo de contribuição, também será ajustado em 2025. "Quem escolher essa modalidade terá que atingir um tempo mínimo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para os homens) e uma pontuação que corresponde à soma mínima do tempo de pagamentos ao **INSS** com a idade do segurado", afirma Washington Barbosa, advogado e especialista em direito previdenciário.

Essa pontuação é progressiva e subirá um ponto até 2033, quando atingirá o limite previsto pela reforma da Previdência, de 105 pontos para os homens e 100 pontos para as mulheres.

Para que estejam aptas a se aposentar no próximo ano, as mulheres terão que alcançar a soma de 92 pontos. No caso dos homens, serão necessários 102 pontos.

Já a regra de transição, ressalta Barbosa, não terá alterações no próximo ano. Com isso, se manterá em 62 anos para as mulheres e 65 para os homens. Em

ambos os casos, são exigidos 15 anos de contribuição, no mínimo.

Nada mudou para os trabalhadores que passaram a contribuir à Previdência após a reforma. Pelas regras atuais, as mulheres precisam ter pelo menos 30 anos de contribuição e 62 anos de idade. Aos homens, são exigidos 35 de contribuição e 65 anos de idade.

Média salarial - Com a reforma da Previdência, o cálculo da média salarial, usada como base para a aposentadoria, passou a considerar todos os salários de contribuição de julho de 1994 até o mês anterior ao pedido. Antes o benefício era calculado com base nos 80% maiores salários entre julho de 1994 e o mês anterior ao pedido.

Pelas regras da transição, o valor da aposentadoria para idade mínima progressiva e sistema de pontos segue o cálculo de 60% da média salarial mais 2% para cada ano acima de 15 anos de contribuição (para mulheres) e 20 anos de contribuição (para homens).

O valor do benefício poderá passar de 100% do salário médio de contribuição. No entanto, não pode ultrapassar o teto do **INSS**, de R\$ 7.786,02 em 2024. O valor do teto de 2025 ainda não foi divulgado. Quanto ao piso, nenhum segurado do **INSS** pode receber menos que um salário mínimo (R\$ 1.412 em 2024).

Os trabalhadores podem simular, pelo site ou aplicativo Meu **INSS**, quantos anos faltam para se aposentar. O sistema leva em consideração as informações do Cadastro Nacional de Informações Sociais (Cnis).

O **INSS** destaca que a simulação não garante o direito à aposentadoria, pois algumas informações podem não ter sido incluídas. O órgão recomenda que o segurado cheque se as informações trabalhistas estão corretas no Cnis.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhapse.com.br/books/rysi/#p=1>

Regras da aposentadoria do INSS vão mudar em 2025. Confira!

Os trabalhadores que começaram a contribuir antes da reforma da Previdência, e planejam se aposentar em 2025, devem ficar atentos às novas regras do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social).

A partir do dia 1º de janeiro, será ajustada a idade

de mínima e a pontuação exigida na aposentadoria pelas regras de transição. Não há alteração no cálculo do benefício. Essas mudanças, previstas pela reforma da Previdência, abrangem apenas os trabalhadores que contribuíam ao **INSS** antes de 13 de novembro de 2019.

Se em 2024 as mulheres que podem aderir à regra da transição precisavam ter ao menos 58 anos e 6 meses para se aposentar, em 2025 a idade mínima

será de 59 anos. Para os homens, a idade mínima passará de 63 anos e seis meses para 64 anos.

A idade exigida subirá seis meses a cada ano até atingir o limite de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres. Isso só deve acontecer em 2027 e 2031, respectivamente. Além da idade mínima, as mulheres têm que comprovar tempo de contribuição de 30 anos. Aos homens, são exigidos 35 mínimos de pagamento.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3013#book/>

Congresso aprova LDO 2025 com déficit zero para o orçamento

Brasília - O Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira (18), em votação simbólica, o projeto da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025 (PLN 3/24). O relatório aprovado na Comissão Mista de Orçamento na terça-feira (17) estabelece entre outros pontos, a previsão de uma meta de déficit zero para o Orçamentos Fiscal e a **Seguridade Social** em 2025. O texto agora será enviado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para ser sancionado.

O texto aprovado estabelece a margem de tolerância na meta fiscal de 0,25 ponto percentual do **PIB** (Produto Interno Bruto) para mais ou para menos. Em valores absolutos, a LDO prevê que o resultado primário poderá variar entre déficit de R\$ 31 bilhões e superávit primário de R\$ 31 bilhões em 2025, considerando a margem de tolerância.

Não serão consideradas na meta de déficit primário as empresas do Grupo Petrobras, as empresas do Grupo Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar); e as despesas do Orçamento de Investimento destinadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), limitadas a R\$ 5 bilhões.

SALÁRIO MÍNIMO

O texto prevê reajuste do salário mínimo para R\$ 1.502 em 2025. O valor, entretanto, ainda pode ser modificado devido ao pacote de cortes de gastos enviado pelo governo, que ainda não foi votado.

O parecer aprovado na comissão, de relatoria do senador Confúcio Moura (MDBRO) acolheu 694 emendas ao texto, que possui cerca de mil páginas.

FUNDO PARTIDÁRIO E EMENDAS

Os congressistas alteraram o texto aprovado na Comissão Mista de Orçamento nos pontos relativos ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos, o Fundo Partidário e ao contingenciamento de emendas parlamentares.

Em relação ao Fundo Partidário, o texto aprovado na comissão estabelecia que o fundo deveria ser corrigido segundo as regras do novo arcabouço fiscal em 2025, limitado a até 2,5% acima da **inflação** do ano anterior. Com a alteração, a correção do fundo partidário será

feita pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

Já em relação às emendas parlamentares, os congressistas retiraram a previsão de o governo contingenciar emendas parlamentares quando necessário. Agora, se o Executivo desejar contingenciar as emendas, deverá respeitar a mesma proporção aplicada às demais despesas discricionárias.

Ao apresentar as alterações, Confúcio Moura ressaltou ser contra as alterações, mas disse que promoveu mudanças devido a um acordo de líderes partidários das duas cassas.

"É uma referência ao fundo partidário. Há uma divergência corrigida na mensagem do executivo de que o fundo partidário seria corrigido na mesma proporção das receitas da Justiça Eleitoral. Os líderes partidários não concordaram", disse. "Se houver contingenciamento de despesas do Executivo, elas não incidirá sobre emendas parlamentares", explicou.

EMENDAS PIX

Para emendas parlamentares de transferência especial, as chamadas emendas Pix, foi mantido o relatório de Confúcio Moura, determinando que seja informado previamente o plano de trabalho, com objeto e valor do repasse. A falta do plano pode implicar na suspensão da execução da emenda. Outra regra da LDO prevê que não serão vedados repasses federais a municípios com população inferior a 65 mil habitantes que estejam inadimplentes.

Além disso, o relatório incluiu uma lista com 16 tipos de despesas que não poderão ser contingenciadas, ou seja, congeladas no Orçamento de 2025.

SÃO ELAS:

promoção do desenvolvimento regional por meio de recursos arrecadados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus;

despesas relacionadas ao Ensino Profissional Marítimo; a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras; despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal;

Site: <https://www.folhadelondrina.com.br/digital>

despesas com análises para outorga de títulos minerários e com a fiscalização da lavra de recursos minerais estratégicos; aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar;

defesa agropecuária; subvenção econômica ao prêmio do seguro rural;

despesas com proteção, promoção e apoio às populações indígenas;

programa de proteção aos defensores de direitos humanos, comunicadores e ambientalistas;

programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte;

programa de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas;

Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente;
Fundo Nacional do Idoso;

Fundo de Universalização Serviços de Telecomunicações; despesas com a prevenção e mitigação de desastres naturais.

Algumas despesas orçamentárias ficaram protegidas de contingenciamento de gastos ao longo do próximo ano, impedindo o governo federal de cortar essas despesas para cumprir a meta fiscal.

ENTRE OS GASTOS QUE NÃO PODERÃO SER CONGELADOS ESTÃO:

Sistema de Fronteiras;

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal;

Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa);

apoio às populações indígenas; Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente;

Fundo Nacional do Idoso;

análises para outorga de títulos minerários com a fiscalização da lavra de recursos minerais estratégicos;

aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para promoção da segurança alimentar e nutricional;

- defesa agropecuária; seguro rural; e outros.

Direitos tributários e benefícios sociais para pacientes com câncer no Brasil (Artigo)

CLÉCIO S. STEINTHALER

CLÉCIO S. STEINTHALER CONTADOR, ECONOMISTA E PROFESSOR DA ESTÁCIO

Neste artigo, vou abordar um assunto muito delicado, que para muitos ainda é um tabu, mas por falta de uma conscientização diversificada, muitos dos direitos são esquecidos. Quero conversar sobre os direitos tributários e benefícios sociais disponíveis aos pacientes diagnosticados com câncer no Brasil.

Comenta-se de forma genérica sobre as isenções do Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), mas fala-se pouco sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), dos direitos relacionados à quitação de financiamentos habitacionais, ao saque do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Programa de Integração Social (PIS).

Assim, abordarei os critérios e documentações necessários para cada benefício, contribuindo para a conscientização dos pacientes e de seus familiares.

Isenção de Imposto de Renda para Pacientes Aposentados com Câncer: possuem direito à isenção de Imposto de Renda (IR) sobre rendimentos provenientes de aposentadoria, reforma e pensão, incluindo complementações.

Este benefício abrange também rendimentos acumulados, desde que sejam oriundos dessas fontes.

Para obtê-lo, é necessário requerer junto ao órgão responsável pelo pagamento da aposentadoria, como o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) ou instituições estaduais e municipais. A comprovação da condição médica se dá mediante laudo pericial emitido por órgãos oficiais, como o Instituto Nacional de Câncer (INCA).

Isenção de IPI, IPVA e ICMS na Aquisição de Veículos Adaptados: a isenção desses **impostos** é destinada a pacientes com câncer que apresentem deficiência física nos membros superiores ou inferiores, inviabilizando a condução de veículos convencionais. O benefício permite a aquisição de automóveis nacionais adaptados com características específicas,

como câmbio automático e direção hidráulica.

Isenção de ICMS na aquisição de medicamentos para o tratamento: o estado do Paraná isenta o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 169 medicamentos usados no tratamento de câncer. A isenção foi estabelecida pelo decreto 2.243/23.

Quitação do Financiamento Imobiliário: a quitação do financiamento habitacional é um benefício para pacientes com invalidez total e permanente decorrente de acidente ou doença, incluindo câncer.

Este direito se aplica a financiamentos contratados pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH), sendo garantido pelo seguro embutido nas parcelas do financiamento.

A quitação é proporcional ao valor financiado, e o processo deve ser mediado pela entidade financeira responsável pelo contrato.

Saque do FGTS e do PIS: adquirem o direito ao saque integral do saldo disponível no FGTS. Este direito também se estende a trabalhadores que possuem dependentes com câncer. O saque pode ser efetuado enquanto houver saldo na conta, mediante apresentação de documentação comprobatória.

De forma similar, o saque do PIS é permitido para trabalhadores cadastrados no programa que sejam portadores de câncer ou possuam dependentes diagnosticados.

O valor corresponde ao saldo total de quotas e rendimentos acumulados.

Portanto, os pacientes com câncer no Brasil dispõem de um amplo conjunto de benefícios fiscais e sociais que visam reduzir os encargos financeiros e proporcionar maior qualidade de vida durante o tratamento. A obtenção desses direitos, entretanto, exige o cumprimento de requisitos específicos e a apresentação de documentos adequados. A divulgação dessas informações é essencial para garantir o pleno exercício dos direitos por parte dos pacientes e de suas famílias.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/rysi/#p=1>

SAÚDE MENTAL: A LEI TRABALHISTA E O PAPEL DAS EMPRESAS (Artigo)

Com a chegada de 2025, novas regulamentações sobre segurança e saúde no trabalho entrarão em vigor, destacando a importância do gerenciamento de riscos ocupacionais. Este tema permanece no centro das discussões globais, especialmente no ambiente de trabalho, onde o bem-estar dos colaboradores é essencial para a produtividade e a qualidade de vida.

A OMS define saúde mental como um estado de bem-estar em que o indivíduo percebe suas capacidades, lida com o estresse da vida, trabalha de forma produtiva e contribui para a sociedade¹. No ambiente de trabalho, isso envolve a capacidade de gerenciar pressões e exigências da sua função, bem como sua relação com a empresa.

Em 2021, o **INSS** apontou que mais de 200 mil trabalhadores foram afastados devido a doenças mentais e comportamentais². Atualmente, estima-se que os afastamentos relacionados a burnout representem aproximadamente 30% dos afastamentos por transtornos mentais no Brasil.

No Brasil, a Constituição e a CLT contemplam normas gerais de saúde e segurança, mas não abordam explicitamente a saúde mental. Em resposta a essa lacuna, o Ministério do Trabalho recentemente publicou uma Norma Técnica sobre Doenças Mentais Relacionadas ao Trabalho e atualizou a Norma Regulamentadora 1 (NR 1).³ A partir de 26 de maio de 2025, essa atualização exigirá que as empresas identifiquem e previnam riscos psicossociais relacionados ao trabalho.

Outro avanço foi a Lei 14.831, de 2024, que criou o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental, concedido a empresas que promovem práticas de apoio psicológico, qualidade de vida no trabalho e outras iniciativas voltadas à saúde mental no ambiente laboral. Esse certificado buscatanto reconhecer publicamente empresas comprometidas com o bem-estar mental quanto incentivar outras a seguirem os exemplos.

Além das exigências legais, as empresas devem adotar medidas para prevenir doenças mentais e afastamentos, que impactam seus custos. Programas de qualidade de vida, controle de estresse, monitoramento da carga de trabalho e políticas de flexibilidade (como home office) são estratégias

eficazes. O treinamento das lideranças e políticas de bem-estar também são essenciais para a implementação correta destas práticas.

As regulamentações até 2025 reforçam a importância de reavaliar essas práticas, pois gerenciar riscos psicossociais e promover o bem-estar é uma responsabilidade social que melhora produtividade e qualidade de vida dos trabalhadores. Medidas de prevenção e suporte constroem um ambiente de trabalho mais saudável, engajado e sustentável.

* Advogado Trabalhista do Manucci Advogados, formado Bacharel em Direito pelo Centro Universitário UNA, e Pós-Graduado em Direito do Trabalho e Previdenciário pela PUC-MINAS.

Site:

<https://digital.hojeemdia.com.br/produto/hed/edicao/12747/121e94dbbc3c832a6f9bf8eb885d05bdc0d0bcfa89444cc0349ab1ee1a3378ca.pdf>

Caixa paga Bolsa Família a beneficiários com NIS de final 8

Agência Brasil

A Caixa Econômica Federal paga nesta quinta-feira (19) a parcela de dezembro do novo Bolsa Família aos beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 8.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600, mas com o novo adicional o valor médio do benefício sobe para R\$ 678,36. Segundo o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, neste mês o programa de transferência de renda do Governo Federal alcançará 20,81 milhões de famílias, com gasto de R\$ 14,07 bilhões.

Além do benefício mínimo, há o pagamento de três adicionais. O Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até seis meses de idade, para garantir a alimentação da criança. O Bolsa Família também paga um acréscimo de R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos e outro, de R\$ 150, a famílias com crianças de até 6 anos.

No modelo tradicional do Bolsa Família, o pagamento ocorre nos últimos dez dias úteis de cada mês. O beneficiário poderá consultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem, usado para acompanhar as contas poupança digitais do banco.

Moradores do Rio Grande do Sul, afetados por enchentes de abril a junho, e de mais quatro estados (Amazonas, Paraná, Rondônia e São Paulo) receberam o pagamento do Bolsa Família de forma unificada no último dia 10, independentemente do número do NIS. O pagamento unificado beneficiou 59 municípios do Amazonas e 52 de Rondônia afetados pela estiagem e pela vazante dos rios, sete municípios do Paraná e 21 municípios de São Paulo afetados por fortes chuvas.

A partir deste ano, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei 14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema

(reprodução dos peixes).

Regra de proteção

Cerca de 2,74 milhões de famílias estão na regra de proteção em dezembro. Em vigor desde junho do ano passado, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante receba o equivalente a até meio salário mínimo. Para essas famílias, o benefício médio ficou em R\$ 370,33.

Cadastro

Desde julho do ano passado, passa a valer a integração dos dados do Bolsa Família com o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS). Com base no cruzamento de informações, cerca de 280 mil de famílias foram canceladas do programa neste mês por terem renda acima das regras estabelecidas pelo Bolsa Família. O CNIS conta com mais de 80 bilhões de registros administrativos referentes a renda, vínculos de emprego formal e benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**.

Em compensação, outras 200 mil de famílias foram incluídas no programa em dezembro. A inclusão foi possível por causa da política de busca ativa, baseada na reestruturação do Sistema Único de Assistência Social (Suas) e que se concentra nas pessoas mais vulneráveis que têm direito ao complemento de renda, mas não recebem o benefício.

Auxílio Gás

O Auxílio Gás também será pago nesta quinta-feira às famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com NIS final 8. O valor ficou em R\$ 104 neste mês. Por causa de um atraso na liberação do benefício os beneficiários com NIS 1 e 2 receberam na última quinta-feira (12). Os beneficiários de NIS 3 em diante estão recebendo conforme o calendário de liberação do Bolsa Família.

Com duração prevista até o fim de 2026, o programa beneficia cerca de 5,5 milhões de famílias. Com a aprovação da Emenda Constitucional da Transição, no

fim de 2022, o benefício foi mantido em 100% do preço médio do botijão de 13 kg.

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.

Site:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-12/caixa-paga-bolsa-familia-beneficiarios-com-nis-de-final-8>

Disparada do dólar e natureza da crise

O país vive uma crise de credibilidade, com erros de análise do mercado, alguns momentos de pura especulação e falhas de comunicação do governo. Não da comunicação oficial, mas sim das falas que reforçam percepções mais pessimistas. Em geral, como tenho escrito aqui, não há razões concretas para tanta deterioração de expectativas. Não é uma crise fiscal em si, baseada em números. Basta comparar o que o mercado esperava dos indicadores fiscais e de dívida pública no começo e no fim dos dois últimos anos. Ainda que haja estruturalmente necessidade de ajuste fiscal.

Ontem, foi o pior dia dessa disparada porque os problemas internos se somaram ao **comunicado** do Fed de que vai fazer apenas mais dois cortes de juros. O debate nacional se trava como se o país estivesse em meio a uma crise fiscal gravíssima. O governo tem uma dívida interna alta, há muito tempo, e precisa zerar seu déficit para não alimentar o crescimento desse passivo. O país precisa ter horizonte de equilíbrio e ser capaz de ver a estabilização e a queda no futuro.

O ponto é que não houve uma piora em relação ao que o mercado esperava, quando mantinha outro patamar de preços dos ativos. No Boletim Focus de 5 de janeiro, a previsão era de um déficit primário de 0,8% do **PIB**, e uma dívida líquida, descontadas as reservas cambiais, de 64,25%, com uma alta do **PIB** de 1,6%. Naquele tempo, achava-se que a Selic fecharia o ano em 9%. No Focus do último dia 13, a previsão mediana do **PIB** foi para 3,42%, a dívida líquida para 63% e o déficit primário para 0,5%. Ou seja, as expectativas para a dívida e o déficit estão menores. E, para o **PIB**, maiores. A dívida bruta do governo geral, incluindo **INSS**, governos estaduais e municipais, pela medida do Banco Central, está em 78,6%. Cresce também quanto mais os juros sobem, não apenas pelo déficit público.

Não foi o que se gastou a mais que fez tanta diferença. A surpresa foi que, com o mesmo impulso fiscal, houve mais crescimento e a taxa de juros terminal, que era 9%, hoje é 12,25%. Na visão de uma autoridade governamental, é preciso olhar mais para todos os dados e entender o que está acontecendo na economia brasileira.

- Os economistas não consideram os gastos qualitativamente. Foi dado o mesmo impulso fiscal, mas de forma mais distributiva. O governo retirou alguns benefícios de empresas e de camadas

específicas e distribuiu renda. Isso é progressivo, aumentou a propensão ao consumo dessas pessoas. A conclusão é: se com a mesma pressão no acelerador o carro andou mais rápido, vai ter que pisar mais no freio e, por isso, subiu a previsão dos juros.

Na terça-feira, houve um momento em que circularam fake news usando o nome do futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, e isso fez o dólar dar um salto. Depois voltou. Mas ontem novamente houve uma disparada muito mais consistente. Algumas notícias são mesmo ruins. A LDO aprovada ontem excluiu o bloqueio de emendas e manteve o fundo partidário fora do arcabouço fiscal, permitindo um aumento superior a 2,5%. Além disso, o risco de desidratação do pacote no Congresso rondou o dia inteiro o país.

No cenário externo tudo piorou. O Fed cortou mais 0,25 ponto percentual e indicou que vai fazer mais dois cortes apenas. Com o governo Trump fazendo ameaças que, se concretizadas, vão elevar a **inflação**, o espaço para queda dos juros americanos diminuiu. Isso fez o dólar subir no mundo inteiro. A alta foi de 2,3% em relação ao euro e de 2,82% em relação ao real, que teve o pior desempenho em 33 moedas acompanhadas pelo jornal Valor.

Quando se fala em erros da comunicação é principalmente de declarações de autoridades, como a afirmação que de agora em diante o Banco Central será diferente. Houve unanimidade em todas as decisões. Goste-se ou não delas. Foi um erro também, hoje já reconhecido internamente no governo, apresentar as medidas fiscais junto com a isenção da renda até R\$ 5 mil. Mas o que está pegando mesmo é o temor no mercado de que essa conta seja coberta por cobrança em dividendos, atualmente isentos, ou em papéis que hoje não pagam imposto.

Mas isso é ruim? Não. Cobrar mais de quem paga menos é o correto. Uma reforma da renda tem que passar por tributação de dividendos e cobrança de **impostos** de setores mal tributados ou com isenções e deduções imerecidas. Do contrário, o Brasil continuará sendo um dos países mais desiguais do planeta.

(Com Ana Carolina Diniz)

Site: <https://oglobo.globo.com/blogs/miriam-leitao/coluna/2024/12/disparada-do-dolar-e-natureza-da-crise.ghtml>

Limitação da isenção do IR ameaça direitos de aposentados com doenças graves

O pacote fiscal anunciado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, propõe limitar a isenção do Imposto de Renda para aposentados e pensionistas diagnosticados com doenças graves. Atualmente, esses beneficiários são isentos do imposto independentemente do valor de seus rendimentos.

Com a nova medida, a isenção do imposto de renda seria limitada aos aposentados e pensionistas que recebem até R\$ 20 mil mensais. Aqueles cujo benefício ultrapasse esse valor estariam sujeitos à tributação, ainda que diagnosticados com doenças graves.

Vale ressaltar que as mudanças propostas ainda precisam ser aprovadas pelo Congresso Nacional e, se sancionadas, entrarão em vigor somente a partir de 1º de janeiro de 2026.

Em razão disso, é altamente recomendado que aposentados e pensionistas diagnosticados com doenças graves, cujo benefício supere R\$ 20 mil mensais, consultem um advogado de sua confiança para ingressar com o processo judicial e assegurar o benefício fiscal antes de uma eventual alteração da lei.

Ressalta-se que o benefício fiscal da isenção do imposto de renda pode ser aplicado a todo e qualquer tipo de aposentadoria e pensão:

- Aposentadorias e Pensões do **INSS**;
- Aposentadorias e Pensões de **Servidores Públicos** Federais, Estaduais ou Municipais;
- Aposentadorias e Pensões de Militares das Forças Armadas; e
- Aposentadorias e Pensões Complementares/Privadas (VGBL ou PGBL).

Para ter direito ao benefício fiscal de isenção do imposto de renda, o aposentado ou pensionista deve ser diagnosticado com alguma das doenças graves previstas no art. 6º, incisos XIV e XXI, da Lei nº 7.713/1988, sendo elas:

- Moléstias profissionais
- Tuberculose ativa

- Alienação mental
- Esclerose múltipla
- Neoplasia maligna (câncer)
- Cegueira (inclusive cegueira de apenas um olho)
- Hanseníase
- Paralisia irreversível e incapacitante
- Cardiopatia grave (doença grave no coração atestada por cardiologista)
- Doença de Parkinson
- Espondiloartrose anquilosante
- Nefropatia grave (doença grave nos rins)
- Hepatopatia grave (doença grave no fígado)
- Estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante)
- Contaminação por radiação
- Síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS)

Outras doenças que não estão previstas acima, infelizmente, não garantem o direito à isenção do imposto de renda. Isso porque a Lei nº 7.713/1988 é taxativa, ou seja, o benefício fiscal de isenção é concedido exclusivamente aos aposentados e pensionistas diagnosticados com as enfermidades expressamente previstas na legislação.

Ademais, é importante destacar que o sucesso no tratamento de uma doença grave não afasta o direito do aposentado ou pensionista à isenção de imposto de renda, conforme entendimento pacificado pelas Cortes Superiores e amplamente aplicado pela jurisprudência dos Tribunais em todos os Estados do Brasil. Nesse sentido, segue um exemplo prático:

- Carlos possui descontos de imposto de renda em sua aposentadoria e foi diagnosticado com câncer de próstata em 15/10/2015. Após dois anos de tratamento

(15/10/2017), Carlos foi submetido à cirurgia de Prostatectomia Radical, que foi um sucesso, não apresentando nenhum sintoma após o procedimento cirúrgico. Carlos possui direito à isenção do imposto de renda em sua aposentadoria? A resposta é Sim! Isso porque, o Superior Tribunal de Justiça já resolveu a questão e entendeu, quando da edição da Súmula 627, que: "O contribuinte faz jus à concessão ou à manutenção da isenção do imposto de renda não se lhe exigindo a demonstração da contemporaneidade dos sintomas da doença nem da recidiva da enfermidade. (STJ. 1ª Seção. Aprovada em 12/12/2018 DJe 17/12/2018)".

Como pedir a isenção do pagamento de IR?

O primeiro passo é buscar um laudo com um médico especialista para atestar o acometimento da doença grave prevista expressamente na Lei 7.713/1988. É indispensável que conste no laudo médico a data de início da doença, o CID e a descrição do quadro de saúde.

Vale destacar que o laudo médico pode ser emitido pelo SUS ou por médico particular, uma vez que a Justiça não exige que o laudo seja exclusivamente do SUS.

O próximo passo é conferir se há descontos de imposto de renda em sua aposentadoria ou pensão através da consulta aos holerites mensais e/ou no informe de rendimentos anuais fornecidos pela instituição pagadora do benefício. As deduções do imposto de renda geralmente são classificadas como "Imposto de renda retido na fonte".

Após juntar as provas documentais do diagnóstico da grave e constatar que você possui descontos a título de imposto de renda, é necessário procurar um advogado especialista para analisar a documentação, elaborar os cálculos da restituição do imposto de renda e propor uma ação judicial.

Não é recomendado que o pedido seja realizado na via administrativa em razão dos diversos obstáculos conhecidos dessa via, tais como a demora excessiva na análise dos casos, a burocracia extrema de seus sistemas internos, a falta de suporte e andamento ao contribuinte, sem contar os indeferimentos injustos das autoridades administrativas.

Por outro lado, se o pedido for realizado diretamente através de um processo judicial com um advogado especialista, o aposentado/pensionista terá maior segurança, transparência e celeridade na análise de seu pedido de isenção e restituição do imposto de renda.

Diante da possibilidade de alteração da legislação da isenção do imposto de renda, a via judicial torna-se indispensável, especialmente considerando que uma sentença judicial assegurará o direito do contribuinte, mesmo em caso de eventual mudança na lei que limite ou restrinja tal benefício.

Por fim, vale ressaltar que a via administrativa serve apenas para garantir o direito à isenção, enquanto a restituição do imposto recolhido indevidamente na fonte do benefício somente poderá ser ressarcida por meio de RPV ou Precatório judicial.

O benefício fiscal de isenção do imposto de renda proporciona um importante alívio financeiro aos aposentados e pensionistas que enfrentaram ou ainda enfrentam momentos difíceis em razão do diagnóstico de uma doença grave.

Além desse alívio mensal, o aposentado ou pensionista pode solicitar a restituição de todos os valores indevidamente descontados na fonte de seu benefício, contados desde a data do diagnóstico e observando-se o limite máximo dos últimos cinco anos.

Em alguns casos, a restituição do imposto de renda pode superar o valor de R\$ 80 mil.

A isenção do imposto de renda prevista no art. 6º, incisos XIV e XXI, da Lei n.º 7.713 é um direito social capaz de transformar a vida dos aposentados e pensionistas, que além da idade avançada, estão lutando ou lutaram por muito tempo contra uma doença grave.

Limitar esse direito essencial aos aposentados e pensionistas que recebem até R\$ 20 mil mensais demonstra que o atual governo não está comprometido com a Justiça Social, sobretudo porque, em vez de promover cortes de gastos de regalias do setor político, opta por restringir direitos sociais dos idosos acometidos por doenças graves.

Em razão disso, recomenda-se fortemente que aposentados e pensionistas consultem um advogado de sua confiança para ingressar com o processo judicial de isenção e restituição do imposto de renda antes de uma eventual alteração na legislação, conforme pretende o atual governo.

(*) Juan Carlos Serafim é advogado especialista em Direito Previdenciário e sócio de setor no escritório Aith, Badari e Luchin Advogados.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/limitacao-da-isencao-do-ir-ameaca-direitos-de-aposentados-com-doencas-graves,4f92f2c58d9890403ee1869bddace1d5um8566lb.ht>

ml

Esforço dos brasilienses para preservar FCDF

ARTHUR DE SOUZA

Após mais uma dura batalha para que o cálculo de reajuste do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) não fosse alterado, a bancada federal do DF e o governo local conseguiram que os cortes fossem retirados do texto final do Projeto de Lei (PL) 4.614/2024, um dos que fazem parte do pacote fiscal do governo federal. O relatório foi apresentado, ontem, pelo deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL).

As articulações duraram quase três semanas e o principal nome a intermediar as negociações nas últimas horas foi Rafael Prudente, por ser do mesmo partido do relator. No relatório, o deputado de Alagoas disse que, "ao alterar a forma de recomposição dos recursos do FCDF repassados pela União, o projeto impõe severa restrição fiscal ao Distrito Federal".

"É competência da União, conforme art. 21, inciso XIV da Constituição Federal, manter adequadamente a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, bem como prestar assistência financeira ao Distrito Federal para a execução de serviços públicos, recompor os recursos do fundo apenas com a correção monetária não reflete corretamente o crescimento da população e da renda", observou o texto do relator Isnaldo Bulhões.

Ao Correio, o governador Ibaneis Rocha (MDB) disse que recebeu a notícia com "muita serenidade".

"É o melhor para a capital da República e para todo o Brasil", avaliou o embedista.

Pelas redes sociais, o governador celebrou: "O corte no Fundo Constitucional, que é um patrimônio de todos os brasilienses e brasileiros, foi retirado do texto final da Câmara, o que reforça a importância de Brasília como capital do país e assegura investimentos essenciais em segurança, saúde e educação.

Agradeço aos parlamentares pelo compromisso com essa causa", ressaltou.

A vice-governadora Celina Leão (PP), que esteve na Câmara dos Deputados ontem à tarde, afirmou à reportagem que o sentimento é de "gratidão" pela retirada do FCDF do projeto. "Foi uma vitória coletiva.

Agradeço ao MDB, em nome do líder Isnaldo (Bulhões Jr.) e a todos os líderes que acordaram (em nosso favor) também. O impacto (no corte de gastos do governo federal) seria muito pequeno, perto do prejuízo da manutenção da capital da República", salientou.

"Estamos muito felizes, em nome do GDF e do governador Ibaneis. Estou, realmente, muito grata. Acho que as palavras para representar esse momento é unidade e gratidão", definiu Celina.

Dever cumprido

Gilvan Máximo (Republicanos) disse que o sentimento é de dever cumprido, mais uma vez. "Decidimos, desta vez, trabalhar em silêncio, sem dar tanto alarde, para que não houvesse nenhum tipo de prejuízo", comentou.

"Agora é focar no Senado.

Vamos precisar, novamente, de articulação para que o Fundo não volte ao projeto", afirmou o parlamentar.

A deputada Erika Kokay (PT) salientou que tudo ficou dentro do que a bancada do DF estava prevendo. Ela acredita que existe a chance de ter algum destaque, por parte do governo. "Mesmo assim, se houver, acredito que será derrotado, por causa dos acordos que costuramos durante as últimas semanas", apontou.

Reginaldo Veras (PV) disse estar aliviado com o que classificou como uma "vitória momentânea".

"Fruto das nossas negociações nos bastidores. Agora é votar e torcer para ninguém pedir destaque do item", afirmou.

De acordo com ele, as articulações no Senado Federal devem ser mais fáceis.

O deputado Julio Cesar Ribeiro (Republicanos) disse que a retirada foi uma "importante vitória" para o DF. "Com muita articulação no Congresso, conseguimos proteger o Fundo Constitucional.

Essa conquista, fruto do esforço conjunto com o governador Ibaneis Rocha, a vice-governadora Celina

Leão, a bancada do DF e o relator Isnaldo Bulhões Jr., assegura a manutenção de recursos essenciais para a segurança, a saúde e a educação da nossa capital", comentou.

"Seguimos firmes na luta pela aprovação final do projeto, sempre em defesa dos interesses do Distrito Federal", acrescentou.

Pressão da sociedade

Representante do Movimento Todos Pró Brasília (MTB), Ronaldo Silva disse que o movimento foi criado após a percepção de que a sociedade, em si, não estava articulando também.

"Independentemente de sermos políticos, funcionários públicos, profissionais liberais ou de qualquer área, estamos aqui porque moramos na capital", pontuou.

"Assim surgiu esse movimento apartidário, independente de qualquer sigla partidária. Fomos de gabinete em gabinete, em todos eles, independentemente de qual era o nome do partido, e em vários outros órgãos, conscientizando as pessoas de que o Fundo Constitucional não é fomento, é custeio", acrescentou.

O Fundo Constitucional do Distrito Federal é um recurso da União repassado anualmente para o DF, com o objetivo de custear a saúde, a segurança pública e a educação na capital do país e está em vigor desde 2002.

Atualmente, o cálculo do percentual para atualização do recurso é feito de acordo com a Receita Corrente da União (RCL), ou seja, quanto mais o governo federal recebe, maior é o valor do fundo repassado ao DF.

O Projeto de Lei 4614/2024, que tramita na Câmara dos Deputados, havia proposto a mudança na forma de cálculo do FCDF. O projeto, de autoria do líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), queria que a correção passasse a ser pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ou de outro índice que venha a substituí-lo. Um estudo feito pela Secretaria de Economia do DF aponta que, caso o cálculo mudasse, o FCDF poderia sofrer uma perda de R\$ 800 milhões, somente em 2025. Além disso, o prejuízo poderia chegar a R\$ 12 bilhões, em 15 anos.

Em maio de 2023, políticos do DF se uniram contra a proposta de inclusão do Fundo Constitucional no Arcabouço Fiscal.

À época, o governador Ibaneis Rocha reuniu ex-

governadores e outras autoridades para discutir formas de conseguir retirar o FCDF do projeto. A batalha, que durou longos meses, passou pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.

A vice-governadora Celina Leão (PP) liderou as articulações, pelo fato de ser do mesmo partido do relator do projeto, Cláudio Cajado (PP-BA) e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Em agosto do mesmo ano, o texto do novo regime fiscal foi aprovado, sem o Fundo Constitucional, em uma sessão deliberativa da Câmara, com 379 dos 443 votos dos parlamentares presentes.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6772/19-12-2024.html?all=1>

Câmara reduz impacto de parte do pacote fiscal

**GABRIEL SABÓIA, BERNARDO LIMA
ETHAÍSBARCELLOS**

Deputados dão aval ao bloqueio de apenas parte das emendas parlamentares como forma de cumprir arcabouço.

Relatório da PEC diminui efeito de mudanças no Fundeb e afrouxa regra para limitar supersalários

A Câmara dos Deputados desidratou o pacote de contenção de gastos do governo Lula ontem e decidiu dar aval ao bloqueio de apenas parte das emendas parlamentares como forma de cumprir os limites do arcabouço fiscal. Além disso, o relatório da proposta de emenda à Constituição (PEC) do mesmo conjunto de medidas reduziu impacto com mudanças no Fundeb (fundo para educação básica) e afrouxa o comando para limitar os supersalários. Em outro ponto, reduziu medidas de controle do Benefício de Prestação Continuada (BPC) após resistências até do PT, partido do presidente da República. As mudanças feitas pelo relator diminuirão o impacto da proposta do BPC em R\$ 12 bilhões até 2030.

Na noite de ontem, a Câmara testou quórum em um dos requerimentos que antecedem a votação do mérito para votar a PEC do abono salarial e dos supersalários, mas o apoio foi de apenas 294 votos, patamar considerado insuficiente para aprovar a proposta. Com isso, a sessão foi encerrada e será retomada hoje.

Ao longo do dia, durante a tramitação foram feitas alterações nas propostas. No caso das emendas, a mudança foi feita de última hora com proposta apresentada pelo líder do governo na Câmara, deputado José Guimarães (PT-CE). Pela proposta aprovada e que segue para o Senado, fica estabelecido que o bloqueio de até 15% das emendas valerá apenas para as verbas não impositivas. Caso seja necessário o bloqueio de despesas por conta de alta de gastos obrigatórios, isso não vai atingir emendas individuais e de bancada.

O texto faz parte do projeto que tem gatilhos para o arcabouço fiscal, cuja votação na Câmara foi concluída ontem. Outros dois projetos tiveram relatório apresentado.

REGRAS DO ABONO

A PEC original do governo que muda regras do abono salarial previa que uma lei complementar tratasse das verbas que podem ficar fora do teto de **servidores públicos**, hoje em R\$ 44 mil mensais. O relator Moses Rodrigues (União Brasil-CE) alterou o texto para prever regulamentação por meio de lei ordinária, que requer quórum mais baixo e pode mais facilmente ser flexibilizada. Outro trecho incluído por ele diz que, enquanto a regra não for aprovada, permanece tudo como está hoje.

O relator reduziu de 20% para 10% o percentual da complementação da União ao Fundeb (fundo de educação básica) que poderá ser usado em ações para criar e manter matrículas em tempo integral na educação básica. Além disso, cita apenas o ano de 2025. Inicialmente, o governo calculava que a proposta original renderia economia de R\$ 10,3 bilhões entre 2025 e 2026, e de R\$ 42,3 bilhões até 2030.

Moses manteve, porém, as

novas regras para o abono salarial (PIS/Pasep), restringindo acesso ao benefício. Este passará a ser pago a quem ganha até R\$ 2.640,00 valor será corrigido pela **inflação** nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio.

Em outra proposta, o projeto de lei que muda a regra de correção do salário mínimo retirou parte das exigências que o governo havia proposto para as pessoas terem acesso ao BPC -um salário pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

O texto do governo impedia que, numa mesma família, mais de uma pessoa recebesse o BPC ou outro benefício. Isso foi retirado. Para ter direito ao BPC, é preciso que a família tenha renda per capita de no máximo 25% do salário mínimo (o equivalente a R\$ 353 por mês). O relatório retira a regra que vedava o acesso ao BPC a quem tem posse ou propriedade de bens ou direitos.

O relator, deputado Isinaldo Bulhões (MDB-AL), manteve, porém, a obrigatoriedade de cadastro biométrico para concessão, manutenção e renovação

de benefícios sociais.

E estabeleceu que a concessão administrativa ou judicial do benefício à pessoa com deficiência fica sujeita à avaliação que ateste deficiência de grau moderado ou grave.

No salário mínimo, fica mantida a regra do governo de que não poderá haver crescimento real acima dos limites do arcabouço fiscal, que vai de 0,6% a 2,5% ao ano.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, se reuniu ontem com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e líderes da Casa. Haddad disse que o impacto fiscal do pacote não mudará muito após as mudanças na Câmara. Inicialmente, o governo estimou economia de R\$ 70 bilhões em dois anos.

- Estamos confiantes de que não vai haver desidratação pelas conversas mantidas nesses dias, de segunda-feira para cá. Passamos três dias conversando com todo mundo, há aqui ou ali uma resistência ou outra, mas, a princípio, acredito que a escala da contenção de gastos será mantida -disse.

O ministro indicou que a proposta que muda a previdência dos militares, enviada esta semana, deve ficar para 2025. O texto prevê idade mínima de 55 anos para as três Forças a partir de 2032.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Câmara aprova projeto do pacote de contenção de gastos

Preocupada com a escalada do dólar, a Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (18) um dos projetos de lei do pacote fiscal e encaminhou, num acordo, a votação dos outros dois. Mas, apesar do susto pela chegada do dólar a R\$ 6,26 e das cobranças de mais cortes pelo governo, os deputados desidrataram as propostas: jogaram para frente o corte nos supersalários, impediram o bloqueio das emendas parlamentares impositivas, excluíram o parcelamento de créditos tributários, limitaram a desvinculação de fundos, rejeitaram alterações nas regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e na forma de cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF).

As mudanças terão impacto nos cortes de R\$ 70 bilhões em dois anos divulgado pela equipe econômica do governo em novembro, mas ainda não é possível estimar exatamente quanto porque o governo se esquivou de passar os números detalhados e não elencou os ganhos com cada medida. Em alguns casos, contu-

do, já há como estimar as perdas.

Os deputados rejeitaram, por exemplo, a possibilidade de bloqueio das emendas parlamentares ao Orçamento não impositivas se ocorrer aumento de despesas obrigatórias que coloque em risco o arcabouço fiscal. Essa mudança diminuirá a potência fiscal da medida em quase 80%.

As emendas impositivas, que são individuais ou de bancada estadual, continuarão a ser objeto apenas de contingenciamento (se houver frustração de receitas que impeça atingir a meta fiscal). Elas somam R\$ 39,5 bilhões em 2025 e, caso o bloqueio fosse aprovado, o governo poderia cortar até R\$ 5,9 bilhões.

Agora, com a nova regra aprovada, o bloqueio incidirá somente sobre as emendas de comissão (R\$ 11,5 bilhões em 2025) e de bancada estadual que não forem impositivas (o valor ainda de-

Mudanças terão impactonos cortes projetados pelo governo nos próximos dois anos

pende da aprovação da lei orçamentária anual). O limite será de 15%, proporcional ao bloqueio das despesas discricionárias do próprio Poder Executivo,

ejá era autorizado pela legislação que existia até então. Com isso, o corte ficará limitado a R\$1,7 bilhão.

Na terça-feira, o projeto de lei complementar do pacote já tinha perdido outras medidas de impacto fiscal, com a exclusão da possibilidade de que a União limitasse o uso de créditos tributários por parte das grandes empresas caso registrasse déficit primário a partir de 2025. Não foi divulgada conta de quanto isso representaria em receita.

Outra alteração no projeto foi retirar três dos oito fundos cujo superávit financeiro seria desvinculado para pagar os juros da dívida pública. A exclusão dos fundos da Marinha Mercante, Anti-drogas e Aviação Civil derrubou em menos da metade o impacto da medida. Dos R\$ 39,3 bilhões que seriam utilizados para diminuir a dívida pública, apenas R\$ 18 bilhões serão liberados pelo projeto agora. Isso não terá impacto primário, mas ajudará a elevar a dívida pública do país.

Por outro lado, foram aprovadas a proibição de prorrogação,

concessão e ampliação de incentivo tributário e de que as despesas com pessoal cresçam mais de 0,6% acima da **inflação** se o governo federal registrar déficit primário de 2025 em diante. No caso dos salários e cargos, a medida ainda garantirá crescimento real dessa despesa, embora sinalize um ritmo mais moderado.

"O pacote não é de corte de gastos, é de contenção do crescimento dos gastos", criticou o deputado Claudio Cajado (PP-BA), que foi relator do novo arcabouço fiscal na Câmara.

Os demais itens do pacote ainda não tinham sido votados até o fechamento desta edição, mas havia acordo, entre os partidos da base aliada, para aprová-los na sessão que ocorreria na noite desta quarta-feira. Mas isso após mudanças substanciais no texto.

A proposta de emenda constitucional (PEC) foi alterada para que os supersalários possam continuar sendo pagos enquan-

to não for aprovada uma lei ordinária que os limite. No texto do governo, o corte seria imediato das verbas

que não estivessem previstas em lei complementar. O argumento dos deputados foi pressionar o Senado a votar o projeto que está parado há quatro anos na Casa - e que, no entanto, abre 32 exceções para "verbas indenizatórias" para juizes, promotores e outros **servidores públicos** que já ganham o teto remuneratório de R\$ 44 mil.

O relator, deputado Moses Rodrigues (União-CE), também cortou pela metade da vinculação de recursos do Fundo de Valorização da Educação Básica (Fundeb) para custear a educação em tempo integral em 2025. A intenção do governo era destinar 20% do Fundeb para esta finalidade, mas o relator reduziu a 10%. Com isso, a economia cairá de R\$ 4,8 bilhões para R\$ 2,4 bilhões no próximo ano.

Os líderes partidários também

fizeram acordo para rejeitar o endurecimento das regras do Benefício de Prestação Continuada, pago a pessoas com deficiência e idosos de baixa renda, e aprovar apenas dois pontos da proposta do governo: o cadastramento biométrico e o fortalecimento do código da Classificação Internacional de Doenças (CID).

O relator, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), também excluiu a mudança na forma de cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal, que passaria a ser corrigido pela **inflação**. Para 2025, a perda é de R\$ 800 milhões. Até 2030, será de R\$ 12 bilhões. A rejeição ocorreu a pedido do governador Ibaneis Rocha, que é do MDB do relator.

A Câmara aprovou ainda, dentro de um dos projetos, a extinção do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), antigo DPVAT. A taxa foi recriada pelo Congresso este ano, mas era impopular.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Dólar só conhece rota de subida e vai a R\$ 6,26

» **ROSANA HESSEL** (Colaborou *Fernanda Strickland*)

Em novo dia tenso no mercado financeiro, o dólar disparou e bateu mais um recorde em meio ao aumento da desconfiança em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com alguns avanços da **reforma tributária** e do pacote de corte de gastos, no apagar das luzes do Congresso. No câmbio comercial, a moeda norte-americana fechou o pregão cotada a R\$ 6,266 para a venda - alta de 2,78% em único dia. Assim, o real acumula queda de 30% desde janeiro e está entre as moedas que mais derreteram em 2024. Na Bolsa de Valores de São Paulo, as perdas em um único dia das ações listadas foi de R\$ 130,6 bilhões, em valor de mercado, conforme levantamento da Elos Ayta.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou a forte desvalorização do real e afirmou que o movimento é de especuladores.

Para ele, o "ambiente de incerteza" no mercado força a alta da moeda norte-americana, que deverá se acomodar nas próximas semanas.

"Temos um câmbio flutuante, que, neste momento em que as coisas estão pendentes, reflete um clima de incerteza. Isso faz o câmbio flutuar", justificou Haddad. Segundo o ministro, nas conversas com grandes instituições financeiras, as previsões sobre o cenário econômico para 2025 "são mais promissoras".

"As avaliações dessas instituições são melhores do que as que os especuladores estão fazendo", afirmou aos jornalistas. Ao ser questionado sobre como será a relação entre o governo e o Banco Central daqui para frente, com a troca de comando da autarquia - sai Roberto Campos Neto e entra Gabriel Galípolo -, Haddad afirmou que Lula "nunca interferiu" no BC.

Intervenção

A disparada do dólar fez a autoridade monetária anunciar, na noite de ontem, uma nova intervenção no câmbio hoje. Serão leiloados US\$ 3 bilhões no mercado à vista. Nesta semana, o BC injetou US\$ 4,7 bilhões em dois leilões nesta semana, e não conseguiu fazer o dólar ficar abaixo de R\$ 6, patamar que vem sendo considerado a nova realidade para a moeda desde o anúncio do pacote fiscal prevendo

cerca de R\$ 70 bilhões em corte de gastos, em 27 de novembro. A iniciativa não foi bem aceita pelo mercado financeiro por ser considerada aquém do necessário para estabilizar o crescimento da dívida pública. As estimativas de impacto fiscal do pacote são menores, variando entre R\$ 40 bilhões e pouco mais de R\$ 50 bilhões.

Nem mesmo a intervenção do Tesouro, que atuou na recompra de títulos públicos, seguiu a disparada do dólar, em um momento em que muitas empresas estrangeiras enviam divisas para o exterior. Segundo analistas, a desconfiança do mercado financeiro no governo é crescente, pois os agentes econômicos estão precificando que o ajuste fiscal não vai acontecer na segunda metade do terceiro mandato de Lula.

"O pacote é insuficiente. Enquanto o governo tenta empurrar os cortes para 2025 e 2026, que é ano eleitoral, os operadores estão considerando que isso vai ocorrer apenas no próximo governo, seja ele qual for", destaca Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, demonstra preocupação com a eficácia das intervenções no câmbio. "O BC optou por dar liquidez e tentar apagar o incêndio via mercado à vista. Se a raiz do problema não for atacada - o desequilíbrio fiscal -, a estratégia se provará inócua e acabaremos com menos reservas do que começamos", alerta.

Cenário externo

Mas os motivos da forte desvalorização do real não foram apenas domésticos. O cenário externo também não ajudou muito, dia de decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que reduziu os juros básicos em 0,25 ponto percentual, para a faixa de 4,25% a 4,50% ao ano (leia ao lado).

Com a perspectiva de juros mais altos nos EUA, as bolsas caem e o dólar fica mais forte, não apenas frente ao real. "O câmbio também teve um componente relevante, que foi a decisão do Fed. Mercado interno e externo projetaram corretamente o corte de juros, mas erraram na expectativa para a **inflação**", destaca Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

A Bolsa de Valores de São Paulo desabou 3,15% para 120.772 pontos. "Com os juros mais altos lá fora, isso desvaloriza nosso câmbio, que provoca o Copom a subir ainda mais os juros por aqui, prejudicando a Bolsa", explicou Cruz.

O pacote é insuficiente. Enquanto o governo tenta empurrar os cortes para 2025 e 2026, que é ano eleitoral, os operadores estão considerando que isso vai ocorrer apenas no próximo governo, seja ele qual for"

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados

O BC optou por dar liquidez e tentar apagar o incêndio via mercado à vista. Se a raiz do problema não for atacada - o desequilíbrio fiscal -, a estratégia se provará inócua e acabaremos com menos reservas do que começamos"

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos

**

Redução de 0,25 nos EUA

O Federal Reserve (Fed, banco central dos Estados Unidos) decidiu, ontem, manter o ritmo de corte de juros em 0,25 ponto percentual, para o intervalo de 4,25% a 4,50% ao ano. A decisão não foi unânime e a autoridade monetária sinalizou que o ritmo de redução de juros deve ser menor em 2025, antecipando o fim do ciclo de afrouxamento monetário.

De acordo com analistas, as novas projeções do Fed apontam apenas mais dois cortes no ano que vem, levando a taxa básica para 3,75% a 4% ao ano, no fim de 2025 - o que faz com que o dólar siga valorizado frente ao real. No **comunicado** do Fed, os integrantes do comitê de política monetária da instituição (Fomc) informaram que a perspectiva econômica segue incerta e que o "comitê está atento aos riscos para ambos os lados de seu mandato duplo".

"Indicadores recentes sugerem que a atividade econômica continuou a se expandir em um ritmo sólido. Desde o início do ano, as condições do mercado de trabalho têm melhorado em geral, e a taxa de desemprego aumentou, mas continua baixa.

A **inflação** progrediu em direção ao objetivo de 2% do Comitê, mas continua um pouco elevada", destaca a nota. Ainda segundo o anúncio, o Fomc segue "fortemente comprometido em apoiar o emprego máximo e retornar a **inflação** ao seu objetivo de 2%".

Ao avaliar a postura apropriada da política monetária, o comitê informou que "estaria preparado para ajustar a postura da política monetária conforme apropriado se surgirem riscos que possam impedir a obtenção das metas do colegiado". "As avaliações do Comitê levarão em conta uma ampla gama de informações, incluindo leituras sobre as condições do mercado de trabalho, pressões inflacionárias e expectativas de **inflação**, e desenvolvimentos financeiros e internacionais", salienta a nota.

Decisão esperada

Na avaliação de Gustavo Cruz, estrategista-chefe da RB Investimentos, a decisão era esperada.

"Não fazia sentido o cenário projetado pelo Fed em setembro, e eles elevaram as previsões de **inflação** no ano que vem, de 2% para 2,5%", destacou. Ele estima que, em 2025, essas projeções devem incorporar alguma medida inflacionária do governo de Donald Trump, "limitando a possibilidade de corte de juros".

Carla Argenta, da CM Capital, chamou a atenção para o fato de que não houve uma decisão unânime, uma vez que a manutenção dos juros no patamar de até 4,75% ao ano "é um dos fatores que motivaram a reação mais exacerbada por parte do mercado".

"As atualizações sugerem uma atuação bem mais parcimoniosa do Fed, quando se trata de política monetária nos dois próximos anos, especialmente se levada em consideração a atuação nos dois últimos", salienta.v

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6772/19-12-2024.html?all=1>

Regulamentação fica para janeiro

RAFAELA GONÇALVES

A sanção da regulamentação da **reforma tributária**, concluída nesta semana pelo Congresso, deve ficar para janeiro. A afirmação foi feita pelo ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, depois de reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O prazo tido como meta para a sanção tem em vista a adequação das alterações feitas ao texto pelo Legislativo. "Viemos conversar com o Ministério da Fazenda, com a equipe técnica do Senado e da Câmara e vamos, agora, acompanhar a redação final do autógrafa que foi finalizado, até ser encaminhado para o governo. Nossa expectativa é de que a sanção aconteça até o fim de janeiro", explicou Padilha.

A aprovação a jato do projeto pela Câmara dos Deputados, na noite de terça-feira, foi comemorada pelo governo. O imposto zero para itens da cesta básica, a redução de **impostos** para medicamentos e a simplificação dos **tributos** foram alguns dos pontos destacados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"É um passo fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico, atrair investimentos, fomentar a competitividade do setor produtivo e reduzir as desigualdades sociais e regionais", disse Lula, em postagem no X (antigo Twitter).

Alguns setores da economia saíram insatisfeitos com o texto final. Incluído de última hora pelo Senado na lista de segmentos que contariam com isenção de alíquota de 60%, o setor de saneamento foi retirado na Câmara - os parlamentares avaliaram que já havia sido beneficiado pela desoneração de investimentos, possibilidade de reequilíbrio de contratos e ampliação do cashback (devolução do imposto) federal de 20% para 100%. A mesma regra é aplicada para contas de energia, gás, telefonia e internet.

Equiparação

Da forma como foi aprovada pelos senadores, a proposta estabelecia que os serviços de água e esgoto teriam tratamento tributário equiparado ao setor de saúde. Essa alteração foi calculada como o maior impacto na alíquota geral do Imposto Sobre Valor Agregado (IVA), podendo chegar a 0,38 ponto percentual.

A decisão de desonerar o setor foi empurrada para governadores e prefeitos. De acordo com os relatores do projeto na Câmara, caberá a eles a decisão de aumentar o cashback do novo imposto administrado por eles (IBS) de 20% para 100%.

A Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) estima que, sem o tratamento diferenciado, haverá um aumento de 18% na tarifa média de água e esgoto. A entidade argumentou, ainda, que as metas de universalização do saneamento podem ser comprometidas.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6772/19-12-2024.html?all=1>

Reforma tributária: "Marco histórico", diz Lula - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

"A aprovação da regulamentação da **reforma tributária** é um marco histórico. Após 40 anos de discussões, conseguimos construir e aprovar uma proposta que vai garantir um sistema tributário mais simples, eficiente, justo e transparente", celebrou Lula nas redes sociais.

Avanços, porém com ressalvas

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) considerou um avanço para o desenvolvimento do país a aprovação da regulamentação da **Reforma Tributária**, e classificou a medida como um progresso histórico para o Brasil. Mas a entidade alerta, contudo, que o número de exceções ainda é elevado, o que aumenta a alíquota padrão de IBS/

CBS de todos os setores que não estão sujeitos a

tratamento favorecido. "Por isso, é importante que não se perca de vista a necessidade de revisar futuramente determinadas situações de alíquotas reduzidas", destacou a entidade.

Serviços: setor sensível

3

A CNC avaliou como avanço e reconhece o esforço do Congresso Nacional ao aprovar o PLP nº 68/2024. Contudo, a CNC reforçou que o setor de serviços, um dos maiores empregadores do país e responsável por grande parte da geração de renda, "segue como um setor sensível que exige atenção especial." Segundo a CNC, o texto aprovado carece de mecanismos mais robustos que assegurem a não elevação da carga tributária.

Comparações com Guedes

Em meio às oscilações do dólar, às votações de fim de ano no Congresso e à desconfiança do mercado financeiro em relação à disposição de equilíbrio fiscal do governo, Fernando Haddad está sendo alvo de comparações com Paulo Guedes. De forma negativa.

Lideranças empresariais comentam que o atual ministro da Fazenda "não entende" e "nem conhece" o

mercado como seu antecessor. E que sofre ainda mais desgaste no governo do que Guedes na gestão Bolsonaro. O que apontam como um dos maiores erros foi misturar os anúncios do pacote de corte de gastos com a isenção de IR para quem ganha até R\$ 5 mil.

Disparada do dólar

Haddad tenta acalmar os ânimos e demonstrar domínio sobre a situação. afirmou, ontem, que o "ambiente de incerteza" que força a alta do dólar vai se desfazer e que o câmbio deverá se acomodar nas próximas semanas. Num dia em que o dólar chegou a R\$ 6,26, a maior cotação da história.

do Buriti em 2026. Celina é pré-candidata declarada da direita. E Prudente está correndo por fora.

Bancada aguerrida

Prudente tinha adiantado que havia um entendimento do MDB com a liderança e com o relator do projeto para tirar a parte que prejudicaria o DF.

E celebrou a vitória. Mas antes de saber se haveria destaques ao texto que pudessem trazer de volta o problema. "Temos uma bancada aguerrida, que honra a representatividade que nos foi dada pela população", afirmou.

Fundo Constitucional entre os pré-candidatos ao Buriti

A batalha política pela preservação do Fundo Constitucional no Congresso desafiou a atuação de bancada do DF. O deputado federal Rafael Prudente (MDB) teve prova de fogo e se engajou na articulação.

Ontem, dividiu a cena do meio de campo com a vice-governadora Celina Leão (PP), que reforçou, na Câmara dos Deputados, que se sentiu em sua casa também. Os dois se uniram ontem. Mas têm em comum o desejo de assumir o Palácio

Empresa de Brasília ganha ação pela propriedade da marca Quanto

O Quanto se viu copiado por empresa de mesmo ramo e segmento que, em 2022, decidiu atuar na capital paulista usando marca praticamente idêntica à

consolidada e genuína cafeteria made in Asa Norte. Na semana passada, a 25ª Vara Cível, do TJDF, reconheceu a exclusividade da marca registrada em 2018 por Lina dos Santos e Gustavo Pimentel, reafirmando a sólida jurisprudência que combate a concorrência desleal. "A tal cafeteria de São Paulo soube pelo próprio INPI da proibição de uso da marca. Entendo que foi uma decisão de má-fé, talvez por poderio financeiro ou ainda aquela síndrome que cega alguns olhos para tudo que for fora do eixo Rio-SP", analisa Lina, cofundadora do Quanto.

Desvio de tráfego digital

"O uso de nomes similares, como o identificado neste caso, resulta em diluição de marca e promove uma verdadeira canibalização digital, confundindo consumidores e desviando tráfego em

plataformas de busca e redes sociais de forma parasitária e desleal", explica Maria Luisa Nunes da Cunha, sócia do escritório SPNC Advogados Associados, que assumiu a causa.

Espaço interativo na programação do Teatro Nacional

Durante a programação que celebra o retorno das atividades do Teatro Nacional de Brasília, após 10 anos, o Sesc-DF terá um espaço que promete animar o público de 21 a 23 de dezembro. O evento faz parte do projeto "Viva o Teatro". Entre as atrações, importantes DJs da cidade e uma superprojeção mapeada. Tudo isso em meio a grandes apresentações que vão ocorrer no Teatro Nacional, como as de Almir Sater; Espetáculo TelaPlana, da Cia de Comédia Melhores do Mundo; e Plebe Rude.

Site:

<https://flip.correiobrasiliense.com.br/edicao/imprensa/6772/19-12-2024.html?all=1>

Padilha diz que reforma terá sanção até o fim de janeiro

O ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) disse ontem que a expectativa do governo é sancionar a regulamentação da **reforma tributária** até o fim de janeiro. O projeto teve a aprovação final do Congresso na terça-feira.

"A nossa expectativa é a sanção dela acontecer até o final do mês de janeiro", declarou Padilha. Ele disse que o governo ficou satisfeito com "conjunto da obra" do projeto aprovado. Questionado sobre a possibilidade de o governo vetar benefícios à Zona Franca de Manaus, ele disse que até o momento não há discussões sobre o tema.

O ministro também sugeriu uma "grande cerimônia" de sanção da proposta com convites para representantes da economia participarem.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad afirma que 'câmbio é flutuante e dólar vai se acomodar'

BERNARDO LIMA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, admitiu ontem o clima de incerteza na economia, mas afirmou que "o governo está fazendo a sua parte" e a cotação do dólar "vai se acomodar". Segundo Haddad, medidas estruturais, como o fortalecimento do arcabouço fiscal e a atuação do Banco Central (BC) e do Tesouro Nacional tendem a acalmar os mercados:

- Nós temos um câmbio flutuante. Neste momento em que as coisas estão pendentes tem um clima de incerteza que faz o câmbio flutuar. Mas eu acredito que ele vai se acomodar. Até aqui, nas nossas conversas com as grandes instituições, as previsões são melhores do que os especuladores estão fazendo. Mas, enfim, o câmbio flutua.

A flutuação do câmbio se refletiu ontem em nova valorização do dólar, que atingiu a maior cotação desde o início do real, em meio a uma crise de confiança que também faz os juros futuros subirem.

O ministro da Fazenda defendeu intervenções no mercado financeiro para conter "a especulação":

- Há contatos conosco falando em especulação. Eu prefiro trabalhar com os fundamentos mostrando a consistência do que estamos fazendo. Pode estar havendo, mas não estou aqui querendo fazer juízo sobre isso. Esses movimentos mais especulativos são coibidos com intervenção do Tesouro e do BC.

OUTRAS CRISES

Haddad disse que "já houve outros momentos na história recente em que aconteceram desancoragens desse tipo".

- Depois elas se acomodaram em virtude do desdobramento das medidas tomadas pelo governo - disse.

O ministro afirmou que o governo "está fazendo sua parte" ao enviar para o Congresso medidas de controle das contas públicas e aumento da arrecadação.

Diante do cenário de falta de confiança do mercado no pacote fiscal, Haddad indicou que novas medidas

podem ser adotadas no futuro.

O ministro defendeu a importância de "trabalhar com os fundamentos, mostrando a consistência do que nós estamos fazendo em proveito do arcabouço".

- Eu nunca falei que isso (discussão sobre corte de gastos) é um trabalho que se encerra. Não se encerra. Nós vamos acompanhá-lo. Vamos fazer uma avaliação do que foi aprovado. Nós temos também a questão da desoneração da folha, que tem uma pendência no Supremo que nós vamos resolver - afirmou o ministro.

Haddad diz ser importante cuidar do curto prazo, de juros e dólar, mas é preciso olhar para o longo prazo. Segundo ele, a aprovação da **Reforma Tributária** foi um feito histórico.

-Nós temos que pensar no curto prazo nessa questão do dólar e do juro, mas também temos que olhar para as medidas estruturais que vão garantir uma trajetória de crescimento sustentável melhor para o período seguinte. Tudo somado, se aprovarmos agora as medidas fiscais, vamos terminar com uma agenda muito positiva -afirmou.

MINISTRO SEM FÉRIAS

O ministro continuará trabalhando durante as suas férias, programadas para janeiro. O período de descanso previsto era entre os dias 2 e 21 do mês que vem, mas o ministro não se afastará e deverá usar o escritório da Fazenda em São Paulo, onde mora, para reuniões.

Haddad comentou sobre sua reunião com representantes da agência de classificação de risco S P na manhã de ontem. Segundo ele, não houve conversas sobre rating.

- Falamos sobre crescimento. Ele olham muito para isso, e o Brasil teve o maior crescimento desde 2011. **Inflação**, apesar do choque de oferta, é de certa maneira abaixo do que se previa, apesar do choque de oferta climático no Sul e no Centro-Oeste. E perguntaram sobre o impacto das medidas fiscais. (Colaborou Thaís Barcellos)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Autonomia precisa ser preservada

» **DARCIANNE DIOGO** » **ARTHUR DE SOUZA** » **GIOVANNA SFALSIN***

Avanços na política brasileira e preocupação com a redução do cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal subsidiaram o primeiro painel do debate Entre os Eixos do DF, que discutiu sobre o recurso. Com o tema "Brasília, capital dos brasileiros", três convidados falaram sobre a história da criação do Fundo, gestão dos recursos e aprimoramento de aspectos institucionais e constitucionais. Participaram da conversa Everardo Maciel, consultor tributário, ex-secretário da **Receita Federal**; João Carlos Souto, diretor da Escola Superior da Advocacia-Geral da União; e Maria de Lourdes Abadia, ex-governadora do Distrito Federal.

Em sua fala, o consultor tributário e ex-secretário da **Receita Federal**, Everardo Maciel, lembrou da história da criação do Fundo Constitucional. "Em 1998, uma Emenda Constitucional deu previsão a fundo para financiamento das despesas de educação, de saúde e de segurança pública, ao alterar o inciso 14 do artigo 21 da Constituição Federal", explicou.

Maciel apontou que os argumentos apresentados pelo governo federal são que estão cortando gastos, visando um equilíbrio fiscal. "Acontece que o FCDF não tem nenhuma representatividade nesse equilíbrio, mas é extremamente importante para a capital do país", ressaltou. De acordo com ele, a proposta do governo federal de que o corte poderia ser compensado com o aumento da arrecadação é uma "fantasia". "A arrecadação não tem nada a ver com o corte do FCDF", cravou.

O ex-secretário da **Receita Federal** comentou que um possível corte no FCDF seria desastroso para a capital do país. "O impacto, evidentemente, seria nas áreas de educação, saúde e segurança pública, porém, não ficaria restrito apenas a elas. Isso porque, com o enfraquecimento nas fontes de financiamento dessas áreas, outras também serão afetadas, em um processo de contaminação", alertou.

Ele também disse que não se pode comparar o FCDF com um Fundo de Desenvolvimento Regional. "Querem dar ao Fundo Constitucional o mesmo critério de reajuste de um fundo que nem foi criado ainda. Além disso, a comparação é indevida, não tem nenhum sentido técnico", disse.

Everardo Maciel assinalou que o corte do Fundo

Constitucional não resolve o problema do desequilíbrio, prejudica o Distrito Federal e não ajuda a União. Ele finalizou sua fala no debate com uma sugestão. "Caso não se resolva no Congresso, ainda é cabível, na minha visão, uma ação direta de inconstitucionalidade, por ofensa a um pacto federativo. Só que isso é outra briga, para outro momento", opinou.

"Para resolver o assunto de forma definitiva, que tal uma emenda na PEC 45/2024 estabelecendo que o critério de revisão do FCDF será exatamente a variação da Receita Corrente Líquida, constitucionalizando a matéria e evitando que, todo ano, se tenha um susto", concluiu Everardo.

Constituição

3

João Carlos Souto, diretor da Escola Superior da Advocacia-Ge-ral da União (AGU), fez um comparativo político entre as capitais do Brasil e dos Estados Unidos - Washington D.C. Ele observou os avanços na política brasileira e no aprimoramento de aspectos institucionais e constitucionais, o que, para ele, coloca Brasília à frente.

O professor de direito constitucional fez uma breve análise histórica entre as duas cidades, ambas concebidas como capitais federais, em 1800 e 1960,

respectivamente. No entanto, o DF saiu à frente com a Constituição de 1988, o que garantiu maior autonomia da capital.

"Nós incorporamos diversas inovações da Constituição americana, o federalismo, o legislativo bicameral e a ideia de uma Suprema Corte com função de uniformização da interpretação jurídica. Mas estamos à frente do direito americano. Washington, D.C. não tem representação no Senado ou na Câmara Federal e depende de repasses federais, que não têm previsão legal fixa", pontuou. Em seguida, ele enfatizou que, no DF, há maior independência financeira e representação direta na Câmara e no Senado.

Em razão dessa autonomia política e administrativa da capital, o pesquisador concluiu: "Precisamos preservar isso (FCDF)".

Apelo a Lula

Maria de Lourdes Abadia, que foi governadora do DF de 31 de março a 31 de dezembro de 2006, manifestou tristeza e preocupação com a proposta de mudança na gestão dos recursos do FCDF. Emocionada, falou de sua conexão com a capital e sobre as peculiaridades da cidade.

"Brasília não é apenas a sede dos Três Poderes e da maior representação diplomática do país. É também um reflexo das desigualdades sociais brasileiras", afirmou. "Não é fácil governar Brasília, e o Fundo Constitucional é essencial para lidar com essas questões", complementou.

A ex-governadora classificou a proposta como um retrocesso, chamando-a de "ideia de jerico". Para ela, trata-se de um risco para a cidade e sua população mais vulnerável. "Essa foi uma conquista difícil. Hoje, estamos cercados por um anel de violência, pobreza e miséria absoluta. Há pessoas que não têm sequer café para colocar na mesa", lamentou.

Reiterando seu compromisso com a cidade, a ex-governadora fez um apelo ao presidente. "Lula, você conhece Brasília e sabe da sua importância. Não deixe esse legado para a capital do Brasil. Brasília é única e merece tratamento diferenciado", afirmou.

Ao final, Abadia reforçou seu empenho com a defesa dos interesses de Brasília e prometeu se engajar na luta contra a proposta do governo federal. "Vou morrer amando Brasília. Podem contar comigo para essa luta", garantiu.

* Estagiária sob supervisão de Malcia Afonso

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6772/19-12-2024.html?all=1>

Exceções viabilizaram aprovação da Reforma Tributária, diz Appy

BERNARDO LIMA E KAROLINI BANDEIRA

O secretário de **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, afirmou ontem que as exceções previstas no texto da regulamentação do novo sistema de **impostos** foram aceitas pelo governo para viabilizar a aprovação no Congresso. A primeira e principal proposta de regulamentação da **Reforma Tributária** foi aprovada na terça-feira pela Câmara. Trata-se do primeiro mecanismo para colocar em prática o novo sistema de **impostos**.

- As pessoas reclamam, "tem muita exceção na reforma. Eu mesmo acho que tem muita exceção na reforma. Mas, em relação ao que tem hoje, vai diminuir muito. E isso foi possível, como disse o senador Braga, para poder viabilizar politicamente a aprovação. Então, acho que nós temos que entender que tem um avanço muito grande - disse durante evento promovido pela CNN Brasil.

Segundo Appy, uma **reforma tributária** ideal contemplaria cashback para toda a população e teria um número pequeno de exceções:

- Se você me perguntar o que eu acharia ideal seria uma reforma em que você teria só os tratamentos técnicos para três setores, que fazem sentido ter tratamento diferenciado: combustíveis, imobiliário e financeiro, mas tirando esses três o ideal é uma regra só para todo mundo e, por exemplo, um cashback que pegasse toda a população brasileira.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva escreveu nas redes sociais ontem que a aprovação é um marco histórico no país.

"É um passo fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico, atrair investimentos, fomentar a competitividade do setor produtivo e reduzir as desigualdades sociais e regionais", afirmou Lula, acrescentando que a aprovação é uma "conquista coletiva, fruto de diálogo, cooperação e compromisso entre diferentes setores da sociedade, do Poder Executivo e do Congresso Nacional".

O texto aprovado pelos parlamentares agora vai para sanção do presidente, que está em recuperação de uma cirurgia em sua residência em São Paulo e pode retornar para Brasília amanhã.

NÚMERO ALTO DE EXCEÇÕES

Em posicionamento divulgado ontem, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) classifica a aprovação da **reforma tributária** como um "progresso histórico para o Brasil".

-A regulamentação é um passo essencial não só para a indústria, mas sobretudo para o país. Nós vamos ter um sistema novo, alinhado às melhores práticas internacionais e que vai impactar positivamente na produtividade da nossa economia e na competitividade da indústria brasileira -afirmou o presidente da CNI, Ricardo Alban.

No entanto, a entidade alerta para o número "elevado" de exceções". Segundo a CNI, isso leva ao aumento da alíquota padrão do IBS/ CBS de todos os setores que não estão sujeitos a tratamento favorecido.

"Por isso, é importante que não se perca de vista a necessidade de revisar futuramente determinadas situações de alíquotas reduzidas", completa a confederação em nota.

A Câmara recuou de mudanças do Senado para reduzir a alíquota-padrão em 0,7 ponto percentual, para algo em torno de 28%. De toda forma, há uma trava na alíquota para evitar que ela passe de 26,5% - o governo terá de propor um projeto, no futuro, para garantir essa determinação.

A lei aprovada é o principal mecanismo para colocar em prática o novo sistema de **impostos**. O texto traz detalhes do funcionamento dos **impostos** criados com a Emenda Constitucional. A reforma cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de ordem federal, sendo a junção de IPI, PIS e Cofins. E cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual, que soma ISS e ICMS.

O projeto detalha o funcionamento do cashback, do Imposto Seletivo, de descontos na alíquota e de regimes especiais.

Entre as mudanças feitas pelos deputados no texto aprovado no Senado estão a retirada do saneamento entre os serviços com 60% de redução de **impostos** e a volta de bebidas açucaradas (como refrigerantes)

para o Imposto Seletivo.

O relator, Reginaldo Lopes (PT-MG), também cortou e reduziu benefícios aprovados no Senado, como bolachas, água mineral, veterinários, estacionamentos, veículos elétricos, Sociedades Anônimas do Futebol, cursos de línguas estrangeiras, agrotóxicos, aviação regional e representantes comerciais. Lopes manteve alguns itens adicionados pelo Senado na cesta básica, além da ampliação do cashback para contas de internet e telefone.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Reforma tributária pode impactar preços e modelo de negócios

Marta Watanabe De São Paulo

As contas de água e a locação de veículos, operações que hoje estão fora do alcance do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o tributo sobre consumo mais pesado dentro do sistema tributário atual, serão atingidas pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) nova cobrança estabelecida na **reforma tributária**. A importação de serviços digitais, que muitas vezes escapa da tributação hoje, também ficará no radar do IVA.

Os efeitos, porém, serão diversos, apontam tributaristas. Pode haver impacto em preços, mas principalmente no desenho atual dos negócios, avaliam.

O texto de regulamentação da **reforma tributária** sobre consumo aprovado pela Câmara dos Deputados retirou o saneamento da lista da tributação reduzida em 60% do IVA, explica a tributarista Ana Cláudia Utumi, do Utumi Advogados. O setor havia sido incluído pelo Senado na tributação com menor carga. O texto vai para sanção presidencial.

"Será uma nova tributação que vai afetar a todos, em algo que é essencial", diz Utumi. Hoje, diz ela, são recolhidos 9,25% de PIS e Cofins sobre o serviço de fornecimento de água tratada e de coleta de esgoto. Mas não há, diz, cobrança do ICMS e do ISS. Com a reforma, essas operações serão tributadas pelo IVA. A votação pelos deputados buscou uma alíquota de referência de 26,5% para o IVA, mas não há ainda cálculo oficial do governo com base no novo texto.

A **reforma tributária** sobre consumo estabeleceu o IVA na forma dual, por meio de dois **tributos**: a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS), da União, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será gerido por Estados e municípios. Os dois novos **tributos**, juntamente com o Imposto Seletivo (IS), vão substituir os atuais PIS, Cofins, 1PI, federais, além do ICMS estadual e do ISS municipal.

Na tributação de IVA nas contas de água, lembra Utumi, haverá cashback para a população de menor renda. O aumento de carga poderá vir, "na veia" para os demais consumidores. No caso de empresas que usam a água no processo produtivo, o IVA gerará crédito do imposto, explica.

Eduardo Fleury, economista e tributarista, sócio do FCR Law, explica que não necessariamente acontecerá aumento de carga tributária e, se acontecer, a magnitude disso não será a diferença entre os 9,25% dos atuais PIS e Cofins para os 26,5% buscados de IVA. Isso porque as empresas de saneamento hoje não tomam para essa operação créditos de ICMS pagos nas suas aquisições nem em investimentos. No novo sistema tributário, explica, essas empresas passarão a se creditar de IBS e CBS. "Há também os ajustes que podem ser feitos nos contratos de concessão e já há regras para isso." Poderá, portanto, diz Fleury, haver impacto nos preços, mas isso dependerá de toda a questão de créditos, dos contratos de concessão, além do cashback no caso da população de menor renda. No sistema atual, frisa ele, vários **tributos** são pagos nos preços de bens e serviços, mas não há transparência disso.

Utumi lembra também que uma grande mudança virá na base de cobrança do IVA. A amplitude de incidência do IBS e da CBS, diz ela, é muito maior do que a dos atuais **tributos** sobre consumo. O IVA, explica, tributará todas as operações onerosas com bens ou serviços, não importando se há transferência de propriedade. As locações de veículos, por exemplo, diz ela, não pagam ICMS nem ISS e essas operações passarão a pagar IVA no novo sistema.

"Passamos a ter um modelo mais abrangente porque a qualificação do que é serviço é dada pela negativa. Tudo o que não for mercadoria é serviço, de modo a abarcar todas as operações econômicas", explica Tathiane Piscitelli, professora da Escola de Direito de São Paulo (FGV Direito SP).

Luiz Roberto Peroba, sócio da área tributária do Pinheiro Neto Advogados, chama a atenção para o impacto econômico do novo sistema. "Hoje em dia, na verdade, há muitas operações que não são tributadas, muitos casos de não incidência. A locação, de maneira geral, não é tributada. O Supremo Tribunal Federal soltou decisão pela qual locação não é nem serviço nem mercadoria e isso fez com que muitas operações fossem transformadas em locação para não pagar tributo." No novo sistema, empresas podem mudar suas estratégias e comprar máquinas, em vez de alugá-las, exemplifica. Porque com a reforma, diz,

haverá crédito do IVA pago nos investimentos.

"Há muitas empresas tentando levantar os diversos impactos da reforma. Haverá, em primeiro lugar, um efeito no fluxo de caixa e isso pode afetar fornecedores e as empresas que compram os serviços e produtos. A segunda análise que todos estão fazendo é a do modelo operacional. Se eu tinha uma locação não tributada e agora tenho que tributar, será que vale a pena alugar ou vou para a compra e venda, levando em consideração os créditos de ativo que agora vão ser devolvidos?" Há também, diz Peroba, contratos que poderiam envolver algum tipo de prestação de serviço e que foram transformados, por exemplo, em contratos de licenciamento, que também não são tributados pelo atual ISS. Ele ressalta que com a reforma haverá tributação nessa operação, mas haverá também o direito ao crédito.

Com a larga base de incidência do IVA, diz ele, outra mudança importante vem na área de economia digital. "São muitos os produtos e serviços que ficam em um limbo. Se é um bem digital, se é um serviço, se está na lista de serviços tributáveis. Há muita coisa não tributada na economia digital porque são coisas novas e os itens da lista [de ISS] se atualizam a cada dez anos. Isso, nas operações locais." Nas operações offshore, prossegue Peroba, em que o consumidor brasileiro importa serviços digitais, muitas vezes não se paga tributo. "Porque o responsável por pagar é o consumidor brasileiro e o tributo não é pago porque não existe fiscalização. Com o novo sistema tributário isso vai mudar. As plataformas digitais vão checar essas informações e vão recolher. Tínhamos uma zona de tributação imensa que vai passar a receber a incidência do novo IVA." Para Peroba, isso pode contribuir para reduzir a alíquota de referência do IVA. O modelo que será estabelecido no Brasil, diz, é adotado internacionalmente e isso ajudará a fazer com que os negócios não migrem para jurisdições offshore, com receio de litígios envolvendo ISS ou ICMS.

Outra mudança vinda com a reforma, destaca Tathiane Piscitelli, da FGV Direito SP, é a avaliação quinquenal, que permitirá verificar a eficácia de tratamentos mais benéficos oferecidos na **reforma tributária**. Poderá ser verificado, explica, se a redução de carga está sendo repassada ao consumidor. O mecanismo também permitirá a avaliação do Imposto Seletivo. Se haverá, por exemplo, redução do consumo do tabaco ou de bebidas açucaradas, diz a tributarista.

Para Piscitelli, porém, a lei complementar poderia ter detalhado mais o funcionamento da avaliação, estabelecendo mecanismos de controle pela sociedade civil, diz, para que o instrumento não fique concentrado no âmbito da administração. Para ela, o

detalhamento é importante para garantir que a avaliação quinquenal sairá do papel e será efetiva.

A comparação de mudanças da Câmara dos Deputados em relação ao texto aprovado no Senado mostra que a maior parte das alterações foi para restringir a expansão de tratamentos mais benéficos estabelecidos pelos senadores, avalia o tributarista Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados. Mas houve pelo menos uma mudança em sentido contrário, diz ele, que trata da redução de 60% para o IVA na aviação regional. No texto do Senado, explica, a redução de carga foi estabelecida para rotas de voos regulares, operados por aeronaves certificadas de até 186 assentos, com um mínimo de três frequências semanais. A parte do texto que especificava o número de assentos e a frequência mínima, explica, foi retirada pela Câmara, tornando o benefício da redução de 60% mais amplo para o setor.

Para Vasconcelos, o texto aprovado pelos deputados mantém os três pilares básicos para um "bom IVA": tributação no destino, base ampla de incidência e a não cumulatividade, com garantia de que a tributação se dará no valor agregado, sem resíduos tributários na cadeia.

Para Mauricio Barros, sócio do Cescon Barriou, um ponto positivo do texto foi a retirada da substituição tributária. O mecanismo havia sido colocado no Senado e, para Barros, seria incompatível com a simplicidade e com a maior transparência buscadas na reforma.

Para Carlos Braga Monteiro, CEO do Grupo StudioA, a aprovação da reforma é positiva e está em linha com a proposta inicial do governo. Porém a iniciativa pode sofrer modificações no futuro provocadas por lobbies, diz. Apesar de considerar a aprovação da regulamentação da reforma neste ano um avanço, a iniciativa precisará de ajustes nos próximos anos, diz Aroldo Oliveira, coordenador jurídico e tributário da BMJ. (Colaborou AlexJorge Braga)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Oscilação do câmbio tem dose de especulação, diz Haddad

Estevão Taiar, Jéssica Sant'Ana, Guilherme Pimenta e Gabriela Pereira De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou nesta quarta-feira que o governo federal tem recebido informações de que a desvalorização recente do câmbio pode ser explicada em parte por "especulação", mas medidas estruturais, como o fortalecimento do arcabouço fiscal, e as atuações do Banco Central e da Secretaria do Tesouro Nacional tendem a acalmar os mercados. Nesta quarta, o dólar teve a maior valorização diária desde novembro de 2022 e fechou em R\$ 6,26 (ver página C1).

"Há contatos conosco falando em especulação", disse, na saída do Ministério da Fazenda. Segundo Haddad, "neste momento em que as coisas estão pendentes, com um clima de incerteza, o câmbio flutua". O ministro disse que espera que a variação da moeda se acomode em breve. Ele defendeu a importância de "trabalhar com os fundamentos, mostrando a consistência do que nós estamos fazendo em proveito do arcabouço".

Haddad afirmou também que a regulamentação da **reforma tributária** sobre consumo pelo Congresso Nacional foi um "feito histórico". "Isso aumenta o PIB potencial, aumenta expectativas para o futuro", disse na saída do Ministério da Fazenda. "Então, nós temos que pensar o curto prazo, com essa questão do dólar, dos juros, mas temos que também olhar para as medidas estruturais que vão garantir uma trajetória de crescimento sustentável melhor para o período seguinte." O ministro agradeceu os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pela aprovação. Haddad também mencionou o secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy.

"O Bernard Appy é um brasileiro que merece todas as homenagens. Uma pessoa desprendida, um servidor dedicado à causa pública. Durante dois anos, eu não saberia dizer o número de horas que ele trabalhou com todos os setores da economia, todos os políticos, todos os partidos, para convencer que tínhamos um caminho, que precisávamos superar a anarquia tributária que estamos vivendo." O ministro da Fazenda disse que ainda não conversou com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o envio da

reforma tributária da renda ao Congresso Nacional. E sinalizou que o texto será encaminhado apenas após a aprovação e sanção das medidas do pacote de contenção de gastos.

Pela manhã, Haddad teve uma reunião que classificou como "de rotina" com a agência de classificação de risco S P. O encontro não estava na agenda oficial do ministro. "Foi aquela visita de rotina, que eles fazem preparatórios das missões", respondeu o ministro ao ser questionado sobre o encontro. Disse que os temas tratados foram crescimento da economia, **inflação** e impacto das medidas fiscais em tramitação no Congresso Nacional.

"Eles olham muito para o crescimento da economia, e o Brasil teve o maior crescimento desde 2011, o maior crescimento em 14 anos. A **inflação**, apesar do choque de oferta, está de certa maneira abaixo do que se previa. Tivemos choque de oferta climático, sobretudo no Sul e no Centro-Oeste", relatou o ministro.

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério É possível tero comitê gestor do IBS em operação no ano que vem Bernard Appy da Fazenda, Bernard Appy, afirmou que é "perfeitamente possível" implantar no ano que vem em termos operacionais o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), previsto na **reforma tributária** sobre o consumo, conforme estabelecido em cronograma. "O tempo é curto, mas é perfeitamente possível. O pessoal das áreas técnicas está dizendo que é sim possível cumprir os prazos", disse.

Appy destacou que o relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), estabeleceu a implantação "temporária" de um Comitê Gestor em 2025. O texto que trata da criação efetiva desse comitê segue em tramitação no Congresso.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

A semana que dita o mercado de valores de 2026

Maria Cristina Fernandes

Não adianta nada a gente fiscalizar o governo federal se a gente não fiscaliza também a nossa Casa (...) Se o salário que ganha aqui, mais os benefícios e privilégios, não são suficientes, pede pra sair em vez de ficar fazendo sacanagem (...) Vocês estão com pânico, não é, seus canalhas?

(...) Desviar dinheiro público e ainda fazer obra superfaturada". Cleiton Gontijo de Azevedo, o Cleitinho (Republicanos-MG), subiu à tribuna do Senado na terça para se dirigir aos colegas.

Cleitinho é de uma família de médios comerciantes do interior, base do populismo de direita que ascendeu em 2018 e quase venceu em 2022. Nas duas eleições, o senador foi de Jair Bolsonaro. Quando o Senado votou a indicação de um dos seus algozes, Flávio Dino, para o Supremo Tribunal Federal, Cleitinho votou contra. Isso não o impediu de defender o ministro nesta terça: "Flávio Dino está correto e tem meu apoio".

No mesmo dia, a bancada do Psol na Câmara entrou com um mandado de segurança contra ato do presidente da Casa que ampliou seu controle e dos líderes sobre o destino das

emendas de comissão, como demonstrou Breno Pires, da "piauí". Cleitinho também rumou para o lado do Psol ao apoiar o fim da jornada de trabalho 6x1 encabeçada pela deputada Erika Hilton (SP). Cleitinho e Erika sinalizam os rumos da política. Como o Congresso não tem o que mostrar nos temas, é natural que os parlamentares estejam a procurar alternativas para não serem defenestrados.

Num momento em que a Fazenda tenta adequar o crescimento de todas as despesas públicas às regras do arcabouço, o Congresso abriu exceção ao fundo partidário. Também exceção às emendas das despesas que podem vir a ser alvo de contingenciamento. Aver como entregará o corte de supersalários a partir do acordo de ontem para a retomada de projeto que tramita no Senado. É para este fosso que o Congresso empurra o Executivo.

Os parlamentares garantem recursos com os quais confiam poder renovar seus mandatos de vereadores

federais, estreitam ainda mais a margem de manobra para um Executivo, que já é relutante no tema, cumprir as metas fiscais, e ruma para carimbar a gestão Lula como a

mais perdulária da história com emendas. Face ao golpismo, o populismo de direita se recicla. Enquanto o governo, emparedado pela necessidade do ajuste, queima pontes com anseios do eleitorado.

Ou melhor, acende uma vela a Deus e outra ao diabo. A mesma Advocacia-Geral da União que tentou, sem sucesso, demover Dino das condições impostas à execução das emendas, baixou normas para que os ministérios o fizessem numa tentativa de contornar a Corte. Como não foi suficiente para dar tranquilidade aos ordenadores de despesas, parecer da Secretaria de Assuntos Jurídicos da Presidência atestou a legalidade das liberações.

Entre um e outro documento, a Controladoria-Geral da União, instância que tem municiado o STF sobre gastos das emendas nos municípios, lançou o plano de integridade e combate à corrupção para os próximos dois anos. O documento teve a colaboração de toda a Esplanada. Não tem como cumprir tudo que está ali e liberar as emendas nos termos exigidos pelas gangues do Congresso.

A aprovação do ajuste na Câmara reflete o êxito da banda do governo pró-liberação, mas isso não significa o fim do jogo.

Quando o recesso se iniciar, apenas o Congresso vai parar. Entre os ministros que vão continuar a despachar estão dois dos que mais têm chacoalhado a nação, Alexandre de Moraes e Flávio Dino. Se, dos despachos do primeiro, depende o destino de Bolsonaro, do segundo depende muito do que se verá no segundo biênio no embate entre os Poderes e na moldura dos valores eleitorais de 2026.

As bases materiais deste segundo biênio, porém, virão das votações. A escalada do dólar a despeito da conclusão da **reforma tributária**, que aponta para a melhoria no potencial de crescimento da economia, já começa a levantar dúvidas se a aprovação do pacote fiscal será suficiente para aplacar aquilo que o presidente da Febraban, Isaac Sidney, chamou de "irracionalidade" dos ativos e onde o ministro da

Fazenda, Fernando Haddad, vê as digitais de um movimento especulativo.

A aposta contra o real motivou uma reação conjunta do Banco Central e do Tesouro, com leilões e recompra de títulos como não se via desde a crise de 2008, que varreu os mercados no mundo inteiro. Por mais que pareçam evidentes as dificuldades de o governo cumprir a meta de

déficit zero em 2024, as bases reais da economia não parecem sustentar tamanha volatilidade.

Não é um movimento isolado. O único momento em que o câmbio caiu aquém de R\$ 6 em dezembro foi no dia em que se anunciou novo procedimento no cérebro do presidente. Um dos picos da semana foi provocado por fala falsamente atribuída ao futuro presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo. Do pico de queda ao de alta pode haver uma montanha de explicações, mas nelas se refugia também a política. Na amostra obtida pela Quaest com operadores do mercado, o embate entre o presidente Lula e Pablo Marçal colheu um placar de 17x65.

A expectativa na noite desta quarta, com a aprovação do ajuste na Câmara, era de que o dólar voltasse aos R\$ 6. Aver como este patamar pressionará a trinca de fatores que tira o sossego dos governantes: juro, câmbio e **inflação**. É esta base que ditará o mercado de apelos eleitorais que abrirá o ano de 2025, do combate à corrupção à estabilidade da economia.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188073>

Sanção da tributária deve acontecer em janeiro

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, afirmou na quarta-feira (18) que a sanção da **reforma tributária** deve acontecer até o fim de janeiro. De acordo com ele, as equipes técnicas do Congresso Nacional e do Ministério da Fazenda devem acompanhar a redação do texto final que será apresentado ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo fontes do Palácio do Planalto, a ideia de fazer a sanção da reforma só no início do ano que vem surgiu de uma conversa entre Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A intenção é fazer uma solenidade em Brasília com a presença de líderes setores beneficiados com as mudanças.

Inicialmente, a sanção ocorreria na reunião ministerial prevista para sexta-feira, no Palácio da Alvorada.

"Muita gente desconfiava que o Congresso não terminaria a regulamentação da **Reforma Tributária** ainda este ano, mas nós [o governo] sempre estivemos muito confiantes em relação a isso", disse Padilha a jornalistas após se reunir com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e os líderes do governo no congresso.

Ele disse, ainda, que a reunião tratou sobre a votação dos projetos que integram o pacote de medidas de ajuste fiscal, apresentado pelo governo no mês passado. Para ele, com o esforço dos presidentes das Casas legislativas, será possível votar os textos ainda essa semana. Apesar disso, os projetos seguem sem indicação de relatoria no Senado Federal.

No entanto, Padilha não descartou uma sessão do Congresso no próximo sábado (21) para dar andamento na tramitação das medidas. Questionado, o ministro disse que, apesar de ser natural que os parlamentares façam alterações no texto inicial, o principal objetivo do governo é com o cumprimento do marco fiscal e que questões relacionadas aos vetos sobre a Zona Franca de Manaus ainda não foram pautadas.

Também ontem, o vice-presidente Geraldo Alckmin mencionou a aprovação da **reforma tributária** como fator positivo para a economia, afirmando que o Congresso "melhorou o texto" encaminhado pelo governo.

"Essa é uma reforma histórica, aguardada há mais de 30 anos, que é o IVA (Imposto sobre Valor Agregado). Ela traz eficiência econômica, ela desonera investimento, ela desonera exportação", afirmou. "A Câmara melhorou o texto. Reduziu o valor do IVA. É uma reforma importante."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Para reverter alta do dólar, é necessário pacote significativo de contenção do gasto, diz Castelar

Para reverter a espiral de alta do dólar e dos juros de longo prazo, é fundamental um "significativo e crível pacote de contenção do gasto público", avalia Armando Castelar, professor da FGV Direito Rio e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). As incertezas fiscais, diz ele, são o principal fator para a disparada recente da moeda americana, que ontem fechou cotada a R\$6,26.

Segundo Castelar, há um "aumento da percepção de risco macroeconômico", com o temor de que o país "embarque em uma crise séria", que pode resultar de dificuldades de o governo rolar uma dívida que cresce com rapidez, "e/ou de um aumento acelerado da **inflação**, conforme o Banco Central tenha dificuldade de controlar a alta dos preços, pelo fenômeno conhecido como dominância fiscal". Para ele, o Brasil ainda não chegou a essa situação, mas parece rondá-la. "Essas coisas se instalam de forma súbita, quando estoura um botão de pânico e há um efeito manada", diz Castelar, observando que, com os juros vigentes na economia, a despesa financeira do governo vai subir com força. "E, em havendo uma desaceleração da atividade, as receitas vão crescer menos, complicando as coisas também pelo lado do resultado primário [que exclui gastos conjuros]."

Para Castelar, o pacote de contenção de gastos precisa ser significativo, "em linha, ainda que não necessariamente igual, com o feito no governo **Temer** com o teto de gastos", que limitava a expansão das despesas à **inflação** do ano anterior. "Acho difícil conseguir um ajuste relevante sem mexer na vinculação das despesas de educação e saúde às receitas e dos benefícios de previdência ao salário mínimo", diz ele, vendo como opção mudar a fórmula de reajuste anual do piso salarial, hoje corrigido pela **inflação** do ano anterior e pela variação do **PIB** de dois anos antes. Reduzir benefícios tributários é outra medida sugerida por Castelar.

Nesse cenário, diz ele, o crucial é enfrentar a expansão acelerada do gasto público, o principal problema fiscal do país por diversos fatores. "Primeiro, ela contribui para o forte crescimento da demanda doméstica e, portanto, para pressionar os preços.

Segundo, ela faz com que o governo trabalhe com déficits primários, aumentando a necessidade de expandir a dívida pública", observa ele. "Por fim, há uma questão na composição do gasto: aqueles obrigatórios e recorrentes estão crescendo de forma especialmente acelerada. O risco é chegar a uma situação em que a **inflação** alta volte a ser necessária para gerar algum tipo de equilíbrio nas contas do governo."

Para melhorar a percepção de risco, que pressiona o câmbio e a curva de juros, "a única solução é melhorar significativamente o resultado primário, o que, via um custo de financiamento mais baixo, pela perspectiva de juros mais baixos, também por esse canal melhoraria o resultado nominal [que inclui despesas financeiras, já perto de 10% do **PIB**]", diz ele, que também cita fatores externos, embora coadjuvantes, para a alta do câmbio: o crescimento econômico mais forte nos EUA limitam a possibilidade de queda dos juros americanos, somados à perspectiva de que o governo de Donald Trump adote políticas que pressionarão os preços e as taxas de juros por lá, fortalecendo o dólar. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Que jatares internos e externos expõem a alta do dólar nos últimos meses?

Armando Castelar: O principal fator interno é o aumento da percepção de risco macroeconômico, em que se destaca o de que o país embarque em uma crise séria, que pode advir de dificuldades de o governo rolar uma dívida que cresce com rapidez, e/ou de um aumento acelerado da **inflação**, conforme o Banco Central tenha dificuldade de controlar a alta dos preços, pelo fenômeno conhecido como dominância fiscal. São riscos que tenderiam a derrubar o investimento e o nível de atividade econômica em geral. Há também um fator doméstico, de menor im-

benefícios que se esperavam com eles. Isto posto, acho difícil conseguir um ajuste relevante sem mexer na vinculação das despesas de educação e saúde às receitas e dos benefícios de previdência ao salário mínimo, ou, então, alterar a fórmula de reajuste anual do salário mínimo para algo mais factível.

Valor: O Brasil está perto da dominância fiscal ou é um risco distante?

Castelar: Não se trata de um processo linear, em que você se aproxima de uma distância fixa a cada ponto percentual de aumento da relação dívida/**PIB**. Essas coisas se instalam de forma súbita, quando estoura um botão de pânico e há um efeito manada. Isto posto, sim, me parece que estamos rondando essa situação, pois com os juros com que a economia opera, tanto na Selic como nas NTN's [Notas do Tesouro Nacional], a despesa com juros do governo vai subir bem. E, em havendo uma desaceleração da atividade, as receitas vão crescer menos, complicando as coisas para o resultado primário. Por outro lado, não, não estamos lá, pelo menos ainda.

Valor: O Brasil deverá crescer 3% ou mais pelo terceiro ano seguido. A **reforma tributária** foi aprovada e há investimentos expressivos em saneamento. Fatores como esses não poderiam justificar níveis melhores de câmbio e juros de longo prazo?

Castelar: Sim, as reformas aprovadas nos últimos anos, como a reforma trabalhista, a criação da TLP [Taxa de Longo Prazo] para empréstimos de bancos públicos e o novo marco do saneamento, foram avanços importantes, que ajudam a explicar o bom desempenho do **PIB**. Mas a diferença entre o remédio e o veneno está na dose. A dose do aumento do gasto público, que pode trazer algum benefício quando a economia operava com mais desemprego e capacidade ociosa mais elevada, não traz mais benefícios. O problema é o risco de que o governo tenha dificuldade de se financiar, levando a uma crise. E, como mostra a rápida alta da relação dívida/**PIB** no último par de anos, o **PIB** crescer 3% não está resolvendo isso.

Valor: Qual será o efeito sobre a atividade do juro alto e do dólar caro?

Castelar: A lógica de subir a Selic é esfriar a atividade, em especial a demanda doméstica. Isso opera via um custo de financiamento mais alto, o que segura o investimento e o consumo das famílias. O emprego para de crescer, os salários reais também, e a menor expansão da massa salarial reforça esse processo. O problema é que o governo quer aumentar o gasto exatamente para gerar mais demanda, mais emprego, maiores salários, pois vê isso como positivo do ponto de vista político-eleitoral. Mas a tendência é que o **PIB** cresça mais devagarem 2025.

Valor: O **PIB** deve sofrer mais em 2025 ou em 2026?

Castelar: O aumento da Selic deve impactar o **PIB** de

2025 no segundo semestre e, com mais força, em 2026. Por outro lado, 2026 tem eleição presidencial e para o Congresso, além de pleitos para o Executivo e o Legislativo estaduais, de forma que é de se esperar uma política fiscal mais expansionista daqui a dois anos do que em 2025. Assim, em princípio eu esperaria uma desaceleração no ano que vem, para menos de 2% de alta do **PIB**, retomando um pouco em 2026. Mas tudo isso depende também de como os juros de mercado vão evoluir e de como a alta do risco vai afetar as decisões de investimento das empresas. Não dá para descartar uma recessão em algum momento do próximo biênio.

Valor: O BC está correto em atuar no câmbio como nos últimos dias?

Castelar: No meu entendimento, não. A desvalorização do câmbio destes últimos dias reflete um reposicionamento dos investidores, que passaram a enxergar mais risco em ativos brasileiros, não qualquer disfuncionalidade no mercado à vista. Há uma maior demanda sazonal por dólar nesta época, com as remessas de lucros e dividendos ao exterior, mas essa é atendida pelos leilões de linha [em que há compromisso de recom-pra]. A venda no mercado à vista vai contra o princípio de câmbio flutuante, coloca o BC em uma posição difícil, já que queima reservas e não tende a resolver o problema.

portância, que é forte expansão das importações, gerada pelo acelerado crescimento da demanda interna. Mas o aumento do déficit em conta corrente está sendo acompanhado pelos investidores.

Valor: E o externo?

Castelar: O fator externo tem a ver com o crescimento acima do previsto e a **inflação** resiliente nos EUA, em oposição ao que se vê na Europa e na China. Isso vai limitar a capacidade de o Fed, o BC dos EUA, reduzir juros, criando um cenário que mantém o dólar em patamar elevado. A perspectiva de que o governo que toma posse em janeiro de 2025 adote políticas como aumento de tarifas, expulsão de imigrantes ilegais e corte de **impostos**, que pressionariam a **inflação** americana e, conseqüentemente, os juros, para cima, reforça essa tendência de um dólar forte.

Valor: Qual é o peso das incertezas fiscais na disparada do dólar?

Castelar: Nos últimos meses esse se revelou o componente principal. Compare-se, por exemplo a dinâmica do DXY, um índice que reflete a variação do dólar frente a moedas de países ricos, e a taxa de câmbio do real contra o dólar. Depois de forte valorização entre o fim de setembro e meados de

novembro, o DXY passou a oscilar em torno de um nível mais ou menos constante. Já o dólar subiu 7,6% em relação ao real - e 25,5% em 12 meses.

Valor: O BC promoveu um choque de juros. Foi uma decisão correta ou houve exagero na dose?

Castelar: Sim, foi uma medida correta, em linha com a dificuldade que o BC enfrenta para reancorar as expectativas de **inflação** e levá-las para a meta de 3%. É ruim que, para isso se faça necessário elevar tanto a Selic, mas isso reflete principalmente o fato de que o impulso fiscal do último par de anos acelerou tanto o crescimento da demanda doméstica, fazendo a economia crescer além do seu potencial. Também o cenário externo, via sua pressão sobre o câmbio, contribuiu para a decisão do BC.

Valor: Por que o dólar não caiu depois da decisão do Gopom, que aumentou a rentabilidade dos ativos em reais, e das intervenções do BC no câmbio?

Castelar: Pela excepcionalidade da situação atual. A taxa de juros mais alta torna mais interessante investir em reais, mas o que tem movido o câmbio - a curva de juros - é a percepção de risco. Elevar a Selic vai ajudar a segurar a demanda doméstica, reduzindo a pressão inflacionária. Mas, se alguma coisa, uma Selic mais alta ajuda a pressionar a despesa com juros sobre a dívida pública, elevando o déficit nominal, que já beira os 10% do **PIB**. A única solução é melhorar significativamente o resultado primário, o que, via um custo de financiamento mais baixo, pela perspectiva de juros mais baixos, também por esse canal melhoraria o resultado nominal. Controlar o gasto público, em especial, não só contribuiria para isso, mas também ajudaria a segurar a demanda doméstica, tornando menos necessário aumentar a Selic, o que permitiria controlar a **inflação** de uma forma mais saudável.

Valor: Qual é o principal problema fiscal do país e qual é o risco que ele impõe à economia?

Castelar: O principal problema é

a expansão acelerada do gasto, por diversos fatores. Primeiro, ela contribuiu para o forte crescimento da demanda doméstica e, portanto, para pressionar os preços. Segundo, ela faz com que o governo trabalhe com déficits primários, aumentando a necessidade de expandir a dívida pública. Por fim, há uma questão na composição do gasto: aqueles obrigatórios e recorrentes estão crescendo de forma especialmente acelerada. O risco é chegar a uma situação em que a **inflação** alta volte a ser necessária para gerar algum tipo de equilíbrio nas contas do governo.

Valor: Quão preocupante é a trajetória da dívida bruta brasileira? Há quem diga que os governos de boa parte do mundo elevaram o seu nível de endividamento nos últimos anos, e que a dívida brasileira não destoa tanto assim.

Castelar: A questão é que, além de ser bastante alta para um país emergente, a dívida pública brasileira tem um custo de financiamento elevado, bem superior ao de países desenvolvidos que também têm dívidas públicas elevadas. Mas, sim, o problema do aumento da dívida e do déficit público não é um problema só do Brasil: a França está bem enrolada politicamente tentando acertar as contas do seu setor público. Só que este se financia a custo bem mais baixo que o nosso.

Valor: Por que o pacote fiscal e a correção da tabela do IR, a ser compensada pela taxa de quem ganha acima de R\$50 mil, foram mal recebidos?

Castelar: Por várias razões. Primeiro, não se trata de um corte de gastos, mas do tamanho do aumento do gasto: isto vai aumentar menos do que se previa antes. Segundo, o tamanho do corte é pequeno para o tamanho do déficit. Ele é bem pequeno para que se possa começar a pensar em gerar resultados que permitam estabilizar a relação dívida/**PIB**. Terceiro, nem tudo que foi proposto deve ser aprovado no Congresso, de forma que o resultado final será ainda mais modesto. Quarto, quem ganha menos consome maior parcela da renda do que quem ganha mais, de forma que, mesmo que a compensação ocorra de forma integral, essa é uma medida que vai expandir ainda mais a demanda doméstica, colocando mais pressão sobre a **inflação** e o BC.

Valor: Como o governo pode reverter a espiral negativa de alta do dólar e dos juros de longo prazo?

Castelar: Com um significativo e crível pacote de contenção do gasto público, em linha, ainda que não necessariamente igual, com o feito no governo **Temer** com o teto de gastos.

Valor: Como deve ser essa contenção de gastos? Pela redução da velocidade de expansão das despesas obrigatórias, como aposentadorias e benefícios assistenciais, e a vinculação de gastos de educação e saúde à receita?

Castelar: Tem de ser algo significativo, não adianta cortar gastos pequenos. Esses são gastos significativos, que cresceram muito nos dois últimos anos e que, na ausência de reformas, seguirão aumentando bem à frente do potencial de crescimento da economia. Mas há também os chamados gastos tributários, que refletem isenções variadas a setores e

tipos de empresa, que poderiam ser reduzidos, até porque a evidência é que não têm gerado os

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Motoristas de aplicativo ficam isentos de imposto na Reforma Tributária

Luiza Mello

O senador Jader Barbalho (MDB) conseguiu garantir o enquadramento como nano empreendedores para os motoristas de aplicativo de todo o país. Com uma renda média de R\$ 3.375 mensais, quem presta serviços para aplicativos como Uber, 99, inDrive, entre outros, fica isento do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). A emenda do senador foi acatada no texto final do projeto da **Reforma Tributária** aprovado pela Câmara dos Deputados na noite de terça-feira (17).

"A inclusão na nova categoria de empreendedorismo vai evitar que esses prestadores de serviço sofram prejuízos", comemorou o senador. Na forma como o texto chegou

ao Senado, o novo imposto inserido na reforma, o IBS, poderia afetar os motoristas de aplicativo com o recolhimento de 26,5% da renda bruta.

Na justificativa do texto da emenda, o senador ressaltou que a categoria de prestador de serviço de transporte individual privado por aplicativo possui uma particularidade que não foi observada: a grande parte desses motoristas tem rendimento anual bruto acima do limite estabelecido.

Atualmente, os motoristas de carros por aplicativo podem recolher imposto como Pessoa Física (PF), usando a tabela progressiva do Imposto de Renda, ou como Pessoa Jurídica (PJ), uma vez que são considerados, aos olhos da lei, prestadores de serviço.

GANHO

Ao apresentar a emenda ao projeto, o senador Ja-

der lembrou que a atividade exercida pelos motoristas de aplicativo poderia ser inserida na modalidade de negócios para operações em pequena escala com faturamento anual de até R\$ 40,5 mil inseridos na

nova modalidade de empreendedorismo, o "nano empreendedor".

Jader Barbalho previu no texto da emenda que o

transporte individual privado, fosse considerado como receita bruta 25% (vinte e cinco por cento) do valor total auferido pelo motorista em todas as plataformas por meio das quais preste serviços. "Esse é, de fato, o percentual

que fica para o motorista depois de descontados todos os custos associados à prestação dos serviços", lembrou.

De acordo com dados de uma pesquisa feita pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Ce-

brap), com registros administrativos das empresas associadas à Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amo-bitec) e com motoristas de aplicativos, o ganho médio bruto por hora em viagem é de R\$ 43,00 reais.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3013#book/>

Aprovação da reforma tributária é vista como avanço

TARSILA CASTRO

Com a a proposta de ser um sistema tributário mais simples e compreensível para a população, a **reforma tributária** deu um passo importante na última terça (17) com um dos seus projetos de regulamentação aprovado na Câmara dos Deputados. A aprovação foi vista como um avanço entre os especialistas, porém com pontos que poderiam ser melhorados.

A partir do novo sistema, o País passará a ter um Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirá PIS/Cofins e IPI e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que reunirá o ICMS e ISS. O CBS é um imposto federal e o IBS de estados e municípios.

Segundo o economista Sandro Prado, com a reforma, a população saberá exatamente o que está sendo tributado em cada produto.

"Agora vai ser uma alíquota unificada que deve ficar em um teto de 26,5%. Embora muitas pessoas critiquem colocando como um dos maiores IVAs do mundo, nós vamos ter uma redução real, porque hoje brasileiro paga mais de 30% de imposto e não percebe, porque é por dentro", explicou.

Apesar da aprovação da primeira parte da regulamentação, as mudanças da reforma não serão percebidas agora. O novo sistema tributário segue para sanção do presidente Lula (PT) e outras partes do projeto ainda serão votadas. A expectativa é de que a reforma comece a ser executada gradativamente a partir de 2026 até 2033, quando os **impostos** serão extintos.

Simplificação

Segundo o procurador-geral do Ministério Público de Contas de Pernambuco (MPCO), Ricardo Alexandre, a principal vantagem da reforma é a simplificação. "É muito ruim uma empresa do exterior que quer vir para o Brasil, investir aqui, descobrir que vai ter que se submeter a 27 legislações diferentes dos estados. Com a reforma, isso deixa de existir. Então o sistema tributário passa a ser um sistema mais simples, e isso tende a gerar um crescimento maior no **PIB**, destravando negócios no Brasil", disse Ricardo.

Como essas tributações estaduais só deixarão de existir em 2033, o sistema ficará mais complexo no período de transição. "De 2026 a 2033 a coisa vai piorar porque nesse período nós vamos ter a convivência do sistema atual com um sistema novo. O sujeito vai pagar, por exemplo, o IBS e o CBS e o Imposto Seletivo, que são três **tributos** novos, e ao mesmo tempo continua pagando os **tributos** antigos que no final da reforma deixarão de existir, o ICMS, o ISS, PIS, COFINS, e IPI", destacou.

Mudanças

Para a reforma ser aprovada, o relator do sistema tributário na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG) rejeitou uma série de mudanças feitas no Senado, e retirou o saneamento entre os serviços com 60% de redução de **impostos** e colocou de volta as bebidas açucaradas (como refrigerantes) para o Imposto Seletivo, conhecido como 'imposto do pecado'.

"Foi colocado pelo Senado que essas bebidas não teriam Imposto Seletivo, e a Câmara voltou a sobretaxar esses produtos. Cada item que entra e sai é zero vírgula alguma coisa a mais ou a menos. Como a própria Câmara tinha colocado um teto de 26,5%, o Senado acabou encarecendo a alíquota geral", reiterou Sandro Prado.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/rysi/#p=1>

Lula comemora finalização da reforma tributária no Congresso

DA REDAÇÃO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) usou ontem as redes sociais para comentar e comemorar a aprovação da regulamentação da **reforma tributária**, anteontem, pela Câmara dos Deputados. Em seu perfil no X (antigo Twitter), o presidente declarou que a aprovação "é um marco histórico" depois de 40 anos de debate sobre a necessidade de uma reforma no sistema tributário do Brasil. "Conseguimos construir e aprovar uma proposta que vai garantir um sistema tributário mais simples, eficiente, justo e transparente", escreveu Lula.

"É um passo fundamental para impulsionar o desenvolvimento econômico, atrair investimentos, fomentar a competitividade do setor produtivo e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Esta é uma conquista coletiva, fruto de diálogo, cooperação e compromisso entre diferentes setores da sociedade, do Poder Executivo e do Congresso Nacional, e que posiciona o país em um caminho mais próspero e sustentável", completou.

O projeto segue para sanção presidencial, que pode ser a última etapa antes de a reforma entrar em vigor. O tema só precisará retomar para análise no Congresso Nacional se houver algum veto assinado pelo presidente.

O ministro de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse ontem que a expectativa do governo é sancionar a regulamentação da **reforma tributária** até o fim de janeiro. Ele fez a afirmação na porta da casa do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), onde participou de reunião com senadores junto do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Padilha disse ainda que o governo ficou satisfeito com o "conjunto da obra". Segundo o ministro, houve na reunião um agradecimento ao Congresso pela votação. Padilha disse que os senadores Eduardo Braga (V1DB-AM) e Davi Alcolumbre (União-AP) também participaram do encontro.

Fernando Haddad afirmou ainda que a aprovação foi um feito histórico. Ele agradeceu o empenho pessoal de Pacheco e do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). "Penso que foi um feito histórico, depois de mais de 30 anos de espera. Eu queria agradecer aos presidentes Arthur Lira e Rodrigo Pacheco. Sem que

eles tivessem atuado pessoalmente na condução dos trabalhos, essa reforma seria impossível", declarou. (Com Agência Estado)

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>

Dólar só conhece rota de subida e bate em R\$ 6,26

Rosana Hessel +

Em novo dia tenso no mercado financeiro, o dólar disparou e bateu mais um recorde em meio ao aumento da desconfiança em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com alguns avanços da **reforma tributária** e do pacote de corte de gastos, no apagar das luzes do Congresso. No câmbio comercial, a moeda norte-americana fechou o pregão cotada a R\$ 6,266 para a venda - alta de 2,78% em único dia. Assim, o real acumula queda de 30% desde janeiro e está entre as moedas que mais derreteram em 2024. Na Bolsa de Valores de São Paulo, as perdas em um único dia das ações listadas foi de R\$ 130,6 bilhões, em valor de mercado, conforme levantamento da Elos Aytá.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou a forte desvalorização do real e afirmou que o movimento é de especuladores. Para ele, o ambiente de incerteza no mercado força a alta da moeda norte-americana, que deverá se acomodar nas próximas semanas.

Temos um câmbio flutuante, que, neste momento em que as coisas estão pendentes, reflete um clima de incerteza. Isso faz o câmbio flutuar, justificou Haddad. Segundo o ministro, nas conversas com grandes instituições financeiras, as previsões sobre o cenário econômico para 2025 são mais promissoras.

As avaliações dessas instituições são melhores do que as que os especuladores estão fazendo, afirmou aos jornalistas. Ao ser questionado sobre como será a relação entre o governo e o Banco Central daqui para frente, com a troca de comando da autarquia - sai Roberto Campos Neto e entra Gabriel Galípolo -, Haddad afirmou que Lula nunca interferiu no BC.

A disparada do dólar fez a autoridade monetária anunciar, na noite de ontem, uma nova intervenção no câmbio hoje. Serão leiloados US\$ 3 bilhões no mercado à vista. Nesta semana, o BC injetou US\$ 4,7 bilhões em dois leilões nesta semana, e não conseguiu fazer o dólar ficar abaixo de R\$ 6, patamar que vem sendo considerado a nova realidade para a moeda desde o anúncio do pacote fiscal prevendo cerca de R\$ 70 bilhões em corte de gastos, em 27 de novembro. A iniciativa não foi bem aceita pelo mercado financeiro por ser considerada aquém do

necessário para estabilizar o crescimento da dívida pública. As estimativas de impacto fiscal do pacote são menores, variando entre R\$ 40 bilhões e pouco mais de R\$ 50 bilhões.

Nem mesmo a intervenção do Tesouro, que atuou na recompra de títulos públicos, seguiu a disparada do dólar, em um momento em que muitas empresas estrangeiras enviam divisas para o exterior. Segundo analistas, a desconfiança do mercado financeiro no governo é crescente, pois os agentes econômicos estão precificando que o ajuste fiscal não vai acontecer na segunda metade do terceiro mandato de Lula.

O pacote é insuficiente. Enquanto o governo tenta empurrar os cortes para 2025 e 2026, que é ano eleitoral, os operadores estão considerando que isso vai ocorrer apenas no próximo governo, seja ele qual for, destaca Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, demonstra preocupação com a eficácia das intervenções no câmbio. O BC optou por dar liquidez e tentar apagar o incêndio via mercado à vista. Se a raiz do problema não for atacada - o desequilíbrio fiscal -, a estratégia se provará inócua e acabaremos com menos reservas do que começamos, alerta.

Mas os motivos da forte desvalorização do real não foram apenas domésticos. O cenário externo também não ajudou muito, dia de decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que reduziu os juros básicos em 0,25 ponto percentual, para a faixa de 4,25% a 4,50% ao ano (leia ao lado).

Com a perspectiva de juros mais altos nos EUA, as bolsas caem e o dólar fica mais forte, não apenas frente ao real. O câmbio também teve um componente relevante, que foi a decisão do Fed. Mercado interno e externo projetaram corretamente o corte de juros, mas erraram na expectativa para a **inflação**, destaca Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

A Bolsa de Valores de São Paulo desabou 3,15% para 120.772 pontos. Com os juros mais altos lá fora, isso desvaloriza nosso câmbio, que provoca o Copom a subir ainda mais os juros por aqui, prejudicando a Bolsa, explicou Cruz. (Colaborou Fernanda Strickland)

Em novo dia tenso no mercado financeiro, o dólar disparou e bateu mais um recorde em meio ao aumento da desconfiança em relação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mesmo com alguns avanços da **reforma tributária** e do pacote de corte de gastos, no apagar das luzes do Congresso. No câmbio comercial, a moeda norte-americana fechou o pregão cotada a R\$ 6,266 para a venda - alta de 2,78% em único dia. Assim, o real acumula queda de 30% desde janeiro e está entre as moedas que mais derreteram em 2024. Na Bolsa de Valores de São Paulo, as perdas em um único dia das ações listadas foi de R\$ 130,6 bilhões, em valor de mercado, conforme levantamento da Elos Ayta.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, minimizou a forte desvalorização do real e afirmou que o movimento é de especuladores. Para ele, o ambiente de incerteza no mercado força a alta da moeda norte-americana, que deverá se acomodar nas próximas semanas.

Temos um câmbio flutuante, que, neste momento em que as coisas estão pendentes, reflete um clima de incerteza. Isso faz o câmbio flutuar, justificou Haddad. Segundo o ministro, nas conversas com grandes instituições financeiras, as previsões sobre o cenário econômico para 2025 são mais promissoras.

As avaliações dessas instituições são melhores do que as que os especuladores estão fazendo, afirmou aos jornalistas. Ao ser questionado sobre como será a relação entre o governo e o Banco Central daqui para frente, com a troca de comando da autarquia - sai Roberto Campos Neto e entra Gabriel Galípolo -, Haddad afirmou que Lula nunca interferiu no BC.

A disparada do dólar fez a autoridade monetária anunciar, na noite de ontem, uma nova intervenção no câmbio hoje. Serão leiloados US\$ 3 bilhões no mercado à vista. Nesta semana, o BC injetou US\$ 4,7 bilhões em dois leilões nesta semana, e não conseguiu fazer o dólar ficar abaixo de R\$ 6, patamar que vem sendo considerado a nova realidade para a moeda desde o anúncio do pacote fiscal prevendo cerca de R\$ 70 bilhões em corte de gastos, em 27 de novembro. A iniciativa não foi bem aceita pelo mercado financeiro por ser considerada aquém do necessário para estabilizar o crescimento da dívida pública. As estimativas de impacto fiscal do pacote são menores, variando entre R\$ 40 bilhões e pouco mais de R\$ 50 bilhões.

Nem mesmo a intervenção do Tesouro, que atuou na recompra de títulos públicos, segurou a disparada do dólar, em um momento em que muitas empresas estrangeiras enviam divisas para o exterior. Segundo

analistas, a desconfiança do mercado financeiro no governo é crescente, pois os agentes econômicos estão precificando que o ajuste fiscal não vai acontecer na segunda metade do terceiro mandato de Lula.

O pacote é insuficiente. Enquanto o governo tenta empurrar os cortes para 2025 e 2026, que é ano eleitoral, os operadores estão considerando que isso vai ocorrer apenas no próximo governo, seja ele qual for, destaca Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, demonstra preocupação com a eficácia das intervenções no câmbio. O BC optou por dar liquidez e tentar apagar o incêndio via mercado à vista. Se a raiz do problema não for atacada - o desequilíbrio fiscal -, a estratégia se provará inócua e acabaremos com menos reservas do que começamos, alerta.

Mas os motivos da forte desvalorização do real não foram apenas domésticos. O cenário externo também não ajudou muito, dia de decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), que reduziu os juros básicos em 0,25 ponto percentual, para a faixa de 4,25% a 4,50% ao ano (leia ao lado).

Com a perspectiva de juros mais altos nos EUA, as bolsas caem e o dólar fica mais forte, não apenas frente ao real. O câmbio também teve um componente relevante, que foi a decisão do Fed. Mercado interno e externo projetaram corretamente o corte de juros, mas erraram na expectativa para a **inflação**, destaca Gustavo Cruz, estrategista da RB Investimentos.

A Bolsa de Valores de São Paulo desabou 3,15% para 120.772 pontos. Com os juros mais altos lá fora, isso desvaloriza nosso câmbio, que provoca o Copom a subir ainda mais os juros por aqui, prejudicando a Bolsa, explicou Cruz. (Colaborou Fernanda Strickland)

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/12/7015548-dolar-so-conhece-rota-de-subida-e-bate-em-rs-626.html>

Reforma tributária: mudanças agradam setor, mas preços de imóveis e aluguéis podem subir

Por **Isabela Bolzani**, g1

As mudanças recentemente aprovadas pela Câmara dos Deputados na regulamentação da **reforma tributária** foram bem recebidas pelo setor imobiliário, mas representantes das empresas ainda manifestam preocupações sobre os possíveis aumentos nos preços de imóveis e de aluguéis.

Para eles, o comprador pode encontrar valores mais altos em parte dos imóveis por conta de um leve aumento de carga tributária, mesmo com o aumento dos redutores propostos para o segmento no texto da reforma. (entenda mais abaixo)

O texto foi aprovado pela Câmara na última terça-feira (17) e segue para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que ainda pode vetar trechos da proposta. Caso isso ocorra, deputados e senadores poderão derrubar os vetos se discordarem do presidente.

Cabe acrescentar que as mudanças previstas pelo texto da **reforma tributária** não são imediatas. O regime será totalmente implementado em 2033, depois de uma transição gradual que deve iniciar em 2026.

Como é a tributação do setor imobiliário atualmente?

Um levantamento recente feito pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) indicou que a carga tributária que incide atualmente sobre o setor imobiliário varia entre 6,4% e 8%.

Qual era a mudança proposta pela primeira versão da reforma?

A primeira versão do texto colocava as operações com imóveis sujeitas à alíquota de 26,5%, mas com dois redutores que serviriam para ajustar a carga tributária.

Pela versão anterior, os descontos propostos no IBS (municipal) e CBS (estadual) eram de:

40% em operações com bens imóveis (que tende a ser cobrado principalmente de incorporadoras e construtoras); 60% em operações de locação, cessão

onerosa e arrendamento de bens imóveis.

Como ficou a tributação proposta pelo novo texto?

O novo texto ainda estabelece que as operações imobiliárias de pessoas físicas ou jurídicas serão tributadas com o CBS e o IBS, mas traz algumas mudanças importantes em relação à primeira versão do projeto.

Uma delas, por exemplo, estabelece que as pessoas físicas que, por ano, arrecadarem abaixo de R\$ 240 mil com o aluguel de imóveis não serão tributadas. Já aquelas que tiverem obtido renda anual com aluguel acima desse valor, deverão o tributo.

Além disso, o projeto cria dois redutores - um social e o das alíquotas de tributação - para ajustar a carga tributária do setor.

?? Redutor social: será aplicado nas operações de compras de imóveis e lotes residenciais; e no aluguel residencial. O mecanismo reduz a base de cálculo da tributação. O objetivo é beneficiar famílias com renda mais baixa e imóveis populares.

?? Por exemplo, se o redutor for de R\$ 400 e o aluguel de um apartamento R\$ 1 mil, o imposto incidirá somente sobre R\$ 600.

Pela proposta, o redutor social será de:

R\$ 100 mil na compra de imóveis novos; R\$ 30 mil na compra de lote residencial; e R\$ 600 para o aluguel de imóveis residenciais.

Os valores serão atualizados mensalmente, depois da eventual sanção da proposta, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), considerado a **inflação** oficial do Brasil.

?? Corte na alíquota: a proposta estabelece também que haverá cortes lineares nas alíquotas do IBS e da CBS aplicadas em transações imobiliárias.

Segundo o texto, a alíquota-comum será reduzida em:

50% em todas as operações com imóveis; e 70% nas operações de locação, cessão onerosa e arrendamento.

O que dizem os especialistas e representantes do setor?

Segundo especialistas e representantes do setor consultados pelo G1, apesar de o novo texto trazer uma melhora considerável em relação à primeira proposta, os descontos ainda não atendem a demanda do setor em sua totalidade e podem trazer impactos para o consumidor.

"A única coisa que o setor queria é que não houvesse um aumento da carga tributária. E o desconto que vimos com o novo texto é adequado. Não traz um equilíbrio perfeito, mas é adequado", afirma o presidente da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz França.

A demanda inicial do setor era de que os redutores fossem de 60% para operações com bens imóveis e de 80% para operações de aluguel para que o projeto da **reforma tributária** tivesse efeitos neutros no setor.

"Mesmo com as condições mais benéficas do que as que estávamos vendo antes, nós ainda teremos um certo aumento de carga tributária. E, com isso, a expectativa é que ainda haja um aumento no valor dos bens imóveis à frente", afirma o advogado tributarista Carlos Schenato, alertando que a alta viria tanto nos preços da casa própria quanto no aluguel.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira do Mercado Imobiliário (ABMI), Alfredo Freitas, o setor ainda faz os cálculos para determinar o tamanho do impacto trazido pelo novo aumento da carga tributária.

"Sabemos que vamos ter um aumento de **tributos** em relação ao que pagamos. A expectativa é que parte desses impactos serão absorvidos pelos empréstimos e parte pela sociedade que consome os produtos imobiliários, quer seja na compra e venda, quer seja na locação", acrescenta.

Os representantes do setor destacam, no entanto, o bom trabalho feito com a **reforma tributária** e a abertura do governo federal com o segmento.

"Aguardamos com expectativa para entender como será a aplicação da reforma na prática, com a definição das obrigações acessórias e demais exigências burocráticas que devem ser cumpridas pelas empresas", diz o presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Renato Correia.

Quando as mudanças devem acontecer?

O texto da **reforma tributária** propõe um período de transição até que os novos **impostos** passem a valer. A ideia é que haja uma mudança gradual a partir de 2026, com o regime sendo totalmente implementado em 2033.

Segundo França, da Abrainc, a nova versão do projeto também estabelece um período de transição mais claro para o setor, diminuindo a insegurança jurídica quanto aos contratos firmados.

Veja abaixo:

No caso de incorporação imobiliária foi mantida a tributação cumulativa do Regime Especial Tributário (RET) para quem teve o pedido efetivado até 31 de dezembro de 2028; No caso de parcelamento de solo (loteamento ou desmembramento), foi permitido que o contribuinte que realize alienação de imóvel até 31 de dezembro de 2028 seja tributado pelo CBS com base na receita bruta, à alíquota de 3,65%; No caso de locação, cessão onerosa ou arrendamento de imóvel, foram criados critérios para que o contribuinte possa optar pelo recolhimento de IBS e CBS com base na receita bruta, à alíquota de 3,65%.

Para Schenato, no entanto, ainda que haja um período de transição e de adaptação das incorporadoras e construtoras para a adequação completa ao proposto pelo novo projeto, há a expectativa de que parte do setor se antecipe na adequação - e no repasse de custos.

"O período de transição já começa a trazer uma carga tributária maior e a expectativa é que as companhias se antecipem e já comecem a se adequar e a repassar esse valor na operação", diz.

Mas, em termos gerais, podemos dizer que o brasileiro pode continuar fazendo suas aquisições e suas operações de aluguel. O mercado está regrado e equilibrado e tende a continuar sem maiores sustos com o que foi aprovado até agora, conclui Freitas, da ABMI.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/12/19/reforma-a-tributaria-mudancas-agradam-setor-mas-precos-de-imoveis-e-alugueis-podem-subir.ghtml>

Carne sem imposto: entenda se a reforma tributária poderá baratear o churrasco

Por Vivian Souza, Lara Castelo, Paula Salati

O Congresso aprovou a primeira parte da regulamentação da **reforma tributária**, que inclui a isenção de **impostos** para carnes de boi, frango, porcos, bodes e cabras na cesta básica nacional.

O texto ainda precisa ser sancionado pelo presidente Lula, que pode vetar trechos da proposta.

Economistas e tributaristas entrevistados pelo g1 entendem que não dá para afirmar que a carne vai ficar mais barata apenas por ser parte da cesta básica na reforma.

Afinal, o preço da proteína não é decidido só por **impostos**: também pesam outros fatores, como o dólar, a oferta de carne no mercado e a renda do consumidor.

A **reforma tributária** só vai ser totalmente implementada em 2033, depois de uma transição gradual que vai começar em 2026.

O Congresso aprovou nesta semana a primeira parte da regulamentação da **reforma tributária** e um dos destaques é que as carnes de boi, frango, porcos e bodes e cabras terão alíquota zero dentro da cesta básica nacional.

O texto ainda precisa ser sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que pode vetar trechos da proposta. Lula, no entanto, já tinha se manifestado a favor da inclusão das carnes na cesta básica, ainda que a equipe econômica do governo não concordasse (saiba mais ao fim da reportagem).

?? Nada muda agora: a **reforma tributária** só vai ser totalmente implementada em 2033, depois de uma transição gradual que vai começar em 2026.

Até por isso, economistas e tributaristas entrevistados pelo g1 entendem que não dá para afirmar que a carne vai ficar mais barata apenas por ser parte da cesta básica na reforma.

Afinal, o preço da proteína não é decidido só por **impostos**: também pesam outros fatores, como o dólar, se existe mais ou menos oferta de carne no mercado e também a renda do consumidor. Até os

eventos climáticos, como a seca, têm feito o alimento encarecer. Entenda mais abaixo.

Como é hoje

Atualmente, as carnes já são isentas de **impostos** federais, como o Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da **Seguridade Social** (Cofins) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que é um tributo estadual, e do Imposto Sobre Serviços (ISS), municipal, pode variar de acordo com a localidade.

Com a **reforma tributária**, todos esses **impostos** serão unificados. Para Cristiano Correa, professor de finanças do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec-SP), o objetivo não é baratear os produtos, mas tornar uma tributação complexa em algo simples.

A tendência geral é que o imposto zerado para carnes se reflita preço final e, conseqüentemente, beneficie o consumidor, diz Victoria Rypl, da Andersen Ballão Advocacia e especialista em direito tributário.

Mas os empresários não são obrigados a repassar a isenção do imposto porque o tributo é um custo, assim como os materiais comprados para fazer o produto, o transporte, etc, complementa a advogada e professora de direito tributário na FGV-Rio Bianca Xavier.

"Ele pode passar a redução do custo tarifário para o consumidor e diminuir o preço final do produto ou pode manter o preço e aumentar o seu lucro, já que seu custo foi menor", explica.

Ainda que haja repasse, em localidades onde o imposto é menor atualmente, essa isenção não deverá causar tanto impacto no preço final, avalia Cícero Zanetti, doutor em economia aplicada e pesquisador do FGV Agro.

Rypl entende que pode existir impacto maior no estado de São Paulo, onde a tributação é mais alta.

"Em São Paulo, por exemplo, é cobrado um ICMS de 11% sobre as carnes comercializadas para o consumidor final dentro do estado e 7% para as que

saem do estado. Com a reforma e a isenção, provavelmente o seu preço vai diminuir", diz a tributarista.

O que mais impacta no preço

Para os entrevistados, o imposto pesa menos do que outros fatores no preço da carne. E é difícil prever os cenários para quando a reforma estará totalmente implementada, em 2033.

A carne vem sofrendo seguidas altas atualmente. Em novembro, o preço subiu pelo terceiro mês consecutivo, acumulando uma **inflação** de 15,43% nos últimos 12 meses, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Hoje, o que faz o preço da carne ter esse preço é uma série de outros fatores, diz Correa, do Ibmec-SP.

Os principais fatores que levaram ao encarecimento foram uma oferta menor do produto frente a uma demanda maior da população, além das secas e queimadas, que prejudicaram os pastos.

A menor oferta pode ser explicada por dois fatores principais.

??Efeito dólar

O dólar alto faz com que o mercado externo se torne mais atraente para os produtores, pontua Correa. "É uma matemática muito simples: o exportador vai preferir vender para quem vai pagar mais".

??Ciclo de abates

Existem períodos em que se abate mais ou menos gado. Esse ciclo é formado, basicamente, por duas fases:

alta do ciclo - quando há uma expectativa de aumento nos preços do bezerro, os pecuaristas, em vez de abater as vacas, as mantêm nas fazendas para reprodução, movimento que provoca um aumento nas cotações dos bovinos (boi gordo, bezerro, novilhas, boi magro, vaca gorda, etc.). É o que acontece atualmente; baixa do ciclo - quando as projeções do preço do bezerro começam a cair, um volume maior de fêmeas é encaminhado para os abates. Isso amplia a quantidade de carne no mercado, gerando uma queda nas cotações dos bovinos.

Apesar de o imposto zerado não significar que a carne vai ficar mais barata do que é hoje, ela pode se tornar mais em conta na comparação com outros produtos no supermercado, explica Zanetti, do FGV Agro.

Isso porque alimentos que estarão fora da cesta básica e da lista de redução de 60% do imposto (caso do camarão, por exemplo) vão ser taxados 26,5%.

Correa, do Ibmec, acredita que, mesmo se a carne ficar um pouco mais barata com a isenção, a elevação dos preços de outros alimentos deve deixar o sistema equilibrado. Assim, o poder de compra do consumidor deve ser manter similar ao que é hoje.

A pessoa que hoje não consegue comprar uma picanha, muito provavelmente vai continuar não conseguindo comprar, afirma.

"A grande questão é que, se as carnes não tivessem ficado isentas, se não tivessem entrado na cesta básica, nós poderíamos ter um aumento dos preços", avalia Fernando Henrique Iglesias, analista da consultoria Safras & Mercado.

Até meados deste ano, a proposta da **reforma tributária** previa uma alíquota reduzida, de 10,6%, no imposto sobre as carnes. Mas, em julho, a Câmara dos Deputados incluiu a isenção das proteínas.

Segundo cálculos da consultoria, se as carnes fossem tributadas como no projeto original, poderia haver um aumento de 9% a 10% no preço do produto para o consumidor.

O impasse da carne na cesta básica

A carne foi um dos principais pontos de impasse na discussão da reforma pelo Congresso ao longo dos últimos meses.

Inicialmente, o grupo de trabalho que relatou a regulamentação não incluiu a proteína animal na cesta básica. O Ministério da Fazenda era contra a entrada, alegando que isso teria um impacto alto nas contas públicas e na alíquota do imposto unificado.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, defendeu a isenção. Sou daqueles que vou ficar feliz se eu puder comprar carne sem imposto, prometi na campanha que o povo ia voltar a comer picanha e tomar cerveja, disse Lula, em julho, pouco antes da votação da proposta.

O PL, maior partido da oposição, pediu que esse item fosse votado separadamente no plenário da Câmara. Diante de uma iminente derrota, o governo cedeu e acatou a inclusão do item na cesta.

Veja mais:

Cor, cheiro e textura: você sabe o que analisar na hora de escolher a carne no mercado? Carne de baleia é

leiloadada pela primeira vez em décadas no Japão

Site:

<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2024/12/19/carne-sem-imposto-entenda-se-a-reforma-tributaria-podera-baratear-o-churrasco.ghtml>

Câmara adia para esta quinta votação da PEC que restringe acesso ao abono salarial

A Câmara dos Deputados adiou para esta quinta-feira a votação da proposta de emenda à Constituição que restringe o acesso ao abono salarial, de acordo com a Agência Câmara de Notícias.

A proposta foi encaminhada pelo Executivo e faz parte do pacote de ajuste fiscal.

Após a discussão de emenda apresentada pelo relator, deputado Moses Rodrigues (União-CE), o plenário aprovou preferência de votação para a PEC 31/07, sobre a **reforma tributária**, em vez da PEC 45/24, do Executivo. A decisão teve o apoio de lideranças dos maiores partidos e, em seguida, a sessão foi encerrada.

A PEC 45/24 estabelece restrição gradual do acesso ao abono salarial do Programa PIS/Pasep de um salário mínimo, pago aos trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos**.

Precisamos aprovar o texto para, além de garantir conquistas sociais de décadas, ter a sustentabilidade dessas conquistas e o equilíbrio fiscal necessário para o país, disse Rodrigues, segundo a Agência Câmara.

Deputados da bancada do governo defenderam a aprovação da proposta, enquanto parlamentares da oposição criticaram mudanças no Fundeb, no abono salarial e a manutenção de suspensões salariais.

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a PEC viabiliza todo o debate de ajuste fiscal. Tem um momento em que precisamos estar juntos, ainda que tenhamos reservas, afirmou. Não vamos retirar nenhum direito nem de aposentados ou de quem depende do BPC.

Na véspera, a Câmara concluiu a votação de projeto que impõe travas para o crescimento de despesas com pessoal e incentivos tributários se houver déficit primário, tema encarado como prioritário pelo governo em seu esforço fiscal.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/camara-adia-para-esta-quinta-votacao-da-pec-que-restringe-acesso-ao-abono-salarial,f6a0163cbc49a620c8497d714bf1e857foon0yo9.html>

Câmara adia para esta quinta votação da PEC que restringe acesso ao abono salarial

(Reuters) - A Câmara dos Deputados adiou para esta quinta-feira a votação da proposta de emenda à Constituição que restringe o acesso ao abono salarial, de acordo com a Agência Câmara de Notícias.

A proposta foi encaminhada pelo Executivo e faz parte do pacote de ajuste fiscal.

Após a discussão de emenda apresentada pelo relator, deputado Moses Rodrigues (União-CE), o plenário aprovou preferência de votação para a PEC 31/07, sobre a **reforma tributária**, em vez da PEC 45/24, do Executivo. A decisão teve o apoio de lideranças dos maiores partidos e, em seguida, a sessão foi encerrada.

A PEC 45/24 estabelece restrição gradual do acesso ao abono salarial do Programa PIS/Pasep de um salário mínimo, pago aos trabalhadores com carteira assinada e **servidores públicos**.

"Precisamos aprovar o texto para, além de garantir conquistas sociais de décadas, ter a sustentabilidade dessas conquistas e o equilíbrio fiscal necessário para o país", disse Rodrigues, segundo a Agência Câmara.

Deputados da bancada do governo defenderam a aprovação da proposta, enquanto parlamentares da oposição criticaram mudanças no Fundeb, no abono salarial e a manutenção de suspensões salariais.

O líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE), disse que a PEC viabiliza todo o debate de ajuste fiscal. "Tem um momento em que precisamos estar juntos, ainda que tenhamos reservas", afirmou. "Não vamos retirar nenhum direito nem de aposentados ou de quem depende do BPC."

Na véspera, a Câmara concluiu a votação de projeto que impõe travas para o crescimento de despesas com pessoal e incentivos tributários se houver déficit primário, tema encarado como prioritário pelo governo em seu esforço fiscal.

Site: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2024/12/19/camara-adia-para-esta-quinta-votacao-da-pec-que-restringe-acesso-ao-abono-salarial.htm>

Mudança impacta serviços da capital

PABLO GIOVANNI, DARCIANNE DIOGO E MARIANA SARAIVA

O segundo e último painel do CB Debate - com o tema Entre os Eixos do DF: Entre os eixos do DF: O Fundo Constitucional do Distrito Federal - discutiu as possíveis perdas e impactos nos serviços públicos caso a fórmula de cálculo do FCDF seja alterada. A proposta do governo federal sugere substituir a base atual, que utiliza a variação da Receita Corrente Líquida (RCL) da União, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA), medida que é contestada pelo secretário-executivo de Administração e Logística da Secretaria de Economia do DF, Daniel Izaías.

Segundo estudo da pasta, a mudança pode gerar uma perda de R\$ 12 bilhões para os cofres do DF nos próximos 15 anos. Izaías ainda ressaltou a importância do fundo para Brasília, que atende a uma população maior que a do Uruguai e, somando o Entorno, chega a 40% do total populacional de um país como Portugal. "Brasília nasceu com a vocação de ser a cidade administrativa do Brasil, abriga os Três Poderes e embaixadas, mas, além disso, possui uma população que depende desses recursos para serviços essenciais", concluiu.

"Brasília não tem uma vocação industrial nem agropecuária. O recurso não é para promover o desenvolvimento da região, mas para financiar serviços públicos que alimentam políticas sociais. Se houver uma redução nesses recursos, será necessário buscar R\$ 15 milhões na arrecadação própria para compensar. Isso "sangra" o Distrito Federal, tirando sua capacidade de planejar o futuro, melhorar a qualidade de vida da população e continuar sendo uma referência nacional", completou.

Importância do FCDF

Outra contribuição no painel foi de Roberto Botelho, presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF (Ademi). Ele tratou a discussão como "preocupante" e defendeu que o DF faz o bom uso da aplicação dos valores repassados pela União. "Brasília é a vitrine do Brasil. Brasília tem que ter uma segurança de ponta para receber embaixadores, autoridades de outros países. Imagina uma autoridade dessa sair e ter o celular roubado, como ocorrem em outros estados? Falo não só como morador do DF, mas enquanto brasileiro", afirmou.

Outro ponto ressaltado por Botelho foi a aplicação do fundo. O presidente da Ademi considera que a aplicação do recurso está sendo feita de maneira positiva e benéfica. "A saúde é uma das melhores do Brasil, assim como nossa educação é a segurança. Considerando isso, estamos, sim, aplicando bem o dinheiro", enfatizou.

Botelho traz uma narrativa acerca da história e da estrutura econômica de Brasília, destacando alguns pontos importantes, como a concepção original da capital. "Em 1988, foi entendido que Brasília tinha que ter autonomia, e, para isso, o constituinte criou o fundo do DF, mas não foi regulamentado e demorou muito. Os recursos gerados pela própria economia do DF não são suficientes para sustentar as despesas da capital, o que torna o fundo essencial", explicou.

Desalinhado

O presidente da Fecomércio-DF, José Aparecido Freire, destacou o impacto negativo que a alteração no cálculo do Fundo Constitucional pode causar ao setor produtivo da capital federal, responsável por mais de 90% da economia local. "Temos cerca de 230 mil empresas na nossa base, que geram mais de 1 milhão de empregos. Por isso, é essencial debatermos essa questão. Não concordamos, de forma alguma, com a mudança no cálculo do FCDF. No ano passado, essa discussão já foi levantada, conseguimos impedir a alteração, e estamos prontos para lutar novamente", afirmou.

O dirigente salientou que as mudanças propostas pelo governo federal impactam setores primordiais, garantidos na Constituição Federal de 1988. Aparecido ainda pontuou que, com menos recursos, haverá mais endividamento. "As pessoas já estão endividadadas. Se reduzirmos o FCDF, as recomposições salariais, tanto para o funcionalismo público quanto para os trabalhadores das empresas privadas, ficam comprometidas. Esse alívio financeiro deixará de existir", alertou.

José Aparecido também chamou a atenção para a presença de mais de 100 organismos internacionais no DF, como embaixadas, que não pagam IPTU ou outros **impostos**, mas ainda dependem dos serviços financiados pelo fundo. "As embaixadas e os parlamentares que vêm a Brasília geram demandas locais. Eles não pagam **impostos** aqui, mas seus assessores precisam de saúde, educação, segurança. Tudo isso é bancado pelo Distrito Federal. Agora, eu

pergunto: onde esses parlamentares pagam seus **impostos**? Não é no DF", criticou.

Crime organizado

A possível alteração na fórmula de cálculo do Fundo Constitucional pode abrir brechas para a atuação do crime organizado no Distrito Federal, alerta Cláudia Alcântara, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do DF (Sindepoc). Ela destaca que os policiais civis da capital recebem salários semelhantes aos de outros estados, apesar da importância estratégica da corporação, que atua na proteção dos Três Poderes, embaixadas e entidades internacionais sediadas na capital federal.

"Sabemos que, em outros estados, onde os salários das polícias são pequenos, baixos, ocorre o caso de policiais serem recrutados pelo crime organizado. Nós estamos vendo isso na televisão o tempo todo. Não queremos aqui no DF sermos prejudicados, muito menos termos uma polícia cooptada pelo crime organizado", pediu.

Ela também destacou a importância de manter o DF como referência nacional em segurança pública, mas reforçou a necessidade de valorização da categoria, que busca paridade com a Polícia Federal -as duas são mantidas por fundos da União. "Nesse aspecto (de segurança), somos referência no Brasil e queremos continuar sendo, em termos de trabalho e prestação de serviços para a sociedade. Mas, em contrapartida, nós temos que ser valorizados, com uma reestruturação da nossa categoria. Por isso, estamos trabalhando no sentido de que o FCDF seja ajustado da maneira que está hoje", completou.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6772/19-12-2024.html?all=1>

Com risco fiscal e Fed, dólar vai a R\$ 6,26; Bolsa tem queda de 3,15%

I ANTONIO PEREZ e LUÍZA LANZA/E-INVESTIDOR

Com o mercado já apreensivo com a votação do pacote fiscal no Congresso, a indicação de um ritmo mais lento de redução dos juros nos Estados Unidos trouxe ainda mais estresse para o mercado financeiro, que fechou ontem com novo recorde histórico para o dólar e forte queda do Ibovespa - a principal referência da Bolsa brasileira.

O dólar fechou o dia cotado a R\$ 6,26, o que representou uma alta de 2,78%. No ano, a valorização chega agora a 29,10%. Desde a quinta-feira passada, o Banco Central já despejou US\$ 12,7 bilhões no mercado, entre leilões à vista ou com compromisso de recompra (leilão de linha), na maior intervenção em um único mês desde março de 2020.

A estratégia será repetida hoje: o BC já anunciou que venderá mais US\$ 3 bilhões. Cada dealer de câmbio poderá enviar até três propostas com o volume pretendido de moeda.

Já o Ibovespa registrou queda de 3,15%, a 120,7 mil pontos - o menor patamar desde 20 de junho. Foi também a maior perda diária, em percentual, desde 10 de novembro de 2022 (-3,35%), quando o temor era de que o ex-ministro Guido Mantega pudesse participar da equipe de transição do governo.

Na avaliação do mercado, o pacote apresentado pelo governo ficou aquém do necessário para garantir a estabilidade do atual arcabouço fiscal. Também há receio de que os parlamentares alterem muito as propostas, tornando a eficácia do pacote ainda mais duvidosa.

Essa preocupação tem sido citada para explicar a disparada do dólar nos últimos dias.

"O pacote fiscal segue como o principal motor do mercado cambial brasileiro, ofuscando outras variáveis. A volatilidade permanece alta, e qualquer notícia negativa pode disparar o dólar, enquanto avanços no Congresso tendem a reduzir a cotação na mesma intensidade", afirmou Elson Gusmão, diretor de câmbio da Ourominas.

FED. Ontem, porém, também pesou o anúncio feito pelo Federal Reserve (Fed, o banco central

americano). Como esperado pelos analistas, o Fed cortou os juros em 0,25 ponto percentual. A nota dissonante ficou por conta da indicação de que o ritmo de flexibilização monetária deve ficar mais lento daqui para frente. Presidente do colegiado, Jerome Powell disse que, com os cortes já realizados, os juros estão "perto do nível neutro", o que permite "postura cautelosa" (mais informações na pág. B10).

Juros mais altos nos EUA representam menos recursos para economias como o Brasil.

Desde a eleição do republicano Donald Trump à presidência dos EUA, há apostas de que o BC americano terá menos espaço para reduzir os juros no próximo ano. Trump tem prometido redução de **impostos** e medidas protecionistas, com possível impacto sobre a **inflação**.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Setores insatisfeitos sinalizam com aumento de preço

De São Paulo Setores que não eram tributados, estavam sujeitos a tributação reduzida ou ao menos tinham a expectativa de obter uma carga de **impostos** mais baixa com a regulamentação da **reforma tributária** do consumo começam a fazer suas contas. Ainda que os especialistas afirmem que não haverá aumento da carga, muitos segmentos sinalizaram com possível elevação de custos e preços e com revisão contratual.

No saneamento básico, que não teve confirmada a desoneração de 60% de IBS e CBS proposta pelo Senado, o cálculo é que a reforma terá impacto de 18% nas tarifas. As concessionárias de infraestrutura preveem uma onda de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e aumento das tarifas.

Para a Abcon (Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), a reforma impacta contratos vigentes e também novos projetos. "O setor da construção vê avanços na reforma, ainda que não tenha conseguido aprovar os redutores que desejava. Para o presidente da Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias), Luiz França, o maior progresso foi a "aproximação à neutralidade tributária", embora não tenha sido totalmente atingida, diz a entidade. Mas a Abrainc considera positivo o fato de os redutores de alíquotas sobre o setor (50% na incorporação imobiliária e 70% na locação) serem maiores que o que estava proposto - ainda que o setor reivindicasse 60% e 80% de redução, respectivamente.

A Libra e a Liga Forte União (LFU), as duas principais associações de times do futebol brasileiro, criticaram os termos aprovados na regulamentação da **reforma tributária** e os efeitos que ela pode ter na taxa efetiva dos chamados clubes-em-presa. Alegam que o Regime de Tributação Específica do Futebol garantiu segurança jurídica ao estabelecer que 5% das receitas de uma SAF (sociedade anônima de futebol) devem ser recolhidos mensalmente, reduzindo para 4% a partir do sexto ano. O texto aprovado pela Câmara dos Deputados mantém a alíquota de 8,5% para SAFs.

Em menos de três anos da aprovação da Lei das SAFs, 95 "Fomos pegos de surpresa coma falta de sensibilidade na **reforma tributária**" Christianne Dias clubes no Brasil se transformaram ou nasceram

enquanto clu-bes-empresa. Das equipes que disputaram a Série A do Campeonato Brasileiro, 40% delas são neste modelo de gestão.

Para o Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), a incidência de imposto seletivo de acordo com a graduação alcoólica das bebidas é positiva. O presidente da entidade, Márcio Maciel, afirma que ainda não é possível calcular o impacto no setor, mas que a reforma vai ajudar na simplificação e no ambiente de negócios.

"No mundo inteiro, há dezenas de anos, a tributação é feita progressivamente por teor alcoólico", afirma o presidente da entidade.

A Abimed, associação da indústria de equipamentos médicos, afirma que cerca de 30 mil dispositivos, o equivalente a cerca de 30% do setor, não foram incluídos na lista de isenção e, que portanto, estão sujeitos à alíquota cheia. Esses produtos representam cerca de 8% da receita do setor.

Segundo Fernando Silveira, presidente da associação, a tributação vai elevar o custo do serviço da saúde porque são dispositivos usados em diferentes procedimentos médicos. Entre os itens com risco de ficar com alíquota cheia, estão cateter, grampeador, prótese de silicone e próteses modulares usadas em procedimentos.

A decisão de tributar os voos de saída do Brasil pegou de surpresa o setor aéreo. Segundo fontes, a visão é de que o segmento pode sofrer com esvaziamento na demanda por viagens internacionais, uma vez que o Brasil pode ser menos competitivo do que outros destinos.

Hoje as passagens internacionais não são tributadas. Pela regra aprovada, que deve demorar ainda alguns anos para entrar em vigor, a saída do Brasil seria tributada pela alíquota cheia, estimada em torno de 28%. Procuradas, Latam, Azul, Gol e Abear (entidade que reúne as aéreas) não comentaram o assunto.

Indústria Brasileira de Árvores (Ibá) vê avanço com o Imposto sobre Valor Agregado (IVA), mas demonstra preocupação com o número de exceções previstas nos anexos da **reforma tributária**.

"É muito preocupante o número de exceções, pois impactam a alíquota padrão, o que corrói a competitividade e penaliza os elos mais frágeis da sociedade, disse Paulo Hartung, presidente da associação, em nota. A Associação Brasileira de Embalagens em Papel (Empape) endossa a avaliação.

A indústria de alumínio avalia que a **reforma tributária** reduz a complexidade dos **impostos** brasileiros, o que pode beneficiar a competitividade do setor.

De acordo com a presidente-executiva da Associação Brasileira do Alumínio (Abai), Janaina Donas, um dos principais ganhos com a reforma é o fim da sobreposição de taxas.

"Para a indústria do alumínio, que tem como característica uma cadeia verticalizada, um dos principais benefícios é o fim da cumulatividade, que pode impulsionar a competitividade do produto nacional frente ao importado, ajudando o país a se reposicionar na cadeia global de suprimentos", afirma. (Ana Luiza de Carvalho, Ana Luiza Tieghi, Beth Koike, Cristian Favaro, Felipe Laurence, Helena Benjica, Matheus Oliveira e Tais Hirata)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Crise de confiança nubla cenário para 2025

Marsílea Gombata De São Paulo

O Brasil vive uma crise de confiança que torna 2025 incerto e traz previsões nebulosas, afirma o Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Na edição de dezembro, o Boletim Macro aponta que as preocupações trazidas há um ano se confirmaram e 2024 termina em um contexto doméstico muito negativo e com um cenário externo mais desafiador, com alta do dólar, perspectiva de menor crescimento global e ameaça de sobretaxas vindas dos EUA com Donald Trump.

O boletim revisou para cima a projeção de alta do Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2024 de 3,3% para 3,5%, mas rebaixou a estimativa para 2025, de 2,2% para 1,8%, por conta dos efeitos acumulados dos juros altos e da consequente desaceleração de setores da economia que são cíclicos, isto é, mais sensíveis à política monetária.

O FGV Ibre lembra que o Boletim Macro de dezembro de 2023 destacava "o risco de leniência", ao prever pressões políticas sobre o arcabouço fiscal que poderiam reverter o ciclo de queda de juros que havia sido iniciado em agosto daquele ano.

As preocupações eram cabíveis naquele momento, afirma o FGV Ibre, uma vez que agora chegamos ao fim de 2024 com expectativas deterioradas. "A preocupação de um ano atrás, do risco de a questão fiscal não ter sido totalmente endereçada, se confirmou", diz Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro. "Ficou muito claro que, internamente, houve uma dificuldade, uma demora muito grande para se chegar às medidas de ajuste. Houve suspense em relação ao pacote [de corte de gastos], e, no fim, ele se mostrou insuficiente." Matos lembra que a perspectiva era de aumento das receitas, mas que isso seria temporário e novas medidas para deter a expansão do déficit eram necessárias.

"Infelizmente, houve pouco efeito nos gastos. O governo se mostrou sem disposição para controlá-los, e veio com o anúncio de isenção do Imposto de Renda [para quem recebe até R\$ 5 mil], quando o mercado estava esperando medidas mais duras, que dessem credibilidade ao governo", diz.

Ao longo de 2024, lembra Matos, os agentes econômicos viram o voto de confiança dado ao

governo sendo mal gerido, com gastos tirados do cumprimento da meta e subterfúgios em medidas que levam ao aumento do déficit primário sem impactar o cumprimento da meta. "E isso foi minando a credibilidade [do governo]. Precisávamos ter tido novas medidas para controlar os gastos ou buscar mais receitas", afirma.

"O mercado acabou dando muito tempo para o governo, e agora o mundo mudou. Hoje vivemos uma crise de confiança expressiva, refletida nos preços dos ativos, que torna mais difícil fazer previsões. Desperdiçamos um período favorável, principalmente do ponto de vista externo." Em relação ao contexto internacional, afirma o boletim, a principal preocupação hoje vem dos EUA, com perspectiva de queda menor dos juros no ano que vem, diante do forte crescimento da demanda agregada da economia americana e dos sinais de que o processo desinflacionário estagnou.

O cenário menos auspicioso se soma às "ameaças" inflacionárias associadas a tópicos da agenda de Trump, como aumento de tarifas sobre importações, deportação de imigrantes em massa, estímulos fiscais via corte de **impostos** e ataques à independência do Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

Ainda no âmbito internacional, a projeção é de baixo crescimento na Europa, que acumula mais incertezas políticas domésticas e geopolíticas, e de dificuldade da China em manter a taxa de expansão da economia em torno de 5%, especialmente em um cenário de imposição de tarifas comerciais.

A mudança dos ventos externos demanda reações mais contundentes do governo no campo fiscal e do Banco Central, diz o boletim, ao reforçar que, sozinha, a autoridade monetária não consegue reverter esse quadro.

"A **inflação** corrente está se elevando, e a percepção dos agentes econômicos sobre o anúncio fiscal afetou de forma significativa toda a trajetória futura para a **inflação** nos próximos anos", diz o documento.

"Após muitos meses de uma certa leniência com o quadro fiscal, os agentes de mercado estão extremamente céticos com relação à política fiscal, sem melhora estrutural e com riscos crescentes, tanto do lado das receitas quanto de despesas, e até com dificuldade de cumprimento do limite de despesas do arcabouço." Atividade Em um prognóstico pouco

otimista, o FGV Ibre prevê desaceleração da atividade no quarto trimestre, com crescimento de 0,5% do **PIB**, ante o terceiro trimestre, e de 4,2%, na comparação com o mesmo trimestre de 2023.

A previsão é que a indústria comece a desacelerar, decorrente dos efeitos deletérios da alta dos juros. O setor de serviços também deve perder ímpeto, mas a um ritmo menor, diante de um mercado de trabalho ainda apertado. A agropecuária, por sua vez, poderá ter desempenho melhor do que no terceiro trimestre.

Em 2025, o crescimento continuará desacelerando, projeta o Boletim Macro. Porém, diferentemente de 2024, a perspectiva é que setores exógenos como agropecuária e a indústria extrativa de petróleo ganhem força, enquanto os cíclicos sofram desaceleração mais acentuada. Do crescimento de 1,8% previsto para 2025, o FGV Ibre prevê que 0,7 ponto percentual venha de setores exógenos, ante contribuição de 0,4 em 2024. Os setores cíclicos devem contribuir com 1,1 ponto no próximo ano, bem abaixo dos 3,1 pontos percentuais dados neste ano.

A seção sobre **inflação** do boletim lembra que o cenário de 2024 foi marcado pelo protagonismo do grupo alimentação e bebidas, com destaque para alta de preços de itens como carnes, leite e café, decorrente de choques climáticos, do ciclo da pecuária e da desvalorização cambial. E alerta que dados mais recentes indicam aumento na difusão das pressões inflacionárias.

"Tanto o índice de difusão quanto as principais medidas de núcleo avançaram nos últimos meses, evidenciando o espalhamento dessas pressões por diversos setores da economia", escrevem os economistas André Braz e Matheus Dias. Eles preveem que o índice de Preços ao Consumidor Amplo (1PCA) encerre o ano com alta de 4,6%, na comparação com 2023.

Na parte sobre política monetária, o boletim observa que, diante da forte expansão da demanda, "não surpreende que a atividade econômica mostre vitalidade e as pressões inflacionárias se revelem expressivas". "No momento, corremos realmente o risco de a **inflação** seguir uma trajetória crescente até 2026", afirma o texto. "[Existem] sinais claros de que o governo lançará mão de todos os expedientes ao seu alcance para evitar a desaceleração da economia até chegarmos às eleições de 2026." Matos e o economista Caio Dianin alertam, contudo, que "uma política fiscal expansionista em uma economia sem ociosidade, com um setor público deficitário e uma dívida pública elevada, tem efeitos líquidos deletérios: mais **inflação**, taxa de juros real mais elevada e mais risco na economia".

"Vamos colher menos crescimento, menos receitas, uma piora significativa do custo de financiamento do governo e mais dívida pública. Não há tempo a perder e não há atalhos", concluem.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Deputados aprovam fundo da transição energética

A Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira a criação do Programa de Aceleração da Transição Energética (Paten), um "fundo verde" que financiará ações para mudança das atuais fontes de energia para outras mais limpas. O texto segue para sanção presidencial.

A relator da proposta, deputada Marussa Boldrin (MDB-GO), acatou a maioria das alterações feitas pelo Senado, incluindo a possibilidade de empréstimos para projetos a gás natural, que não estavam na versão aprovada inicialmente pela Câmara. Neste caso, porém, será exigido que o projeto sirva para substituir fontes de maior emissão de gases do efeito estufa.

Também foram acolhidas sugestões para que o fundo financie investimentos nas áreas de diesel verde, combustíveis sintéticos de baixa emissão de carbono, biogás, hidrogênio verde, energia nuclear de amônia, des-carbonização da matriz de transporte, veículos pesados e máquinas agrícolas movidos a gás natural veicular e biometano e fertilizantes nitrogenados.

Além disso, os deputados já tinham autorizado projetos nas áreas de etanol, combustível sustentável de aviação (SAF), biodiesel, recuperação e valorização energética de resíduos sólidos, entre outros. A expectativa dos deputados é acelerar os investimentos na transição energética e substituição, por exemplo, dos combustíveis fósseis por usinas termelétricas.

A ampliação do escopo A deputada Talíria Petrone (Psol-RJ) questionou as mudanças feitas pelo Senado e acatadas pela Câmara. "É fundamental para o Brasil a gente ter investimento em infraestrutura para desenvolvimento sustentável, mas, na prática, é um projeto do gás natural. E não dá para falar em transição energética

ao lado de petróleo e gás. Não é energia limpa, produz um aquecimento global e contribui com as mudanças climáticas", afirmou.

Em nota, a relatora defendeu a inclusão. "O gás natural é considerado o vetor energético da transição e sua utilização tem grande potencial para reduzir os gases do efeito estufa", disse.

Os financiamentos ocorrerão de duas formas. Uma possibilidade é a transação tributária (negociação de dívidas com a União) condicionada a investimentos em desenvolvimento sustentável. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) poderá conceder benefícios extras a empresas que se comprometerem com projetos nessas áreas.

A outra modalidade é um Fundo de Garantias para o Desenvolvimento Sustentável (Fundo Verde), gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O lastro será formado por créditos de **tributos** federais de pessoas jurídicas perante a União. Esse fundo servirá para garantir, total ou parcialmente, o risco dos financiamentos, o que diminuirá as taxas de juros.

A relatora também deu aval a que o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima seja utilizado para financiar projetos, estudos e empreendimentos inscritos no Paten e de mobilidade, como caminhões, equipamentos agrícolas, ônibus e micro-ônibus movidos a biogás, etanol e gás natural, além de infraestrutura de abastecimento de gás natural.

Outra emenda aceita torna permanente a obrigação de aplicar 0,5% das receitas líquidas das distribuidoras de energia em programas de eficiência energética. Por outro lado, a relatora rejeitou que caiba ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) a definição das regras do Paten e determinou que será por regulamento do Executivo. (RDCeMR)

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Tributos podem suspender planos

Na reta final do ano, o setor de geração de energia solar do Brasil recebeu uma ducha de água fria. Em 13 de novembro, resolução do Comitê-Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, publicada no "Diário Oficial da União", elevou de 9,6 % para 25% a alíquota de importação de células fotovoltaicas. O governo justificou afirmando que isso favorece a produção local de componentes e insumos, como células, wafers e módulos. O objetivo é reduzir a dependência externa e aumentar o valor agregado da indústria no país.

A medida impacta as células montadas em painéis solares. A resolução prevê que algumas empresas importadoras de módulos fotovoltaicos ainda conseguirão ter acesso à isenção da alíquota por meio de uma cota da ordem de US\$ 1,01 bilhão até 30 junho de 2025. A cota vale até o prazo de expiração, ou enquanto o saldo restante do montante original não for totalmente consumido.

Players do mercado, no entanto, apontam que o aumento do imposto pode ter um efeito contrário. Segundo a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a nova alíquota representa alta de 8% no custo dos novos projetos. "Isso gera insegurança. O que vão fazer os investidores que já depositaram garantias financeiras e estão com projetos já contratados?", questiona Daniel Pansarella, conselheiro da Absolar.

Ele acrescenta que a prática do governo não corresponde ao discurso do país nos fóruns internacionais. "O aumento veio alguns dias depois de o Brasil defender a economia verde na COP29, no Azerbaijão. Nos sentimos traídos."

Para a Trinity Energias Renováveis, o aumento da alíquota resultou no arquivamento de R\$ 100 milhões em projetos no Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. "Novos projetos de energia solar vão ficar inviáveis", afirma João Sanches, CEO da empresa. De acordo com ele, a medida encarece o investimento justamente em um período de sobreoferta de energia, quando o preço do kilowatt está em baixa. "O retorno fica muito espremido, ainda mais com os juros subindo."

Antonio Terra, CEO da ForGre-en, por sua vez, conta que deverá cortar de 30% a 35% dos investimentos para o ano que vem. Ele afirma que o aumento dos **impostos** é mais um passo no desmonte dos **incentivos** fiscais que viabilizaram o surgimento da geração solar como alternativa energética. "Há dois

anos, a alíquota de importação era zero", lembra. Terra avalia que o saldo de cotas para importações com tarifa zero deve se esgotar por volta de abril ou maio do ano que vem. "Muitas empresas estão adiantando compras", diz.

O executivo calcula ainda que o gasto para instalação de painéis solares por um pequeno consumidor passará de R\$ 30 mil para R\$45 mil. "Sem falar na alta dos juros, que dificulta a recuperação do investimento." Isso, continua, pode prejudicar toda a cadeia fotovoltaica. "O Brasil importa 15 GW em painéis solares por ano. A capacidade total dos fabricantes nacionais é de apenas 1 GW. Vamos encarecer toda a cadeia de geração, quando a indústria nacional não atende nem 10% da demanda."

Pansarella defende que um programa de compras dos fabricantes nacionais poderia estimular o parque industrial brasileiro, sem atingir negativamente o resto da cadeia. "Hoje, os fabricantes simplesmente não são capazes de atender os requisitos de volume e qualidade dos projetos de infraestrutura", avalia. Apesar de tudo, Sanches espera que, no longo prazo, os investimentos retornem, caso o cenário econômico melhore e a sobreoferta de energia se esgote. "O mercado é cíclico", diz. "Mas, se o imposto de importação continuar alto, a energia vai ser mais cara, e assim perdemos competitividade."

Sítio: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188073>

Senado aprova imposto mínimo global de 15% a multinacionais

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (18) um projeto de lei que cria no país o chamado imposto mínimo global, medida que visa garantir tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros de empresas multinacionais.

O PL foi aprovado de forma simbólica (ou seja, sem a contagem de votos no painel), um dia depois da aprovação pela Câmara dos Deputados. Como os senadores mantiveram o que havia sido proposto pela Câmara, o texto será enviado agora à sanção do presidente da República.

O projeto foi apresentado pelo líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), para incorporar o conteúdo de uma MP (medida provisória) que tinha sido en-

viada pelo Executivo ao Congresso Nacional em outubro.

Para garantir a efetividade da alíquota, o projeto propõe um adicional à CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Essa tributação será aplicada a empresas que tiverem receitas anuais de 750 milhões de euros (R\$ 4,8 bilhões) em pelo menos dois dos quatro anos fiscais imediatamente anteriores ao analisado.

A nova tributação faz parte da estratégia do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de aumentar a arrecadação e tentar impedir a chamada erosão da base tributária, provocada por mecanismos usados pelas empresas para pagar menos **impostos**.

Além disso, a norma adapta a **legislação tributária** brasileira às chamadas Regras GLOBE (Regras Globais Contra a

Erosão da Base Tributária), criadas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

TBU

O projeto de lei também prorroga a vigência da chamada TBU (Tributação em Bases Universais), que favorece multinacionais brasileiras ao permitir que elas apresentem seus resultados auferidos no exterior de

forma consolidada, junto com os da controladora em território nacional. Na prática, isso representa um desconto na tributação efetiva das empresas brasileiras.

A inclusão da prorrogação da TBU no projeto da tributação mínima das multinacionais foi feita pelos deputados federais ao Ministério da Fazenda para que os dois temas fossem tratados con-juntamente.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3013#book/>

Congresso aprova LDO que prevê salário mínimo de R\$ 1.502

JÚLIA PORTELA E ISRAEL MEDEIROS

O Congresso aprovou, ontem, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, com um destaque que permite ao governo suspender o pagamento de emendas Pix, em caso de descumprimento de regras. A apreciação foi simbólica, ou seja, sem registro nominal de votos. O texto, que estabelece as diretrizes do Orçamento do próximo ano e define a meta fiscal do governo, segue agora para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O texto também prevê um reajuste do salário mínimo para R\$ 1.502 em 2025, sem considerar o pacote fiscal enviado pelo governo federal. Atualmente, o valor do salário mínimo é de R\$ 1.412.

A LDO aprovada traz ainda projeções de crescimento de 2,8% para o Produto Interno Bruto (**PIB**) em 2025 e previsão de que a **inflação** feche o próximo ano em 3,10%.

Pelo texto avalizado por deputados e senadores, a meta para as contas públicas é de déficit zero, ou seja, não deve haver mais gastos do que arrecadação.

Há uma margem de tolerância, no entanto, de R\$ 30,97 bilhões.

O déficit zero também foi a meta para 2024, mas, segundo a equipe econômica de Lula, a atuação do Congresso - que aprovou a continuidade de incentivos fiscais para alguns setores no fim de 2023 - resultou em mais gastos por parte da União neste ano.

Em relação às emendas Pix, o governo poderá suspender os pagamentos caso as regras não sejam seguidas. Essas emendas consistem na transferência de recursos diretamente para a prefeitura beneficiada, sem atrelar a verba a uma obra específica.

Segundo o texto, o não cumprimento das exigências "acarretará a suspensão imediata das transferências até o momento em que estas sejam regularizadas".

Para emendas Pix, é necessária a apresentação de um plano de trabalho para serem liberadas.

O planejamento deve incluir os detalhes do uso dos recursos e as informações bancárias de onde vai ser

depositado o dinheiro.

Também conforme o texto, o governo pode reservar 2% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2023 (R\$ 24,7 bilhões) para as emendas individuais dos parlamentares. Metade desses recursos, obrigatoriamente, deve ir para a saúde. No caso das emendas de bancada estadual, o montante será de 1% da RCL de 2024, estimada em R\$ 12,7 bilhões.

"Nós estamos perseguindo aquilo que julgamos mais importante, que é o ajuste fiscal, que é a responsabilidade fiscal. A LDO é um instrumento fundamental para isso. (...) Nós avançamos e queremos que seja sempre assim", disse o deputado Cláudio Cajado (PP-BA). "Hoje (ontem), tivemos aqui acordos em relação ao bloqueio de emendas, aos fundos partidários, à liberação de várias outras emendas que estavam travadas e que seriam objeto de destaque." A LDO ainda mantém a correção do fundo partidário pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

O relator Confúcio Moura (MDB-RO) fez adendos ao parecer com base em acordos feitos no plenário. Entre os trechos alterados, está o ponto que trata dos repasses de recursos a estatais.

Parlamentares de oposição pediram mais tempo para estudar as modificações, mas o presidente da sessão, Marcos Pereira (Republicanos-SP), iniciou a votação sem conceder o pedido.

Na terça-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) havia aprovado a LDO. Com o aval do Congresso, o governo poderá iniciar 2025 com 1/12 avos do Orçamento atual, caso os deputados e senadores não consigam aprovar a Lei Orçamentária Anual (LOA) antes do recesso.

A previsão inicial era de que a LOA fosse votada em uma sessão do Congresso hoje, mas os deputados e senadores da CMO ainda não aprovaram o relatório do senador Angelo Coronel (PSD-BA).

Caso a comissão atrase a votação, a sessão do Congresso poderá ser remarcada para amanhã.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/67>

72/19-12-2024.html?all=1

Dólar bate novo recorde e assusta o governo

- ENTRELINHAS

LUIZ CARLOS AZEDO

O dólar comercial bateu novo recorde ontem e fechou nesta quarta-feira vendido a R\$ 6,267, o maior nível nominal da história. Para os analistas de mercado, o temor de que o pacote de corte de gastos proposto pelo governo federal seja desfigurado no Congresso, que negaceia sua aprovação, por causa das emendas parlamentares ainda não liberadas pelo Palácio do Planalto, fez a moeda americana disparar novamente.

Outro fator que alavancou a alta do dólar foi a redução de juros nos Estados Unidos pelo Fed (Federal Reserve, o banco central americano) em 0,25 ponto. O dólar comercial teve alta de 2,82%, vendido a R\$ 6,267, a maior desde 10 de novembro de 2022. O dólar futuro já está sendo cotado acima de R\$ 6,30. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tentou minimizar o descontrole do câmbio e mostrar otimismo em relação à economia, mas suas declarações não foram levadas em consideração pelo mercado.

Haddad disse que o dólar deve se estabilizar nos próximos meses, porque a valorização da moeda norte-americana frente ao real seria reflexo de um ambiente de incerteza econômica momentânea, enquanto o Congresso não aprova o ajuste fiscal. O próprio mercado, segundo o ministro da Fazenda, faz projeções de longo prazo mais positiva do que a apontada por especuladores. "Temos um câmbio flutuante que, nesse momento em que as coisas estão pendentes, reflete um clima de incerteza. Isso faz o câmbio flutuar", explicou Haddad. "As avaliações dessas instituições são melhores do que as que os especuladores estão fazendo", afirmou Haddad.

De fato, os grandes bancos fazem projeções mais otimistas, mas o mercado financeiro mudou muito, faz tempo que migrou da Avenida Paulista para a Faria Lima, em São Paulo. Os bancos digitais e fundos de investimentos são mais nervosos e operam especulativamente no câmbio, para muito além do que seria a alta normal de dezembro, quando muitas empresas estrangeiras fazem remessas de dinheiro para suas matrizes.

A saída iminente do secretário especial do Tesouro e Orçamento, Rogério Ceron, que pediu demissão do cargo, contribuiu também para as especulações. Não se sabe ainda o perfil de seu substituto. Na quinta-feira

passada, Ceron admitiu que é preciso controlar o ritmo de crescimento dos gastos obrigatórios para manter de pé o arcabouço fiscal. E, com isso, atingir o chamado grau de investimento.

Percepção negativa O ministro Fernando Haddad tentou mantê-lo na equipe econômica, mas sua decisão é irreversível. Embora Ceron tenha recebido proposta de trabalho de uma grande instituição privada, nos bastidores, comenta-se que estaria saindo insatisfeito por ter sido derrotado na queda de braços da Fazenda com os demais ministérios da Esplanada na hora de efetuar os cortes no Orçamento.

Nas redes sociais, o governo sofre muitos ataques da oposição, principalmente o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Entretanto, são as críticas dos economistas e operadores de mercado financeiro que estão desconstruindo a imagem de Haddad. Gestão da Fazenda é aprovada por apenas 4% dos agentes financeiros, segundo pesquisa Quaest deste mês de dezembro. Em março, a aprovação era de 24%. Declarações de Lula contra a elevação dos juros para 12,25% e de que os gastos sociais do governo são investimentos enfraquecem o ministro.

A alta do dólar contrasta fortemente com outros indicadores da economia, que são muito positivos. Em 2023, o **PIB** do Brasil acumulou alta de 2,9%. Para 2024, a **previsão** é de crescimento de 3,39%; a renda média dos trabalhadores cresceu 6,6% em um ano e a massa salarial atingiu um recorde histórico.

A taxa de desemprego é uma das mais baixas da história: 6,8%. A percepção negativa dos agentes econômicos contamina a maioria da população, por causa da **inflação**. Caso o dólar se mantenha no patamar de R\$ 6,267, a conta chegará para os assalariados no primeiro trimestre de 2026, com a alta de preços de alimentos, combustíveis, medicamentos e transportes.

Fundo Constitucional A vice-governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), ontem, participou intensamente das negociações com os líderes do Congresso para manter o critério atual de reajuste anual do Fundo Constitucional do DF. Acompanhada do secretário de Relações Institucionais do GDF, Agaciel Maia, criticou o uso da **inflação** como parâmetro de repasse de recursos da União ao Fundo

Constitucional. O FCDF é reajustado por meio da variação da receita corrente líquida da União desde que foi criado, em 2003.

Celina obteve apoio do relator do corte de gastos, o deputado federal Isnaldo Bulhões Jr (MDB-AL), correligionário do governador Ibaneis Rocha. O presidente do MDB, Baleia Rossi (SP), também é contra a medida. Segundo a vice-governadora do GDF, o FCDF é usado em áreas prioritárias na capital, como segurança, saúde e educação. "Só de inscrições na rede pública de ensino foram 38 mil novas matrículas. Na medida em que o país cresce, o DF cresce três, quatro, cinco, dez vezes mais. O Fundo não acompanha nem o crescimento da nossa cidade", avalia Celina. A Secretaria de Economia do DF estima que a mudança no cálculo do FCDF pode acarretar, em 15 anos, uma perda de R\$ 12 bilhões aos cofres distritais.

IGUALDADE RACIAL Depois de um período de aproximadamente um ano e meio em tramitação, o Projeto de Lei (PL) 817/23, que institui o Estatuto da Igualdade Racial no Estado, foi aprovado de modo definitivo pelo plenário da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) nesta quarta-feira (18/12). A votação em 1º turno havia ocorrido no último dia 10. Agora, o texto aguarda a sanção do governador Romeu Zema (Novo). O PL, que é de autoria das parlamentares Ana Paula Siqueira (Rede), Andréia de Jesus (PT) e Leninha (PT), além de Macaé Evaristo (PT), que se licenciou da ALMG para assumir o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do governo federal, tem por objetivo assegurar à população negra e aos povos e às comunidades tradicionais a defesa de direitos individuais, coletivos e difusos, a promoção da igualdade.

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Dólar bate novo recorde

Já em alta firme e acima da linha de R\$ 6,20 ao longo da tarde, em razão da crise de confiança na política fiscal do governo Lula, o dólar à vista ganhou ainda mais força na última hora de negócios em sintonia com o exterior, após o anúncio da decisão de política monetária do Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA).

Com máxima a R\$ 6,27, o dólar à vista fechou em alta de 2,78%, a R\$ 6,2657 - novo recorde histórico nominal pelo terceiro pregão consecutivo. Desde a última vez que o dólar fechou abaixo de R\$

6,00 no mercado doméstico (R\$

5,9557) no último dia 11, a moeda já acumula valorização de 5,20%. No ano, o dólar tem ganhos de cerca de 29,10%.

Como esperado, o Fed reduziu a taxa de juros em 25 pontos-base, para a faixa entre 4,25% e 4,50%. Analistas chamaram a atenção para o tom duro do **comunicado** e de falas do presidente do BC americano, Jerome Powell.

Dirigentes do Fed revisaram para cima, no chamado gráfico de pontos, a mediana para núcleos de **inflação** e passaram a prever taxas de juros um pouco mais elevadas do que anteriormente no atual ciclo de afrouxamento monetário.

Powell afirmou que, com os cortes já realizados, os juros já estão "perto do nível neutro", o que permite "postura cautelosa". Ao co-

mentar a possibilidade de uma elevação da taxa em 2025, o presidente do Fed disse que nenhuma opção pode ser descartada.

O real apresentou de longe o pior desempenho entre as principais moedas globais, incluindo divisas pares de países emergentes e de exportadores de commodities.

Analistas observam que o real já amargava as piores perdas entre pares emergentes antes da decisão do Fed. Depois de vender US\$ 3,3 bilhões em dois leilões à vista, o Banco Central não interveio no mercado cambial, apesar de a taxa de câmbio ter superado R\$ 6,20 no início da tarde. Segundo operadores, mesmo com a continuidade do movimento de remessas de empresas e fundos ao exterior, houve boa liquidez no segmento à vista.

Haddad comenta câmbio

Após recordes sucessivos de fechamento, o dólar deverá se acomodar em breve, disse nesta quarta-feira o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Ressaltando o caráter flutuante do câmbio, o ministro não descartou que um ataque especulativo esteja por trás da desvalorização recente do real.

"Nós temos um câmbio flutuante e, neste momento em que as coisas estão pendentes, tem um clima de incerteza que faz o câmbio flutuar. Mas eu acredito que ele vai se acomodar", disse Haddad ao sair

do ministério para uma reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Por volta das 15h, a moeda norte-americana já estava cotada a R\$ 6,20.

Segundo Haddad, as principais instituições financeiras têm estimativas melhores para a economia que as dos operadores de mercado. "Até aqui, nas conversas com as grandes instituições, as previsões são melhores do que os especuladores estão fazendo. Mas, enfim, o câmbio flutua", acrescentou.

O ministro lembrou que o BC tem intervindo para vender dólares e que o Tesouro Nacional suspendeu os leilões tradicionais de títulos da dívida pública para fazer leilões de troca e recompra de pa-

péis até sexta-feira. Ele não descartou a possibilidade de ataque especulativo coordenado, diante dos juros recordes no mercado futuro e da disparada do dólar.

"Há contatos conosco falando em especulação. Prefiro trabalhar com os fundamentos mostrando a consistência do que estamos fazendo. Pode estar havendo [especulação], mas não estou aqui querendo fazer juízo sobre isso. Esses movimentos mais especulativos são coibidos com intervenção do Tesouro e do Banco Central", declarou.

Pacote fiscal

Sobre a votação do pacote de corte de gastos obrigatórios no Congresso, Haddad discutiu com Pa-

checo a possibilidade de o Senado aprovar as medidas na sexta-feira (20), caso a Câmara concluísse a votação apenas hoje. O ministro disse estar confiante na manutenção de quase todas as propostas enviadas pelo governo e alegou que as

mudanças do Congresso não terão grande impacto.

"Não são de grande monta [as desidratações]. Estamos confiantes de que não vai haver desidratação pelas conversas mantidas nesses dias de segunda para cá. Passamos três dias conversando com todo mundo, há aqui ou ali uma resistência ou outra, mas a princípio, eu acredito que a escala da contenção de gastos será mantida", ressaltou (Das Agências Estado e Brasil).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-bd11474c79e4222d48e8c1521f8d4e3b.pdf

Congresso aprova LDO sem bloqueio de emendas e Fundo Partidário maior

DANIEL WETERMAN BRASÍLIA

Na contramão do pacote de corte de gastos proposto pelo governo, o Congresso aprovou ontem a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que servirá de base para o Orçamento de 2025, rejeitando a possibilidade de corte de emendas parlamentares, aumentando o reajuste do Fundo Partidário, autorizando gastos de estatais fora do arcabouço fiscal e afrouxando o cumprimento da meta fiscal no ano que vem.

A decisão veio num dia de mais estresse no mercado financeiro, com o dólar cotado a R\$ 6,26 no encerramento dos negócios.

Segundo analistas, o movimento continua sendo puxado principalmente pelas dúvidas sobre o quadro fiscal, enquanto o mesmo Congresso não termina a votação do pacote fiscal (mais informações na pág. B2).

Como parte da votação da LDO, o Congresso derrubou um dispositivo incluído pelo relator do texto, senador Confúcio Moura (MDB-RO), que obrigaria o Executivo a fazer um ajuste mais duro para zerar o déficit das contas públicas em 2025. A decisão abre caminho para o governo gastar mais ano que vem.

Conforme o Estadão antecipou, esse dispositivo obrigaria o governo a mirar apenas no centro da meta fiscal até outubro de 2025, sem considerar o piso inferior da banda, que permite atualmente um ajuste mais frouxo nas contas públicas. O Palácio do Planalto reagiu e derrubou a proposta ainda durante votação na Comissão Mista de Orçamento, na terça-feira.

A meta de resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem considerar os juros da dívida) estabelece um déficit zero nas contas públicas em 2025. Mas há uma tolerância equivalente a 0,25% do PIB - o que, na prática, permite um déficit de R\$ 30,97 bilhões no ano que vem.

EMENDAS. Em outro movimento, o Congresso também mexeu nas regras para as emendas.

O governo tem dois instrumentos para controlar as despesas e cumprir as regras fiscais durante o ano: bloqueio e contingenciamento. As duas medidas impõem um congelamento de gastos. A diferença é

que o bloqueio é feito para cobrir despesas obrigatórias (como salários e aposentadorias) e cumprir o arcabouço fiscal.

O contingenciamento é aplicado quando a arrecadação cai e a meta de resultado primário (balanço entre receitas e despesas) fica comprometida.

As emendas parlamentares impositivas, recursos indicados por deputados, senadores e bancadas estaduais no Orçamento da União, não podem ser bloqueadas - podem apenas ser contingenciadas. Como o bloqueio é mais efetivo e dificilmente é revertido, o governo propôs o corte de emendas para efetivar o cumprimento do arcabouço fiscal.

O corte de emendas impositivas foi proposto tanto no pacote fiscal quanto na LDO. Ontem, os parlamentares rejeitaram o dispositivo que permitia o bloqueio na LDO. Já no pacote fiscal, o bloqueio de emendas ficou autorizado apenas para emendas não impositivas, como as emendas de comissão, herdeiras do orçamento secreto, mas o corte ficou limitado a 15% - desidratando a proposta inicial. Hoje, o corte já atinge esses recursos, mas não há limite de valor.

O Congresso também rejeitou uma proposta do governo que diminuiria o reajuste do Fundo Partidário, dinheiro que banca o funcionamento das siglas partidárias. Há R\$ 1,3 bilhão programado no Orçamento de 2025 para as legendas.

Pela regra em vigor, a verba é corrigida conforme o limite do arcabouço fiscal, com base nos valores pagos em 2016. Com a mudança proposta pelo governo, o reajuste seria feito com base no valor de 2023, ano em que a nova regra fiscal entrou em vigor.

Segundo técnicos do Congresso, a mudança diminuiria o reajuste do fundo partidário de R\$ 500 milhões para R\$ 160 milhões entre um ano e outro.

Valores

R\$ 1,3 bilhão é o valor programado no Orçamento de 2025 para o Fundo Partidário, que banca o funcionamento das siglas. O Congresso rejeitou proposta do governo que diminuiria o reajuste dos valores

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Haddad afirma que câmbio vai se 'acomodar'

CÍCERO COTRIM/ BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a taxa de câmbio no Brasil está pressionada por um clima de incerteza, mas que deve "se acomodar" à frente. "A previsão de **inflação** para o ano que vem, a previsão de câmbio para o ano que vem, até aqui, nas conversas com as grandes instituições, são melhores do que as que os especuladores estão fazendo", afirmou ele.

Indagado sobre a possibilidade de o País estar sofrendo com uma especulação contra o real, o ministro afirmou que o ideal é "olhar os fundamentos".

"A Fazenda trabalha com os fundamentos, e esses movimentos mais especulativos, eles são coibidos com a intervenção do Tesouro, Banco Central.

Funciona assim. Já houve outros momentos na história recente em que aconteceram desancoragens desse tipo." O ministro da Fazenda também disse que todos os indicados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a diretoria do Banco Central têm capacidade técnica para "saber o que é melhor para o Brasil".

Questionado sobre como será a relação entre governo e o BC daqui para frente, com a troca de comando da autarquia, Haddad afirmou que Lula "nunca interferiu" no BC.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator afrouxa mudança no BPC em pacote fiscal

SOFIA AGUIAR, GIORDANNA NEVES e VICTOR OHANA

O relator do projeto de lei do pacote de corte de gastos, deputado Isnaldo Bulhões (MDB-AL), manteve em seu relatório a limitação do crescimento do salário mínimo, mas afrouxou as mudanças propostas pela equipe econômica nas regras de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda.

A medida era o ponto de maior resistência por parte dos parlamentares para a aprovação do pacote.

A proposta será analisada hoje pelos deputados, assim como a Proposta de Emenda à Constituição que também faz parte do pacote. O governo até tentou votar a PEC ontem à noite, mas teve de recuar por falta de votos.

No relatório, o deputado derrubou a mudança na definição de deficiência, retirou a norma que presume que o patrimônio representaria garantia de condições financeiras e excluiu a regra sobre coabitação, que ampliava o conceito de família para o cálculo da renda a ser considerada.

No texto, Isnaldo rejeitou a definição de "pessoa com deficiência" proposta no projeto inicial do governo e retomou o conceito original da lei que regulamenta o BPC. Ele, porém, inseriu dispositivos que condicionam o acesso ao benefício a uma "avaliação que ateste deficiência de grau moderado ou grave".

Em outra alteração, o parlamentar excluiu a regra de coabitação para cômputo da renda familiar. Na justificativa, Isnaldo cita uma "evidente dificuldade de aplicação" da norma.

Ainda, segundo ele, "é possível afirmar que a alteração resultará em perda do benefício por muitas pessoas, que ficarão desamparadas pelo simples fato de que um familiar, que sequer vive sob o mesmo teto, possuir condições de lhes prestar auxílio, sem qualquer garantia de que irá, de fato, fazê-lo".

MÍNIMO. Isnaldo manteve no parecer o trecho que determina que limita o crescimento do salário mínimo às travas do arcabouço fiscal. Pela proposta, o salário mínimo continuará sendo corrigido pela inflação mais a variação do PIB de dois anos antes, mas limitado à

regra do arcabouço fiscal - que estabelece o crescimento da despesa entre 0,6% e 2,5% ao ano acima da inflação.

A expectativa inicial era de que essa medida resultasse em economia de R\$ 2,2 bilhões em 2025 e R\$ 9,7 bilhões em 2026.

No entanto, a revisão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2023, de 2,9% para 3,2%, aumentará para R\$ 15 bilhões a projeção de economia de gastos com a medida neste período.

Debate

Proposta a ser analisada ainda corrige o mínimo pela inflação mais a variação do PIB de 2 anos antes

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso aprova Lei de Diretrizes Orçamentárias

VICTORIA ABEL

O Congresso Nacional aprovou ontem o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025. A LDO dá as bases para o Orçamento, mas não apresenta valores de despesas de cada rubrica. O projeto estabelece a meta fiscal de déficit zero para 2025. O texto segue para sanção do presidente Lula.

O Orçamento do ano que vem só será votado depois da aprovação do pacote de corte de gastos apresentado pelo governo, e pode ficar para sábado.

Durante a tramitação no Congresso, deputados e senadores entraram em um acordo para retirar o fundo partidário dos limites de crescimento de despesas do arcabouço fiscal. A previsão estava em versão anterior do relatório do senador Confúcio Moura (MDB-RO). Dessa forma, o fundo partidário poderá crescer acima de 2,5%.

As demais despesas da Justiça Eleitoral continuaram no limitador de despesas previsto no arcabouço. A previsão, com a modificação, é de que o fundo partidário consiga R\$ 160 milhões a mais em 2025.

MARGEM DE TOLERÂNCIA

A primeira versão da LDO também previa a autorização para o governo bloquear emendas parlamentares, em uma nova tentativa de maior controle das verbas. O trecho, porém, também foi retirado no plenário do Congresso após acordo.

O governo conseguiu mudar o texto para deixar de ser obrigado a mirar o centro da meta fiscal até a avaliação bimestral de receitas e despesas feita em novembro.

Com a retirada do dispositivo, o entendimento é que o governo vai perseguir o centro da meta, mas poderá continuar trabalhando com a margem de tolerância prevista no arcabouço fiscal, de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**). Para 2025, isso significa um déficit de até R\$ 30,9 bilhões.

Durante as negociações do projeto, o Congresso incluiu 22 tipos de despesas que não estarão sujeitas ao contingenciamento de recursos para alcançar a

meta fiscal. O projeto já tinha outros 71 tipos de despesas que não estavam sujeitas a limitações.

Ao todo, foram incluídas na LDO 16 despesas que não podem ser bloqueadas. Entre elas, as relativas à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), ao Ensino Profissional Marítimo, ao Sistema de Fronteiras; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente; Fundo Nacional do Idoso e Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.

Também não poderão ser bloqueadas despesas para prevenção e mitigação de desastres naturais; análises de outorga de títulos minerários e com a fiscalização da lavra de recursos minerais estratégicos; aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar para promoção da segurança alimentar e nutricional; defesa agropecuária; seguro rural; apoio às populações indígenas; programas de proteção aos defensores de direitos humanos, a crianças e adolescentes ameaçados de morte e a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Deputados derrubam a volta do DPVAT após acordo do governo

GABRIEL SABÓIA

A Câmara revogou, ontem, a lei que recriou o seguro obrigatório para acidentes de trânsito, o DPVAT. A aprovação ocorreu por meio de destaque ao projeto de lei complementar que faz parte do pacote de cortes de gastos apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e que foi aprovado na terça-feira.

O governo fechou acordo para aprovar esse trecho e garantir a continuidade do pacote fiscal. O projeto segue agora para o Senado.

A revogação do DPVAT estava prevista na primeira versão do texto apresentado pelo deputado Átila Lira (PP-PI), relator do projeto. Mais tarde, porém, o parlamentar voltou atrás e decidiu tirar esse ponto do texto, fazendo com que o seguro voltasse a valer a partir de janeiro de 2025. À oposição reagiu, já que a cobrança do DPVAT foi extinta em 2020, durante o governo do então presidente Jair Bolsonaro.

Neste ano, o Congresso aprovou e o presidente Lula sancionou uma lei que recriou o seguro, agora nomeado Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidente de Trânsito (SPVAT).

Pela lei atualmente em vigor, o novo DPVAT seria cobrado a partir de janeiro de 2025. Se a proposta for confirmada pelos senadores e sancionada por Lula, não haverá a volta da cobrança.

EMENDAS PARLAMENTARES

Em outro trecho do destaque aprovado, retirou-se do projeto a permissão de contingenciamento e o bloqueio de emendas parlamentares. Agora, ficou permitido bloquear e contingenciar apenas emendas de comissão até 15% do total. Não será possível bloquear e contingenciar emendas obrigatórias, aquelas individuais e de bancada.

O texto do PLP mantém alguns pontos propostos pelo governo dentro das medidas de cortes de gastos com gatilhos para o arcabouço fiscal.

Em caso de apuração de déficit primário de 2025 em diante, ficam vedados, no exercício seguinte, e até a constatação de superávit primário anual a concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de

natureza tributária.

O resultado negativo nas contas também será o estopim para acionar limites ao aumento de gastos do governo com pessoal (salários e encargos sociais, por exemplo, de servidores ativos, inativos e pensionistas). De acordo com o texto, até 2030, estas despesas não poderão ter crescimento superior ao piso de reajuste das despesas permitido pelo arcabouço fiscal, de 0,6% acima da inflação.

Se a medida for acionada, vai afetar os Três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), Ministério Público, Defensoria Pública, Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Contas da União.

ABATIMENTO DA DÍVIDA

O texto também permite a transferência de recursos parados em fundos para abater a dívida pública. De acordo com o Tesouro Nacional, em 2023, o superávit desses fundos foi de R\$ 18 bilhões. (Comgl)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

PIB forte não freia alta de recuperação de empresas

Anais Fernandes De São Paulo

Os pedidos de recuperação judicial de empresas aceleraram no Brasil em 2024 e caminham para fechar um segundo ano consecutivo em alta, a despeito das surpresas positivas com o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país nos últimos dois anos. Para 2025, a perspectiva é que esse movimento continue, já que a escalada dos juros e a do câmbio tendem a prejudicar a saúde financeira das companhias.

Até novembro deste ano, foram 2.085 requerimentos de recuperação judicial, ante 1.303 no mesmo período de 2023 e 756 em 2022, segundo dados da Serasa Experian antecipados ao Valor. Com isso, os pedidos sobem 60% até novembro de 2024, após já terem encerrado 2023 com alta de 68,7%.

O ritmo de requerimentos de recuperação judicial este ano, no entanto, está mais veloz, observa Camila Abdelmalack, economista da Serasa. "De janeiro a novembro de 2023, na média, foram 118 pedidos. Agora, fomos para 190", diz.

Em parte, os pedidos crescem porque o nascimento de empresas também avançou nos últimos anos, aponta Abdelmalack. "Quando olhamos especificamente para as empresas de menor porte, vemos muito empre-endedorismo por necessidade, um movimento que se acentuou na pandemia. Isso, agora, acaba resultando também em aumento nos pedidos de recuperação judicial, mesmo que o cenário corrente seja de atividade econômica aquecida." Segundo a Serasa, as altas nos pedidos de recuperação judicial até novembro são de cerca de 76% para micro e pequenas empresas, de 28% para médias empresas e de 29% para grandes.

Muitas empresas também decidiram aguardar um pouco, após o choque da pandemia, para avaliar a viabilidade de seus negócios, diz Giuliano Colombo, sócio da área de reestruturação do Pinheiro Neto Advogados. "Dependendo de quando começou essa 'carência', isso está batendo agora, em 2023,2024", afirma.

Para Cristiano Oliveira, economista-chefe do Banco Pine, houve ainda, em alguma medida, "desvios de finalidade" do recurso. "Em certos casos, aproveitou-se esse instrumento para que condições mais

favoráveis fossem possíveis em negociações que, não necessariamente, seriam no âmbito da recuperação judicial", afirma.

Ainda assim, sua impressão é que ações nesse sentido "estão cessando" e o que acontece agora tem mais relação com o aperto das condições financeiras desde meados do ano. "Está começando a ter efeito no caixa das empresas, no perfil de endividamento, e leva a um aumento das recuperações judiciais 'genuínas'", afirma.

Segundo Colombo, a utilização da ferramenta da recuperação judicial tem relação com o funcionamento do mercado de capitais no Brasil. "Quando mais difícil e desafiador é o mercado de crédito para viabilizar o financiamento ou refinanciamento de projetos, maior a necessidade de empresas endividadas encontrarem uma solução forçada para reestruturar suas obrigações", afirma.

O **PIB**, diz, acelera e desacelera com uma rotação diferente, por exemplo, dos juros e do câmbio, que se mexem muito rapidamente. "O **PIB** ainda estar em crescimento não tem, necessariamente, a ver com a fotografia que estamos enxergando agora", afirma.

O cenário à frente tampouco parece animador. "Tudo indica que 2025 vai ser parecido, muito difícil por toda a conjuntura política e econômica", diz Colombo.

Abdelmalack, da Serasa, diz não ser muito difícil imaginar o enredo da história da recuperação judicial para 2025: "Estamos acompanhando, desde o trimestre passado, um ciclo de elevação da taxa de juros na nossa economia; conseqüentemente, haverá encarecimento do custo de crédito, e isso deve afetar a saúde financeira das empresas".

A recuperação judicial pode ser um estágio de pré-insolvência, diz Abdelmalack, e os dados da Serasa mostram que já havia 6,9 milhões de empresas inadimplentes até setembro deste ano, representando 32,7% do total.

"A inadimplência acaba sendo como um dado antecedente. Com o Banco Central sinalizando que os juros devem chegar, pelo menos, a 14,25% e o mercado negociando ao redor de 15%, o cenário de encarecimento do crédito é muito claro, o que deve

trazer impactos sobre a inadimplência das empresas e, depois, afetar o número de recuperações judiciais do próximo ano", afirma Abdelmalack.

Empresas de menor porte, com menos condições de acessar linhas de crédito, vão precisar renegociar e alongar suas dívidas, mas a taxas já bem mais elevadas, nota a economista da Serasa. "Se o governo está tomando dinheiro emprestado a 14%, 15% ao ano, imagine as empresas?", questiona Colombo, do Pinheiro Neto.

Além disso, o cenário para 2025 também é mais inflacionário, o que impacta os custos operacionais das companhias, diz Abdelmalack. "Elas acabam ficando com as margens um pouco mais estranguladas. E, dependendo da atividade da empresa, o encarecimento do dólar também acaba impactando. Então, são muitas questões que podem vir à tona em 2025", afirma.

Se não houver uma melhora no cenário prospectivo de juros no Brasil, diz Abdelmalack, tudo indica que o país verá um aumento no número de pedidos de recuperação judicial em 2025.

As reformas necessárias para ajudar a conter esse cenário ou não acontecerem ou, quando encaminhadas pelo governo, são apenas "subótimas" e estão sendo "mal recebidas, com implicações claras para a percepção do mercado sobre a viabilidade do Brasil", diz Colombo. "Acho que 2025 vai ser um ano de muita reestruturação [das empresas] em diferentes formatos", afirma, acrescentando que, no Brasil, ainda existe uma "cultura empresarial" de "reagir somente mediante ataque [de credores], e não preventivamente".

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Congresso aprova LDO, mas retira trechos que permitiam ao governo bloquear emendas

Caetano Tonet, Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília

O Congresso Nacional aprovou, em votação simbólica na quarta-feira (18), o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O plenário do Parlamento referendou boa parte do texto aprovado na Comissão Mista de Orçamento (CMO) e manteve de fora a obrigação de que o governo federal persiga o centro da meta fiscal, mas foram retirados do texto os trechos que permitiam ao Executivo bloquear todas as emendas parlamentares, inclusive as impositivas, e alteravam o cálculo do reajuste do fundo partidário às regras do novo arcabouço fiscal.

O governo saiu vitorioso e conseguiu manter de fora do texto a obrigatoriedade de a equipe econômica contingenciar recursos mirando o centro da meta de resultado primário na maior parte do ano. A previsão havia sido incluída por meio de uma emenda acatada no parecer do relator, senador Confúcio Moura (MDB-RO), apresentado na segunda-feira (16). O parlamentar, no entanto, recuou e retirou do relatório na terça-feira quando a proposta foi votada na CMO.

Se fosse mantida a regra do primeiro parecer, o governo seria obrigado a contingenciar recursos necessários durante os dez primeiros meses do ano, ou seja, até outubro de 2025, para atingir o déficit zero. A partir de novembro, o Executivo estaria livre para buscar o limite inferior da banda de tolerância de resultado primário, que admite um déficit de até R\$ 30,97 bilhões em 2025.

O projeto enviado pelo governo ao Congresso previa que o contingenciamento seria feito ao longo de todo o ano de 2025, considerando o limite inferior da meta. A regra foi adotada em 2024 e gerou críticas de economistas por estimular o governo a evitar cortes maiores nas despesas.

O contingenciamento é um mecanismo previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que obriga o Executivo a congelar recursos dos ministérios ou de emendas parlamentares para garantir o cumprimento da meta fiscal anual. Antes do novo arcabouço fiscal, só havia um número para a meta, mas com a nova regra foram criadas "bandas" para cima e para baixo dando maior flexibilidade.

Já na questão das emendas, o governo fez um acordo com a oposição, e o relator recuou da mudança que permitia ao Executivo bloquear todas as emendas parlamentares. Com a mudança, apenas as emendas de comissão, que não são impositivas, seguem com possibilidade de bloqueio.

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), condicionou os termos do acordo ao avanço de um dos projetos do pacote de corte de gastos que conta com um trecho que permite que o governo bloqueie até 15% das emendas parlamentares se houver alta em outras despesas obrigatórias que ameace o limite do novo arcabouço fiscal. Esse corte ocorreria na mesma proporção das despesas discricionárias do Executivo, definidas pelos ministérios.

"O governo concorda com a restauração do texto anterior com condicionante conforme for a votação do PLP 210, que se incorpore depois por PLN na LDO", disse Randolfe.

Apesar do acordo para retomar o texto, a condicionante não se confirmou e o governo foi derrotado na votação do PLP e poderá bloquear apenas as emendas discricionárias.

O deputado Domingos Sávio

(PL-MG) afirmou que o mecanismo era uma tentativa do governo de alterar prerrogativas do Parlamento. "Obviamente não faria o menor sentido nós aprovarmos a LDO já dizendo que estamos transferindo ao governo a prerrogativa de bloquear emendas que, pela Constituição, são impositivas, prerrogativa do Parlamento", declarou.

Congressistas também retiraram da LDO a previsão de reajuste do fundo partidário pela regra do novo arcabouço fiscal. Com isso, o aumento real ficaria entre 0,6% e 2,5%, mantendo o cálculo apenas pela **inflação**.

A previsão para 2025 é de R\$ 1,33 bilhão, representando um aumento de quase 7% ante o R\$ 1,2 bilhão de 2024.

A divisão é feita da seguinte maneira: 95% do montante com base na quantidade de votos válidos na

última eleição para Câmara. Os outros 5% são distribuídos de maneira igualitária entre os partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Para ter acesso ao fundo partidário, as legendas precisam ultrapassar a cláusula de barreira. Para isso, têm de alcançar ao menos 2% dos votos válidos em âmbito nacional (em pelo menos 9 Estados, com no mínimo 1% dos votos válidos em cada um) ou eleger ao menos 11 deputados federais distribuídos em, pelo menos, 9 entes federativos.

Os parlamentares mantiveram o trecho que altera as regras válidas para as estatais dependentes do Tesouro Nacional, como desejava o governo Lula. O texto prevê que as 17 empresas nessa condição vão poder fechar "contratos de gestão" com os seus ministérios supervisores. Dessa forma, as receitas próprias das estatais dependentes - o que elas conseguirem arrecadar a partir de contratos privados - vão sair do Orçamento-Geral da União (OGU) e vão para o Programa de Dispêndios Globais (PDG), um anexo do Orçamento com o detalhamento das receitas e despesas das estatais federais independentes.

A mudança deve abrir um pequeno espaço no limite de gastos do Orçamento de 2025. Especialistas alertam para os impactos que retirar despesas do arcabouço podem causar. Também há preocupação de que os contratos de gestão deem brecha para as estatais dependentes emitirem dívida, a depender de como será feita a regulamentação dos contratos.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Fed sinaliza ciclo de corte menor nos EUA

Eduardo Magossi, Roberta Costa e Luana Reis De São Paulo

O Federal Reserve (Fed, o banco central americano) cortou as taxas de juros em 0,25 ponto percentual, para o intervalo de 4,25% a 4,50%, em uma decisão amplamente esperada. No entanto, a sinalização do presidente do Fed, Jerome Powell, de que o ciclo de flexibilização monetária será mais contido do que o projetado anteriormente causou reação negativa em Wall Street. As bolsas americanas encerraram o dia com fortes perdas, o dólar se fortaleceu em âmbito global e as taxas de Treasuries dispararam.

Com o mercado esperando juros altos por mais tempo, o rendimento das T-Notes de dois anos subiu de 4,266% no fechamento anterior para 4,363% ontem, enquanto o do papel de dez anos avançou de 4,405% para 4,519%, maior nível desde maio. O índice DXY - que mede a relação do dólar com uma cesta de moedas - avançou 1,21%, a 108,25 pontos, na maior alta em cerca de dois anos. Em Nova York, o dia foi de perdas expressivas após a fala de Powell. O Dow Jones caiu 2,58%, o S P 500 recuou 2,95% e o Nasdaq perdeu 3,56%, pressionado também pela forte retração das ações da Tesla, fechando abaixo do nível psicológico de 20 mil pontos.

Com a queda de ontem, em uma semana, o Dow perdeu 4,13%; o S P 500, 3,48%; e o Nasdaq, 3,21%.

O corte de juros anunciado ontem foi o terceiro consecutivo, após a redução de 0,50 ponto em setembro e a de 0,25 ponto em novembro - no total, 1 ponto percentual em quatro meses. Apesar da flexibilização significativa em pouco tempo, a leitura do mercado de um ciclo menor foi negativa.

Powell ressaltou a necessidade de ter mais cautela a partir de agora no ritmo de cortes devido a dados de **inflação** mais resilientes e uma economia ainda forte.

O novo Sumário de Projeções Econômicas (SEP) divulgado ontem não apenas aumentou a previsão de **inflação** para o fim de 2025 de 2,2% para 2,5%, como elevou a projeção de juros para o fim do ano, de 3,4% para 3,9%. Na prática, o Fed reduziu suas projeções de cortes de juros.

"Estamos prevendo mais dois cortes [de 0,25 ponto] em 2025, em vez de quatro, porque estamos vendo alguns choques inflacionários, a economia segue forte e o desemprego, baixo", disse Powell.

Ele ressaltou que a decisão de ontem foi difícil, com a dissidência da presidente do Fed de Cleveland, Beth Hammack, que votou pela manutenção das taxas.

Segundo Powell, foi feito um progresso expressivo em direção à meta de **inflação** de 2%, mas nos últimos meses o avanço está mais estagnado. "Os riscos inflacionários ainda existem", disse. Questionado sobre as tarifas prometidas pelo presidente eleito, Donald Trump, disse que ainda é cedo para saber seu impacto na **inflação**.

Porém, segundo ele, alguns dirigentes do Fed levaram em consideração as promessas de tarifas em seus "dot plots", os gráficos das expectativas individuais dos membros para os juros futuros.

Powell reiterou a necessidade de o Fed ser mais cauteloso a partir de agora nos cortes, principalmente à medida que a autoridade se aproxima da taxa neutra. O dirigente disse que, quando o caminho é incerto, deve-se caminhar mais lentamente.

"Veremos mais cortes quando houver maior progresso na redução da **inflação**", disse.

Diante disso, os investidores passaram a prever menos cortes de juros. "O Fed deverá cortar uma ou duas vezes no ano que vem. Se cortar", avalia Marcelo Fonseca, economista-chefe da Reag Investimentos.

Segundo ele, Powell reconheceu que o cenário inflacionário é bem mais desafiador em função da combinação de um mercado de trabalho ainda resiliente, economia forte e **inflação**.

Fonseca acredita que uma pausa nos cortes em janeiro é quase certa, assim como na reunião seguinte, em março, com o Fed podendo voltar a reduzir taxas apenas no fim do ano.

O economista-chefe da WHG, Fernando Fenolio, avalia que Powell adotou uma postura mais conservadora do que o mercado esperava ao prever apenas dois cortes em suas projeções, além de elevar a previsão de **inflação**. "A projeção para **inflação** dos EUA em 2025 ficou acima do esperado, passando de 2,2% para 2,5%, quando o mercado esperava 2,3%", disse. Fenolio também pondera que o Fed deve reduzir o ritmo de cortes, provavelmente voltando a afrouxar as taxas só no fim de 2025. "A economia está forte, a **inflação**, resiliente, e podemos ter surpresas

inflacionárias com tarifas e políticas antiimigração.

Então não precisa ter pressa para cortar", afirma.

Ian Lyngen, estrategista da BMO Markets, observa que o juro de longo prazo - que define a taxa neutra - tem aumentado continuamente ao longo do último ano nas previsões do Fed. "Em dezembro de 2023, era de 2,5%. Em março, aumentou para 2,6%, subiu novamente para 2,8% em junho, apenas para ser revisto para 2,9% em setembro. Incluindo a revisão de hoje [ontem] para 3%, a estimativa de neutralidade do Fed aumentou 0,50 ponto ao longo do último ano - antes de considerar plenamente a vitória de Trump e as implicações das tarifas e de uma guerra comercial", afirmou.

"Estamos prevendo mais dois cortes [de 0,25 ponto] em 2025, em vez de quatro" Jerome Powell

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188073>

CDI e juro real são "refúgio" em meio a tensão fiscal, diz Itaú

Adriana Cotias De São Paulo

O Brasil saiu do radar do capital externo, tanto para investimentos diretos quanto para alocação em portfólio, e se não encarar com seriedade a questão fiscal vai ter dificuldades para ganhar alguma relevância. É com essa avaliação que o Itaú Unibanco cortou a exposição em bolsa nas suas carteiras recomendadas para o menor nível em oito anos, privilegiando posições em caixa no CDI ou estratégias ligadas a juros reais.

"Se o cliente pergunta, a gente diz que o CDI é fantástico", disse Nicholas McCarthy, diretor de estratégia de investimentos do Itaú Unibanco, em encontro com jornalistas. "Para ficar otimista com ativos brasileiros, precisaria ver inflexões das inflações futuras no Focus e no mercado." Ele citou que, enquanto as projeções dos economistas na coleta do Banco Central apontam para um IPCA de 4,5% em 2025, os preços de mercado embutem 7%. "[A inflexão] vai acontecer, primeiro porque o Banco Central vai subir o juro até o necessário para controlar a **inflação**, é difícil saber qual o nível, mas a curva [dos contratos futuros] já aponta acima de 16%.

Mesmo se a **inflação** for 5% ou 6% para exagerar, o juro real é de 10%." Ou seja, é uma dose gigante. A indicação para alocação em bolsa no Brasil está em -2, abaixo do nível estrutural. Numa carteira de perfil moderado isso significa uma exposição de 5% do patrimônio.

Para o conservador, a fatia indicada é metade disso, enquanto no agressivo vai a 7%.

Com incertezas para a trajetória da dívida pública e para a **inflação**, o capital externo tem se afastado do país. "É a primeira vez desde 2018 que o estrangeiro não vai investir em Brasil. Eu não consigo ver um mês, e precisa ter visibilidade para investir, para os estrangeiros voltarem. O país precisa controlar a **inflação** e o juro cair", afirmou, acrescentando que o fluxo do capital externo no mercado acionário é um termômetro do investimento direto. "O Brasil saiu do radar." Em dezembro, o estrangeiro comprou liquidamente R\$ 1 bilhão em ações, mas, no acumulado do ano, as saídas somam R\$ 32,7 bilhões. Até outubro, pelas estatísticas do setor externo do BC, o investimento direto ainda era positivo em US\$ 61,3

bilhões.

A **inflação** também é o calcanhar-de-Aquiles para o brasileiro que nos últimos cinco anos viu o CDI ganhar de todas as classes de ativos, incluindo bolsa, renda fixa prefixada e títulos indexados ao IPCA. "Como recomendar para o investidor, para o empresário que quer investir? O que eu vou falar para ele? Coloca no CDI e vai dormir tranquilo", disse McCarthy.

No rol dos títulos de crédito isentos, o executivo disse que enquanto o benefício fiscal prevalecer para a pessoa física, em meio a um cenário de juros altos, os papéis de dívida seguem imbatíveis.

No pacote fiscal que o governo encaminhou ao Congresso, a reforma da renda prevê alguma taxação a quem ganha a partir de R\$ 50 mil por mês. "Se não tiver nada [aprovado], compre isentos, é um presente." O impacto dos juros mais altos sobre o endividamento de algumas empresas pode ser um problema à frente, mas é do jogo.

Embora mais pessimista que o usual, McCarthy descartou que o país esteja à porta da dominância fiscal, situação em que as altas da Selic pelo BC são insuficientes para trazer a **inflação** para baixo pela pressão que o juro mais alto tem sobre a dívida. "Estamos longe disso, mas demos alguns passos nessa direção", afirmou. "O Brasil precisa encarar a questão fiscal com seriedade, mas não vai ser um problema para 2025, 2026, quando a dívida/**PIB** deve estar em 84%." Não é o caso de zerar as posições em alternativas de maior risco, disse. "Se houver um choque de credibilidade, a bolsa sobe 30% em uma semana e você não consegue agir com essa velocidade." Com a avaliação da bolsa num dos níveis mais baixos da história e a depreciação do real, o capital externo também pode voltar de uma hora para outra.

Uma das razões para a alta do dólar em relação ao real vem da cena externa, com os investidores do mundo inteiro recalculando a rota, colocando nos preços potenciais efeitos das políticas de Donald Trump na economia americana quando reassumir a Casa Branca, em 20 de janeiro. "O fato de os Estados Unidos crescerem tanto e as expectativas de que os juros fiquem altos - que talvez não tenha espaço para o Fed (Federal Reserve, o banco central americano)

cortar as taxas - tem levado o dólar americano a ficar muito valorizado", afirmou Gina Baccelli, economista-chefe do Itaú Unibanco.

Para ela, o principal risco para os mercados globais em 2025 será o quanto da retórica de Trump durante a campanha eleitoral vai ser colocado em prática. Tarifas de importação mais altas e mudanças na política de imigração são iniciativas potencialmente inflacionárias.

Baccelli lembrou que, no primeiro mandato de Trump, em 2017, a guerra comercial se restringiu à taxação de bens intermediários e não de consumo, e que a **inflação** era baixa. Agora, empresas como Apple e Walmart já alertaram que, se houver aumento de tarifas, não terão como segurar preços. A economista acredita numa atuação mais moderada e aberta a negociações. "Se [o governo] vier com tudo, não tem como não ter choque de **inflação**", disse.

A principal dúvida é como será a reação da China, principal alvo da artilharia de Trump, e os impactos para outras economias emergentes.

Se houver retaliação, a tendência é o país asiático desvalorizar a sua moeda, com efeitos para o resto do mundo, disse Baccelli.

Para McCarthy, se houver um choque inflacionário, há um risco de recessão com as bolsas americanas se antecipando a isso.

Com a alta exposição do americano a ações, uma elevação de juros tem impacto sobre a riqueza da população. Assim, o consumo diminui, concretizando a retração da atividade.

"Para ficar otimista com ativos brasileiros, precisaria ver inflexões das inflações futuras no Focus e no mercado"

Nicholas McCarthy

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188073>

Imea traça os rumos para 2025

João Freitas

Após anos marcados pelo clima desfavorável e altos custos operacionais, produtores do estado e do país têm bons prognósticos para 2025.

Com o aumento da produção e a recuperação da agroindústria exportadora, a estimativa da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) é de crescimento de até 5% no Produto Interno Bruto (**PIB**) do setor no próximo ano.

Mesmo com a melhora das condições para os trabalhos no campo, especialistas destacam que os principais desafios para agricultores e pecuaristas giram em torno da política fiscal do país. A escalada dos juros encarece a tomada de crédito e reduz a rentabilidade. Outro ponto de alerta em relação ao campo econômico é a infraestrutura logística.

"Com o atraso na semeadura da soja, a colheita terá uma janela concentrada em todo o país, o que deve pressionar a demanda e o custo do frete", destaca o gerente da Consultoria Agro do Itaú BBA, Cesar de Castro Alves.

Nesta semana, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) divulgou projeções para as principais culturas do setor no estado.

SOJA

O início da semeadura foi marcado por atraso nas chuvas e as atividades só se intensificaram no fim de outubro. Além disso, até o momento, as lavouras têm apresentado condições dentro do esperado. De acordo com os modelos estatísticos utilizados pelo Imea, a exportação deverá alcançar 26,9 milhões de toneladas - , um aumento de quase 8%.

MILHO

Com projeção de alta na área de cultivo, cenário impulsionado pela valorização do preço nos últimos meses, os agricultores tiveram melhora no ponto de equilíbrio em relação aos custos. O clima será determinante para estimativas futuras, além das incidências de pragas e doenças.

ALGODÃO

A safra deve ter novo recorde na área cultivada em MT. Todavia, fatores climáticos que atrapalharam o

plantio da soja trazem um ponto de atenção, visto que o ritmo da colheita da oleaginosa pode afetar a semeadura do algodão de segunda safra.

LEITE

Retomada dos preços, recuperação do mercado consumidor e custos de produção menores fizeram com que 2024 fosse um ano de recuperação para os pecuaristas do setor. Para 2025, esperase que esse cenário continue favorecendo o mercado lácteo, sustentando a valorização dos preços e a estabilidade da cadeia produtiva.

CARNE BOVINA

Com o início da retenção de matrizes e a menor participação de fêmeas nas indústrias, os preços do boi gordo devem aumentar. Depois de três anos com intenso abate de matrizes, a oferta de animais jovens para reposição tende a ser ainda menor no próximo ano. O panorama deve impactar positivamente os preços, resultando na recuperação da margem da cria.

Site: <https://www.gazetadigital.com.br>

Congresso aprova LDO na contramão do corte de gastos

Na contramão do pacote de corte de gastos proposto pelo governo Lula, o Congresso Nacional aprovou nesta quarta-feira a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que orienta o Orçamento de 2025, rejeitando a possibilidade de corte em emendas parlamentares, aumentando o reajuste do fundo partidário, autorizando gastos de estatais fora do arcabouço fiscal e afrouxando o cumprimento da meta fiscal no ano que vem.

O governo tem dois instrumentos para controlar as despesas e cumprir as regras fiscais durante o ano: bloqueio e contingenciamento. As duas medidas impõem um congelamento de gastos. A diferença é que o bloqueio é feito para cobrir despesas obrigatórias (como salários e aposentadorias) e cumprir o arcabouço fiscal. O contingenciamento é aplicado quando a arrecadação cai e a meta de resultado primário (balanço entre a receitas e as despesas) fica comprometida.

As emendas parlamentares impositivas, recursos indicados por deputados, senadores e bancadas estaduais no Orçamento da União, não podem ser bloqueadas - podem apenas ser contingenciadas. Como o bloqueio é mais efetivo e dificilmente é revertido, o governo propôs o corte de emendas para efetivar o cumprimento do arcabouço fiscal.

PACOTE FISCAL. O corte de emendas foi proposto tanto no pacote fiscal quanto na LDO. Ontem, os parlamentares rejeitaram o dispositivo que permitia o bloqueio na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A proposta ainda está mantida no pacote fiscal, mas a Câmara deve votar o item separadamente. Mesmo se for aprovado, a LDO ainda terá que ser alterada no próximo ano para efetivar a medida.

O Congresso autoriza estatais fora do Orçamento, mas limita gastos do governo com as empresas. O Congresso deu aval para a proposta do governo de retirar estatais do Orçamento convencional da União. A medida abre caminho para que empresas migrem para o orçamento de estatais como a Petrobras mesmo que ainda dependam de aportes do Tesouro Nacional para sobreviverem. Especialistas apontam risco de novas manobras fiscais com a mudança. A parte que o Tesouro coloca na empresa estatal continuaria submetida ao arcabouço fiscal, mas a

despesa que a empresa gasta com recursos próprios não. Além disso, toda a despesa, independentemente da fonte de financiamento, sairia do Sistema Integrado de Administração Financeira, que registra todas as movimentações financeiras do governo federal, diminuindo a transparência sobre o uso dos recursos. Após críticas da oposição, o governo fechou um acordo para alterar a proposta e limitar o crescimento das despesas que o Tesouro Nacional coloca nas empresas. Os gastos não poderão crescer acima da **inflação** a partir de 2026. Na prática, as companhias terão de fazer esforços para arrecadar recursos próprios na hora de custear suas atividades e fazer novos investimentos. Por outro lado, o Tesouro Nacional vai arcar com o pagamento de dívidas judiciais e administrativas existentes em 2024, dando um prazo de quatro anos para os valores serem quitados. Na prática, as estatais poderão sair do Orçamento e ainda receber um socorro dos cofres do governo federal.

O governo argumenta que a medida não compromete o arcabouço fiscal, porque as despesas do Tesouro Nacional permanecem submetidas à regra, e que não há prejuízo para a transparência porque as empresas prestariam contas por meio do Programa de Dispêndios Globais, ao qual todas as estatais federais se submetem.

O Congresso rejeita proposta que diminui reajuste do fundo partidário. O Congresso rejeitou uma proposta do governo que diminuiria o reajuste do fundo partidário, dinheiro que banca o funcionamento das siglas partidárias. Há R\$ 1,3 bilhão programado no Orçamento de 2025 para as legendas gastarem no processo eleitoral. Pela regra em vigor, a verba é corrigida conforme o limite do arcabouço fiscal, com base nos valores pagos em 2016. Com a mudança proposta pelo governo, o reajuste seria feito com base no valor de 2023, ano em que a nova regra fiscal entrou em vigor. Segundo técnicos do Congresso, a mudança diminuiria o reajuste do fundo partidário de R\$ 500 milhões para R\$ 160 milhões entre um ano e outro. Nos bastidores, dirigentes partidários se movimentaram para reverter a alteração durante a votação do projeto. Agora, a verba deverá ser ajustada no Orçamento.

A proposta que endurecia meta fiscal foi rejeitada e abre caminho para governo gastar mais em 2025

Senadores e deputados derrubaram um dispositivo que obrigaria o Poder Executivo a fazer um ajuste mais duro para zerar o déficit das contas públicas em 2025, abrindo caminho para o governo gastar mais no ano que vem. O relatório da proposta trouxe um dispositivo que obrigaria o governo federal a mirar apenas no centro da meta fiscal até outubro de 2025, sem considerar o piso inferior da banda, que permite atualmente um ajuste mais frouxo nas contas públicas. O Palácio do Planalto reagiu e derrubou a proposta ainda na Comissão Mista de Orçamento, na terça-feira.

Site:

<https://digital2.correiodopovo.com.br/pub/correiodopovo/?edicao=11303>

Votação fechada e DPVAT revogado na Câmara

Metrópole

A Câmara dos Deputados concluiu, ontem à noite, a votação do projeto de lei complementar (PLP) que define o crescimento das despesas do governo ao arcabouço fiscal, sendo limitado entre 0,6% e 2,5%. Agora, a matéria segue para análise do Senado Federal.

Os senadores devem correr com a análise da proposta, visto que o recesso parlamentar está previsto para iniciar na próxima segunda-feira (23). A Câmara aprovou na terça-feira (17/12) o texto-base do PLP nº 210/24, relatado por Átila Lira (PP-PI), e concluiu com a votação de uma emenda aglutinativa apresentada pelo líder do governo, José Guimarães (PT-CE).

A emenda aglutinativa visa combinar emendas já apresentadas com o objetivo de compor uma proposta mais harmônica com o intuito de facilitar a tramitação do projeto no Legislativo. Uma das principais mudanças da emenda do governo revoga o Seguro Obrigatório para Vítimas de Acidentes de Trânsito (SPVAT), que substituiria o antigo DPVAT. A medida estava presente nos primeiros relatores de Átila Lira, mas foi retirada no texto-base aprovado na Câmara.

O governo federal apresentou ao Congresso Nacional a proposta do novo DPVAT com o objetivo de ampliar a margem de gastos do Planalto, com base no arcabouço fiscal. Embora o seguro tenha sido sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a nova cobrança, que estava prevista para entrar em vigor em 2025, foi revogada pela Câmara dos Deputados, mas ainda vai ao Senado.

Outra mudança no texto permite o contingenciamento e o bloqueio das emendas parlamentares não impositivas na mesa prorrogação aplicada a outras despesas discricionárias, limitado a 15% dos recursos das dotações, em similaridade com as normas fiscais.

O texto-base previa o contingenciamento e o bloqueio de todas as emendas, sem limitação as não impositivas, que não tem execução obrigatória.

As despesas discricionárias são aquelas que o governo possui uma liberdade maior para decidir como irá gastar. Esses gastos são diferentes das despesas

obrigatórias, como salários de servidores e benefícios previdenciários.

O texto ainda estabelece que em eventuais superávits financeiros de diferentes fundos, como o Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) e o Fundo Nacional de Segurança e Educação de Trânsito (Funset), os recursos poderão ser utilizados para amortização da dívida pública.

O projeto de lei envolve diferentes pontos e concentra os que são alvo de maior divergência entre os deputados. É nele que se encontra o ajuste do salário mínimo aos limites do arcabouço fiscal, com ganho acima da **inflação**, mas limitado a intervalo entre 0,6% e 2,5%.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/politica/2024/12/votacao-fechada-e-dpvat-revogado-na-camara.html>

Falta de confiança explica alta do dólar, apontam especialistas

MARCO AURÉLIO NEVES

Economistas refutam que há um ataque especulativo no País, e atribuem a desvalorização do real frente ao dólar à falta de confiança por parte dos agentes do mercado financeiro quanto à condução da política fiscal no Brasil. Os especialistas apontam que, mesmo em um cenário de incerteza, uma crise cambial é pouco provável.

A cotação da moeda norte-americana no Brasil acumula alta de 25,6% em 2024 e, nos últimos dias, a valorização frente ao real tem atingido o maior valor nominal da história.

O professor de economia do Ibmec BH, Gustavo Andrade, afirma que falar em ataque especulativo beira à irresponsabilidade neste momento. "Moeda é um termômetro importante e está mostrando que, internamente, o Executivo não está conseguindo conduzir nem a comunicação e muito menos a política econômica", disse.

Para Andrade, a situação que tem definido a cotação da moeda, como um todo, é pela percepção de que o crescimento econômico do País, é via impulso fiscal exagerado do governo federal, que induz a demanda. Com isso, há alta temporária do Produto Interno Bruto (**PIB**), mas uma pressão inflacionária contratada no futuro, o que piora as expectativas.

"Grande parte do movimento da economia local, dessa irresponsabilidade, falta de expectativa de melhora, e principalmente, é uma resposta dos agentes de mercado não só locais, como estrangeiros", afirma. O economista não acredita em uma melhora no panorama atual, salvo na mudança de governo com outra visão econômica nas eleições de 2026.

Alternativa segura - O economista Guilherme Almeida, head de Renda Fixa da SunoResearch e colunista do Diário do Comércio, aponta que a divergência, na condução da política fiscal com a monetária, impede que o Banco Central (BC) exerça toda sua potência na política monetária. Frente à incerteza, os investidores buscam alternativas mais seguras, como a moeda norte-americana.

Até mesmo a entrevista do presidente Luiz Inácio Lula Silva (PT) ao programa Fantástico, da TV Globo, pode

ter contribuído para aumentar a desconfiança do mercado financeiro. "Querendo ou não, ainda que isso tenha um cunho político, isso gera incerteza no mercado, porque você tem um Executivo falando que o Brasil não passa por um problema fiscal. Então a interpretação dos agentes da economia é de um cenário incerto", ressalta.

O primeiro passo do governo federal, afirma Gustavo Almeida, é alinhar o discurso entre Executivo e ministérios envolvidos no debate sobre a situação fiscal do País, para fazer os cortes de gastos necessários e tentar recuperar credibilidade no mercado financeiro.

"A comunicação é a primeira frente para o controle para esse clima de incerteza. Uma política fiscal e uma política monetária, uma política econômica de uma forma geral, para ser crível, precisa ter essa convergência entre os interlocutores", analisa.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/rysi/#p=1>

Situação fiscal do Brasil está pior, avaliam economistas

Nathalia Garcia/Folhapress

Brasília - A situação fiscal do País piorou entre novembro e dezembro para 78% dos economistas consultados pelo Banco Central (BC) no questionário enviado ao mercado às vésperas da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom). O resultado foi divulgado pela autoridade monetária na manhã de ontem.

Entre as 110 respostas dos entrevistados, 14% consideraram que não houve mudanças relevantes no cenário fiscal no período, enquanto 8% disseram que o quadro melhorou.

As respostas do questionário enviado aos analistas do mercado financeiro no dia 29 de novembro serviram como subsídio para a decisão do comitê sobre a taxa básica de juros (Selic), que chegou a 12,25% ao ano após alta de 1 ponto percentual no último dia 11.

A data de envio do questionário coincide com a apresentação do pacote de contenção de despesas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. O plano gerou frustração no mercado financeiro e dúvidas com relação à disposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em patrocinar um esforço maior de ajuste em seu mandato.

Da economia de R\$ 327 bilhões prometida pelo governo, R\$ 72 bilhões viriam entre 2025 e 2026, enquanto os outros R\$ 255 bilhões seriam poupados entre 2027 e 2030. Os números da equipe econômica ficaram sob o escrutínio dos economistas, que ainda não se convenceram de que esses valores serão alcançados.

Na semana que antecedeu o último encontro do Copom no ano, houve uma onda de revisões de cenário. Também entraram na conta a disparada do dólar, que rompeu a barreira dos R\$ 6, e a nova demonstração de força do Produto Interno Bruto (**PIB**).

Na avaliação majoritária do mercado financeiro (78%), o comitê faria um aumento de 0,75 ponto percentual na Selic no encontro de dezembro. Para apenas 13% dos respondentes do questionário pré-Copom, o colegiado do BC decidiria por uma alta de 1 ponto percentual.

Com relação ao que o Copom deveria fazer na reunião, uma elevação de 0,75 ponto era a opinião de 43%, enquanto 36% preferiam um choque maior de juros, de 1 ponto.

Surpresa - A sinalização futura dada pelo comitê, de que prevê mais duas altas de 1 ponto percentual em 2025, nos encontros de janeiro e março, também é uma surpresa para os economistas que participaram da pesquisa do BC.

Para 68% dos respondentes, o Copom faria uma alta de 0,75 ponto na primeira reunião do ano, sob o comando do futuro presidente do BC, Gabriel Galípolo. Apenas 16% projetavam que a elevação seria de 1 ponto em janeiro. Quanto à expectativa do que deveria ser feito no encontro, 35% defendiam o primeiro cenário e outros 35% preferiam o segundo.

Para o encontro seguinte, em março, a maioria (54%) apostava em um aumento de 0,5 ponto. Somente 4% acreditavam que o colegiado do BC faria uma elevação de 1 ponto percentual na segunda reunião de 2025.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhapse.com.br/books/rysi/#p=1>

Fed reduz juros em 0,25% pela terceira vez seguida

O Fed (Federal Reserve, o BC dos EUA) anunciou um novo corte de 0,25 ponto percentual na taxa de juros do país. Com isso, ela passa a ser de 4,25% a 4,5% ao ano. Esta é a terceira redução consecutiva de 0,25 ponto percentual da autarquia financeira, após ficar quatro anos sem diminuição.

O terceiro corte foi definido mesmo com a **inflação** tendo acelerado nos últimos dois meses e atingido 2,7% no acumulado dos 12 meses em novembro.

Foi a última reunião do Fed neste ano e também a última sob gestão do governo Joe Bi-den. O presidente eleito, Do-nald Trump, já anunciou que deve manter Jerome Powell na presidência do Fed, cujo mandato acaba em maio de 2026. Na campanha eleitoral, Trump questionou a independência do órgão.

Os mais de seis anos de

Powell no comando do Fed têm sido importantes, mas os próximos meses podem apresentar novos desafios, bem como uma oportunidade de resolver algumas questões em aberto.

PLACA DE "PARE"

A principal missão de Powell é "concluir o 'pouso suave' com **inflação** de 2% e pleno emprego, em um cenário que provavelmente será mais complicado", com políticas tributárias, tarifárias e de imigração que podem dificultar a leitura do cenário econômico, disse Donald Kohn, ex-vice-chair do Fed, que agora é membro sênior da Brookings Institution.

Apesar de todas as críticas que o Fed recebeu por não ter elevado juros mais rapidamente quando a **inflação** se acelerou em 2021, os rápidos aumentos que acabaram sendo realizados e o retomo da economia global a um patamar mais normal após a pandemia da Covid-19 têm trazido a **inflação** para perto da meta de 2%.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3013#book/>

LDO permite déficit de até R\$ 30,9 bi

O Congresso Nacional aprovou a Lei Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2025, que permite ao governo flexibilidade no cumprimento da meta fiscal de déficit zero. O texto, aprovado pelos deputados e senadores ontem, autoriza uma variação de 0,25% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para mais ou para menos, o que possibilita um déficit de até R\$ 30,9 bilhões no próximo ano.

A peça ainda apresenta projeções de crescimento de 2,8% para o **PIB** em 2025, além de prever que a **inflação** fechará o próximo ano em 3,10%. Outro ponto previsto é o aumento do salário mínimo de R\$ 1.412 para R\$ 1.502 no próximo ano.

O projeto aprovado, no entanto, não leva em conta o pacote de corte de gastos do governo, que tramita no Legislativo e sugere uma revisão do aumento real do salário mínimo, limitando o crescimento a 2,5% acima da **inflação**, conforme a nova regra do arcabouço fiscal.

A LDO é o passo anterior à votação da Lei de Orçamento Anual (LOA) de 2025, que será apreciada pelos parlamentares após a conclusão da análise do pacote fiscal apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Had-dad. Esse pacote inclui a previsão de cones de RS 370 bilhões até 2030, o que pode influenciar as estimativas finais da LOA.

A proposta aprovada estabelece 87 tipos de despesas que vão ficar fora dos cortes no próximo ano caso a equipe econômica precise congelar recursos para alcançar a meta fiscal. Entre as despesas que não poderão passar por cortes estão o Fundo Partidário, o Fundo de Manutenção da Educação Básica (Fundeb) e recursos para prevenção e mitigação de desastres naturais.

Em um aceno ao Supremo Tribunal Federal (STF), foi incluído na proposta que, para as indicações de emendas de transferência especial, as chamadas "emendas Pix", os senadores e deputados federais deverão informar previamente o plano de trabalho, com objeto e valor do repasse. A falta do plano pode implicar a suspensão da execução da emenda.

Em agosto deste ano, o ministro Flávio Dino, do STF, havia determinado a suspensão do pagamento de emendas parlamentares devido à falta de transparência na transferência dos recursos. Uma das modalidades que entraram na mira do tribunal foi a "emenda Pix", que representou um custo de R\$ 8,2

bilhões no Orçamento deste ano. Nessa modalidade, o dinheiro era transferido diretamente para os municípios, sem informar a destinação.

**

Fundo terá reajuste com base no IPCA

O texto da LDO manteve o reajuste do Fundo Partidário, com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A Comissão Mista de Orçamento havia aprovado que o fundo seguisse os critérios do novo arcabouço fiscal de 2025, com um limite de até 2,5% acima da **inflação** do ano anterior, o que representaria um valor menor. No entanto, essa proposta não foi chancelada pelo plenário.

O montante final será definido após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA), mas a expectativa é que fique em torno de R\$ 1,3 bilhão. O Fundo Partidário é destinado ao financiamento das atividades regulares dos partidos, como a realização de convenções e atividades administrativas. (O TEMPO Brasília)

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/jornal-digital>